



PODER EXECUTIVO FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

BANCO DA AMAZÔNIA S/A

RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO 2018

Banco da Amazônia S/A

Belém – Pará



PODER EXECUTIVO FEDERAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA
BANCO DA AMAZÔNIA S/A

RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO 2018

Relatório apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que o Banco da Amazônia está obrigado nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições normativas do TCU.

GERÊNCIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO (GPLAN)

Belém – Pará

Bem vindos!

Apresentamos o Relatório Integrado do exercício de 2018, com o objetivo de disseminar a todos os cidadãos brasileiros o papel que o Banco da Amazônia exerce como agente do Governo Federal para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, a forma como são alocados seus recursos de fomento, além de demonstrar, por meio de ações práticas, seu nível de governança, eficácia, eficiência, conformidade, economicidade e sustentabilidade econômica, ambiental e social.

O presente relatório segue o modelo de relato integrado do *International Integrated Report Council* (IIRC), que busca unificar informações financeiras e não financeiras, de maneira concisa, mostrando como a estratégia, a governança, o desempenho e a visão da empresa, no contexto de seu ambiente externo, levam à criação de valor em curto, médio e longo prazos. Também segue as orientações do TCU contidas nos normativos a seguir:

- Normas específicas das contas de 2018: Decisão Normativa TCU nº 170 de 19 de setembro de 2018; Decisão Normativa TCU nº 172 de 12 de dezembro de 2018; Portaria TCU nº 369 de 17 de dezembro de 2018; Cartilha Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado; Estrutura Internacional de Relato Integrado – IIRC.
- Normas gerais da prestação de contas anual: Resolução TCU nº 234/2010; Resolução TCU nº 244/2011; Instrução Normativa TCU nº 63/2010; Instrução Normativa-TCU nº 72/2013.

O Relatório anual Integrado do Banco da Amazônia 2018 está assim estruturado:

1. Elementos pré-textuais
2. Mensagem do dirigente máximo do Banco da Amazônia
3. Visão geral organizacional e ambiente externo
4. Planejamento estratégico e governança
5. Gestão de riscos e controles internos
6. Resultados da gestão
7. Alocação de recursos e áreas específicas de gestão
8. Demonstrações contábeis
9. Outras informações relevantes
10. Anexos e apêndices

Boa leitura!

Lista de siglas e abreviações

AMAZONCRED	Sistema de Crédito Comercial, Cobranças e Microfinanças
AUDIT	Auditoria Interna
BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CONSAD	Conselho de Administração
CAP	Comitê de Ativos e Passivos
CAPAF	Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia
CGPAR	Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União
CGU	Controladoria Geral da União
CMN	Conselho Monetário Nacional
COAUD	Comitê de Auditoria
COMIR	Comitê de Recursos Humanos
CONDEL	Conselho Deliberativo da SUDAM
CONTROPER	Sistema de Controle de Operações de Crédito de Fomento
CRO	Responsável pela Gestão de Riscos e Capital
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CPD	Centro de Processamento de Dados
CPORT	Comitê de Gestão de Portfólio de TI
CSIC	Comitê de Segurança da Informação e de Comunicações
CTB	Sistema de Contabilidade
CVM	Conselho de Valores Mobiliários
DICRE	Diretoria de Crédito
DICOM	Diretoria Comercial e de Distribuição
DICOR	Diretoria de Controle e Risco
DINEG	Diretoria de Infraestrutura do Negócio
DIREP	Diretoria de Gestão de Recursos e do Portfólio de Produtos e Serviços
DIREX	Diretoria Executiva
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FDA	Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FINAM	Fundo de Investimento da Amazônia
FMM	Fundo da Marinha Mercante
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GEACE	Gerência Executiva de Administração das Centrais de Crédito
GECIN	Gerência Executiva de Controles Internos
GECON	Gerência Executiva de Contadoria
GECOR	Gerência Executiva de Controladoria
GEFIN	Gerência de Finanças e Tesouraria
GEJUR	Gerência Executiva Jurídica
GENOR	Gerência Executiva de Estrutura e Gestão Corporativa de Documentos e Normativos
GEPAC	Gerência Executiva de Patrimônio e Gestão de Contratos
GEPEC	Gerência Executiva de Política e Planejamento de Crédito e Cadastro
GEPES	Gerência Executiva de Gestão de Pessoas
GERED	Gerência Executiva de Rede de Distribuição
GERIS	Gerência Executiva de Riscos e Gestão de Capital
GERPF	Gerência Executiva de Pessoa Física
GERPJ	Gerência Executiva de Pessoa Jurídica
GESEC	Gerência Executiva de Segurança Corporativa
GPLAN	Gerência Executiva de Planejamento
GPROD	Gerência Executiva de Infraestrutura e Produção

GPROT	Gerência Executiva de Projetos de TI
GSIST	Gerência Executiva de Administração de Sistemas
GPWEB	Sistema de Acompanhamento do Planejamento Estratégico
IECP	Instrumentos de dívida elegíveis a capital principal
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IQC	Índice de Qualidade da Carteira
LOA	Lei Orçamentária Anual
MI	Ministério da Integração Nacional
MOR	Manual de Organização
MPO	Microcrédito Produtivo Orientado
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NP	Norma de Procedimento
NSISARD	Novo Sistema de Avaliação de Resultado e Desempenho
OGU	Orçamento Geral da União
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria
PCLD	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa
PDG	Programa de Dispêndios Globais
PDTI	Plano Estratégico e Diretor de Tecnologia da Informação
PE	Planejamento Estratégico
PF	Pessoa Física
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Pessoa Jurídica
PLR	Participação nos Lucros ou Resultado
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PPA	Plano Plurianual
PR	Patrimônio de Referência
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRSA	Política de responsabilidade Socioambiental
RACI	Relatório de Avaliação de Controle Interno
REQJUD	Sistema de Requisições Judiciais
ROB	Recursos Obrigatórios
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECRE	Secretaria Executiva
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
SISORC	Sistema de Acompanhamento do Orçamento
SISPCLD	Sistema de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa
SISRISCO	Sistema de Avaliação e Administração de Risco de Crédito
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UMF	Unidade de Microfinanças

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1- Organograma Institucional do Banco da Amazônia	21
Figura 2- Cadeia de Valor do Banco da Amazônia	22
Figura 3- Cadeia de Processos do Banco da Amazônia	23
Figura 4- Objetivos Estratégicos do Banco da Amazônia	24
Figura 5- Estrutura de Governança do Banco da Amazônia	25
Figura 6- Estrutura de governança de gestão de riscos corporativos e <i>compliance</i>	35
Figura 7- Lixeiras utilizadas para coleta seletiva	71
Gráfico 1- Percentual de aplicação do FNO por programa	40
Gráfico 2- Montante aplicado por segmento – Em milhões de reais	40
Gráfico 3- Contratações por Porte / Beneficiário	41
Gráfico 4- Contratações do FNO por Município Conforme Tipologia da PNDR	41
Gráfico 5- Resultado Financeiro acumulado da tesouraria	44
Gráfico 6- Carteira de Ativos	45
Gráfico 7- Carteira de Ativos	45
Gráfico 8- Disponibilidade de Recursos	46
Gráfico 9- Principais gastos de pessoal	60
Gráfico 10- Gastos de TI por natureza de despesas	68
Quadro 1- Composição acionária do Capital Social do Banco da Amazônia	20
Quadro 2- Quantidade de ações do Banco de Amazônia	20
Quadro 3- Plano Estratégico – Resumo	24

Quadro 4- Estimativa dos impactos da aplicação de recursos na Amazônia	48
Quadro 5- Principais itens patrimoniais	75
Quadro 6- Capital Próprio x Capital de Terceiros	76
Quadro 7- Capacidade de Pagamento	77
Quadro 8- Fontes de Financiamentos	77
Quadro 9- Nível de Endividamento	78
Quadro 10- Empréstimos e Repasses	78
Quadro 11- Ativos Totais	78
Quadro 12- Classificação de acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001.....	79
Quadro 13- Movimentação da Carteira de TVM	79
Quadro 14- Composição da Carteira de Crédito	79
Quadro 15- Performance da Carteira de Crédito	79
Quadro 16- Índice de Qualidade da Carteira de Crédito (IQC)	80
Quadro 17- Composição	80
Quadro 18- Passivos Totais	81
Quadro 19- Composição dos Depósitos	82
Quadro 20- Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais	81
Quadro 21- Outras Obrigações (exceto Passivo Atuarial)	82
Quadro 22- Composição das Demais Obrigações	84
Quadro 23- Passivo Atuarial	85
Quadro 24- Patrimônio Líquido	85

Quadro 25- Receitas da intermediação financeira	86
Quadro 26- Participação % nas Receitas da Intermediação Financeira	86
Quadro 27- Composição das Receitas de Operações de Crédito	86
Quadro 28- Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	86
Quadro 29- Despesas da Intermediação Financeira	87
Quadro 30- Resultado Bruto da Intermediação Financeira	87
Quadro 31- Resultado Operacional	88
Quadro 32- Benefícios Pós-emprego	89
Quadro 33- Lucro líquido	90
Quadro 34- Composição do Patrimônio Líquido	90
Tabela 1- Rating dos relatórios	30
Tabela 2- Rating das ocorrências	32
Tabela 3- Registros Ouvidoria	32
Tabela 4- Pesquisa Satisfação – Ouvidoria	33
Tabela 5- Metas e resultados PPA 2018	38
Tabela 6- Resultados alcançados MPO Urbano 2018	39
Tabela 7- Resultados alcançados MPO Rural 2018	40
Tabela 8- Plano Safra - R\$ Milhões	42
Tabela 9- Dados de aplicação - MPE e MEI	42
Tabela 10- Metas de Desempenho Empresarial - Exercício 2018	43
Tabela 11- Supera Mais – Exercício 2018	43

Tabela 12- Principais projetos para o período de 2019 a 2021.....	49
Tabela 13- Orçamento de investimentos	52
Tabela 14- Depósitos judiciais e extrajudiciais	53
Tabela 15- Ações Judiciais	53
Tabela 16- Perfil Empregados – por sexo	54
Tabela 17- Perfil Empregados – por faixa etária	54
Tabela 18- Perfil Empregados – por escolaridade	54
Tabela 19- Perfil Empregados – por escolaridade	54
Tabela 20- Programa Saúde Amazônia – valores de reembolso	55
Tabela 21- Cronograma de implantação do eSocial	56
Tabela 22- Ações de Investimento em Pessoas	57
Tabela 23- Treinamento de executivos	57
Tabela 24- Programas educacionais	57
Tabela 25- Ações de aprendizagem no âmbito do crédito/negócios	58
Tabela 26- Ações de aprendizagem no âmbito administrativo	58
Tabela 27- Ações de aprendizagem no âmbito da auditoria/controle	58
Tabela 28- Ações de aprendizagem no âmbito da Tecnologia da Informação	59
Tabela 29- Cursos obrigatórios	59
Tabela 30- Despesas de pessoal	60
Tabela 31- Reembolso programa saúde Amazônia	62
Tabela 32- Percentual de Pagamento PLR	63

Tabela 33- Indicadores e metas PLR	63
Tabela 34- Valor Estimado x Valor Contratado nas aquisições	64
Tabela 35- Despesas	64
Tabela 36- Processos licitatórios em andamento	66
Tabela 37- Recursos de TI aplicados em 2018	67
Tabela 38- Contratos de TI mais relevantes	68
Tabela 39- Principais iniciativas e resultados de TI	69
Tabela 40- Despesas com Energia	71
Tabela 41- Despesas com impressão	71
Tabela 42- Cooperativas beneficiadas com a coleta seletiva do Banco	72

SUMÁRIO

1. Mensagem do Presidente do Banco da Amazônia	17
2. Visão geral organizacional e ambiente externo	19
2.1 Banco da Amazônia: quem é, e sua atuação como gerador de valor público	19
2.2 Fontes de recursos financeiros	19
2.3 Composição acionária do capital social	20
2.4 Quantidade de ações	20
2.5 Estrutura organizacional	21
2.6 Ambiente externo	22
2.7 Modelo de negócios - Cadeia de Valor	22
2.8 Macroprocessos	23
3 Planejamento Estratégico e Governança	24
3.1 Objetivos Estratégicos	24
3.2 Planos para implementar as prioridades estratégicas	24
3.3 Estrutura de Governança	25
3.3.1 Instâncias internas de Governança	25
3.3.1.1. Assembleia Geral de Acionistas	25
3.3.1.2 Conselho de Administração	25
3.3.1.3 Diretoria Executiva	26
3.3.2 Instâncias internas de apoio à Governança	27
3.3.3 Comitês de assessoramento à Alta Administração	27

3.3.4 Elementos de Governança	28
3.4 Atuação da unidade de Auditoria Interna	29
3.5 Informações sobre a empresa de Auditoria Independente	30
3.6 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	30
3.7 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário	31
3.8 Resumo dos principais pontos tratados na Carta Anual de Políticas Públicas e na Carta Anual de Governança Corporativa (Inciso I E VIII do Art. 8º da Lei 13.303/2016)	31
3.9 Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas	31
3.9.1 Resultados dos serviços da Ouvidoria e da LAI	32
4 Gestão de riscos e controles internos	34
4.1 Visão geral do modelo de gestão de riscos e controles	34
4.2 Principais riscos e sua vinculação entre os objetivos estratégicos	35
4.3 Medidas específicas de gerenciamentos dos riscos significativos	36
5 Resultado da gestão	38
5.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos	38
5.2 Principais programas e projetos / iniciativas	38
5.2.1 Meta do PPA	38
5.2.2 Programa Amazônia Florescer	39
5.2.3 Programas FNO	40
5.3 Indicadores de desempenho quantificados e alinhados aos objetivos	43
5.3.1 Metas empresariais	43

5.3.2 Metas orçamentárias – Programa Supera Mais	43
5.3.3 Tesouraria	44
5.3.4 Ativos	44
5.3.5 Títulos e Valores Mobiliários – TVM	45
5.3.6 Disponibilidades	45
5.3.7 Patrimônio Líquido – PL	46
5.3.8 Índice de Basiléia (limites operacionais)	46
5.4 Avaliação equilibrada dos objetivos alcançados e do desempenho em relação às metas	46
5.4.1 Rentabilidade	46
5.4.2 Resultado financeiro	47
5.4.3 Resultado orçamentário	47
5.4.4 Programas Governamentais	47
5.4.4.1 Atendimento aos segmentos de pequenos portes	47
5.4.4.2 Programas de Governo – PPA	48
5.5 Monitoramento das metas não alcançadas	48
5.6 Justificativas para o resultado	49
5.7 Perspectivas para os próximos exercícios: desafios e incertezas que o Banco provavelmente enfrentará ao perseguir seu Planejamento Estratégico	49
6 Alocação de recursos e áreas especiais de gestão	52
6.1 Gestão orçamentária e financeira	52
6.2 Renúncia de receitas	53

6.3 Informação sobre depósitos judiciais e extrajudiciais	53
6.4 Informações sobre indenizações a clientes no âmbito administrativo e judicial	53
6.5 Gestão de pessoas	53
6.5.1 Corpo funcional.....	53
6.5.2 Programa de estágio e de menor aprendiz	54
6.5.3 Remuneração e benefícios	55
6.5.4 eSocial	56
6.5.5 PREV Amazônia	56
6.5.6 Desenvolvimento profissional e pessoal	57
6.5.6.1 Treinamento de Executivos	57
6.5.6.2 Programas educacionais	57
6.5.6.3 Plano de desenvolvimento de pessoas	58
6.5.6.4 Ensino a distância – EAD	59
6.5.7 Despesas com custeio/gastos com pessoal	59
6.6 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiado	61
6.7 Política de participação de empregados e administradores nos resultados	62
6.8 Gestão de licitação e contratos	63
6.8.1 Contratações diretas – justificativas	64
6.8.2 Pagamentos em contratações relativas a custeio e investimentos	64
6.8.3 Contratos de publicidade e propaganda	64

6.8.4 Avaliação dos reflexos da desoneração da folha de pagamento nos contratos com a Administração Pública Federal, conforme determinação constante nos itens 9.2 e 9.3 do Acórdão 2.859/2013-TCU PLENÁRIO (item 9.3 do Acórdão 671/2018 – TCU Plenário. TC 013.515/2013-6)	65
6.9 Gestão patrimonial e infraestrutura	65
6.9.1 Desfazimento de ativos	65
6.9.2 Locação de imóveis e equipamentos	65
6.9.3 Mudanças e desmobilizações	66
6.9.4 Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos	66
6.10 Gestão de tecnologia da informação	66
6.10.1 Conformidade legal da gestão de TI	66
6.10.2 Modelo de governança de TI	66
6.10.3 Montante dos recursos de TI aplicados no exercício	67
6.10.4 Gastos de TI por natureza de despesas	68
6.10.5 Contratações de TI mais relevantes e vigentes	68
6.10.6 Principais iniciativas e resultados na área de TI por macroprocessos	69
6.11 Gestão de custos	70
6.12 Sustentabilidade ambiental	70
6.12.1 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições	70
6.12.2 Redução de resíduos poluentes	70
6.12.3 Ações para redução do consumo de recursos naturais	70
6.12.3.1 Programa Amazônia Otimiza	70
6.12.3.2 Programa Amazônia Recicla	71

6.12.3.3 Programa Fornecedor Verde	72
6.12.3.4 Programa Viva Vida	72
6.12.3.5 Programa continuado de educação ambiental – sensibilização, formação e capacitação socioambiental dos empregados	73
7 Demonstrações contábeis	74
7.1 Declaração da contadora	74
7.2 Demonstrações contábeis	74
7.2.1 Desempenho financeiro do exercício	75
7.3 Notas explicativas	90
8 Outras informações relevantes	91
8.1 Como o Banco determina os temas a serem incluídos no Relatório Integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados	91
8.2 Resumo do processo para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como o limite foi determinado	91
8.3 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	91
Anexos e Apêndices	93
Declarações de integridade do Relato Integrado pelos responsáveis pela Governança na forma estabelecida	93

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO BANCO DA AMAZÔNIA



Com 76 anos de história, o Banco da Amazônia exerce um papel relevante para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, atuando como principal agente do Governo Federal na execução das políticas públicas, planos e programas governamentais, beneficiando localidades de difícil acesso e carentes de infraestrutura econômica e social.

Tem o compromisso de promover o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis, valorizando as potencialidades regionais por meio de ações estratégicas voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e redução das desigualdades intra e inter regionais. Seu principal instrumento financeiro é o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, cujos recursos são destinados ao financiamento a todos os segmentos econômicos localizados nos 450 municípios da Região Norte.

Em 2018 o Banco da Amazônia manteve suas declarações estratégicas projetadas para o período 2017/2021, conforme a seguir:

Missão

Desenvolver uma Amazônia sustentável com crédito e soluções eficazes.

Visão

Ser o principal Banco de fomento da Amazônia, moderno, com colaboradores engajados e resultados sólidos.

Valores

- Integridade – Ética e transparência
- Meritocracia
- Desenvolvimento sustentável
- Valorização do cliente
- Decisões técnicas e colegiadas
- Eficiência e inovação
- Comprometimento com o resultado e a gestão de riscos

1.1. Prioridades da gestão

1. Fortalecimento da Governança Corporativa, o que garantiu ao Banco nota 9,39 na Certificação do Indicador de Governança – IG-SEST (Lei das estatais 13.303/2016 e Decreto 8945/2016) e 3ª colocação entre as instituições financeiras;
2. Atendimento a todos os municípios da Região Norte com recursos do FNO;
3. Centralização das análises de crédito;
4. Cumprimento do Plano de Negócios 2018;
5. Aplicação dos Recursos de Fomento conforme Plano de Aplicação 2018.

1.2. Principais resultados

1. Contribuição para a redução da pobreza/desigualdades intra e inter-regionais;
2. Contribuição para a contenção do êxodo rural e Inclusão social;
3. Atendimento a 449 dos 450 municípios da Região Norte, o que representou 99,8% em relação ao total de municípios existentes. Número 10% superior ao realizado no ano de 2017 (406);
4. Estimativa no aumento do PIB em, aproximadamente, R\$25.152,5 milhões/ano;
5. Estimativa de VBP - Valor Bruto da produção em, aproximadamente, R\$49.043,6 milhões/ano;
6. Estimativa de Tributos – R\$- 7.069,4 milhões / ano;
7. Estimativa de Geração de emprego com 737.733 novas oportunidades de trabalho no campo e nas cidades;
8. Estimativa de Massa salarial – R\$ 5,043,5 milhões / ano;
9. Conclusão do projeto de centralização das análises de crédito com a implantação de 05 centrais;
10. Contratação de Crédito de Fomento de R\$ 5.132,8 milhões, (R\$ 4,610,0 milhões FNO) e 16.110 projetos (58,6% maior que em 2017);
11. Liberação de R\$ 4.270,9 milhões em Crédito de Fomento;
12. Captação de R\$ 3,570.0 milhões em Recursos de Terceiros (crescimento de 5,52%, comparado ao exercício de 2017);
13. Lucro líquido: R\$-109,1 milhões (R\$ 64,5 milhões no exercício de 2017);
14. Ativos totais: R\$-18,93 bi (11,7% maior que no exercício de 2017);
15. Doação de R\$-1,8 milhão aos fundos estaduais do idoso e da criança e do adolescente (RO; MT; MA; TO e PA). Esse valor é parte do imposto de renda devido no exercício de 2018, doado como renúncia fiscal;
16. Lançamento do Edital Público de Pesquisa (R\$1,000 milhão), para seleção de projetos de pesquisa científica e tecnológica aplicada (biotecnologia, etnobotânica, recursos florestais e meio ambiental, agricultura, produção animal, cidades sustentáveis, turismo, energia, dentre outros).

1.3. Desafios e perspectivas

Para os próximos exercícios, o direcionamento estratégico do Banco da Amazônia permanece focado no Planejamento Estratégico 2017/2021 e na busca incessante para realização de ações que produzam resultados efetivos, preconizados através dos 07 (sete) objetivos estratégicos. Dentre os desafios, consta o aprimoramento da plataforma tecnológica e a concessão do crédito por meio do fomento digital, com acesso democratizado; além da inclusão da modalidade terceirizada de agentes de crédito, com o objetivo de ampliar o acesso ao FNO e diversificar as fontes de receitas e os canais de distribuição do crédito de fomento.

Valdecir Tose
Presidente

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1. BANCO DA AMAZÔNIA: QUEM É, E SUA ATUAÇÃO COMO GERADOR DE VALOR PÚBLICO

O Banco da Amazônia é uma instituição financeira pública federal, de caráter regional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista e prazo de duração indeterminado, regida por Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis, vinculada ao Ministério da Fazenda, com o objetivo de:

- executar a política do Governo Federal na Região Amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social;
- prestar serviços e realizar todas as operações inerentes à atividade bancária; e
- exercer as funções de agente financeiro dos órgãos regionais federais de desenvolvimento.

Fundado em 9 de julho de 1942 com o nome de Banco de Crédito da Borracha (BCB), cuja atuação tinha por objetivo promover o desenvolvimento a partir de incentivos à exploração da borracha natural, em apoio às Forças Aliadas durante a Segunda Guerra Mundial. Em 1950 foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia (BCA) e passou a participar de forma mais abrangente do processo de desenvolvimento regional financiando todos os segmentos econômicos da Região. A partir de 1966 assumiu a denominação de Banco da Amazônia.

Como agente do Governo Federal, é responsável pelo desenvolvimento da Região Amazônica através do crédito de fomento. Entende que seu papel em gerar valor para a sociedade amazônica **é dar respostas efetivas às suas demandas, valorizando as potencialidades locais e, ao mesmo tempo, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população, a inclusão social e a redução das desigualdades intra e inter regionais.**

Além de realizar todas as atividades bancárias comerciais, o Banco da Amazônia tem o compromisso de estar presente com o crédito de fomento em 100% dos municípios da Região Norte, beneficiando localidades de difícil acesso e carentes de uma melhor infraestrutura econômica e social. Como administrador do FNO, tem o desafio de aplicar o crédito de fomento em bases sustentáveis numa região reconhecida por sua extensão territorial e abundante biodiversidade. O FNO abrange os 07 (sete) estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), o que corresponde a 45,3% do território brasileiro.

Composto por 119 (cento e dezenove) unidades nos 09 (nove) Estados que compõem a Amazônia Legal, uma unidade no centro financeiro do País, São Paulo e (um) escritório administrativo em Brasília, jurisdição concebida para que a atuação do Banco possa abarcar 100% dos municípios da Amazônia Legal.

2.2. FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS

Para cumprir sua missão institucional o Banco da Amazônia opera com as fontes de recursos a seguir:

- Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO): criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/89, destinado para serem aplicados no financiamento das atividades econômicas desenvolvidas em bases sustentáveis na Região Norte.
- Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA): destina-se ao financiamento de projetos de infraestrutura de energia, telecomunicações, portos e rodovias.
- Fundo da Marinha Mercante (FMM): atende às empresas brasileiras de navegação (pessoas jurídicas, constituídas segundo às leis brasileiras, com sede no país, que tenham por objeto o transporte aquaviário, próprio ou fretado, autorizadas a operar).

- Recursos do Orçamento Geral da União (OGU): atendem, através do PRONAF, agricultores familiares da Região Amazônica, suas cooperativas e associações e pessoas jurídicas formadas exclusivamente de agricultores familiares.
- Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): destinam-se às empresas e produtores rurais de mini/micro, pequeno, médio e grande portes que atuam nos segmentos da agropecuária, agroindústria, indústria, turismo, infraestrutura, exportação e comércio e serviços.
- Recursos Próprios de Fomento: destinam-se ao financiamento das atividades econômicas desenvolvidas na Região Amazônica, através de recursos da poupança, recursos obrigatórios e recursos livres.
- Recursos Próprios - Carteira de Crédito Comercial: atendem aos segmentos de pessoa jurídica e pessoa física no crédito de curto prazo.

2.3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

Quadro 1- Composição acionária do Capital Social do Banco da Amazônia

Ações Ordinárias (%)		Posição em	
ACIONISTAS		31/12/2018	31/12/2017
Governo	Tesouro Nacional	51,000	51,000
	Outras Entidades Governamentais – BB FGO	10,212	10,308
	Outras Entidades Governamentais – FI FGEDUC	35,173	35,180
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-
	% Governo	96,384	96,488
Free Float	Pessoas Físicas	2,629	2,603
	Pessoas Jurídicas	0,987	0,909
	Capital Estrangeiro	-	0,000
	% free float	3,616	3,512
Subtotal Ordinárias (%)		100%	100%

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

2.4. QUANTIDADE DE AÇÕES DO BANCO

Quadro 2- Quantidade de ações do Banco de Amazônia

Distribuição ações	31/12/2018		31/12/2017	
	Ações	% Total	Ações	% Total
UNIÃO	28.574.057	96,38	28.604.757	96,49%
Administração Direta - Ministério da Fazenda	15.119.443	51,00	15.119.443	51,00%
Administração Indireta	13.454.614	45,38	13.485.314	45,49%
BB FGEDUC	10.427.301	35,17	10.429.301	35,18%
BB FGO - Fundo de Investimentos em ações	3.027.313	10,21	3.056.013	10,31%
Demais	1.071.910	3,62	1.041.210	3,51%
TOTAL	29.645.967	100,00	29.645.967	100,00%

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

2.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO BANCO DA AMAZÔNIA

A estrutura organizacional do Banco da Amazônia é composta por órgãos de gestão estratégica, órgãos de fiscalização e controle e unidades organizacionais táticas e operacionais, conforme organograma a seguir:

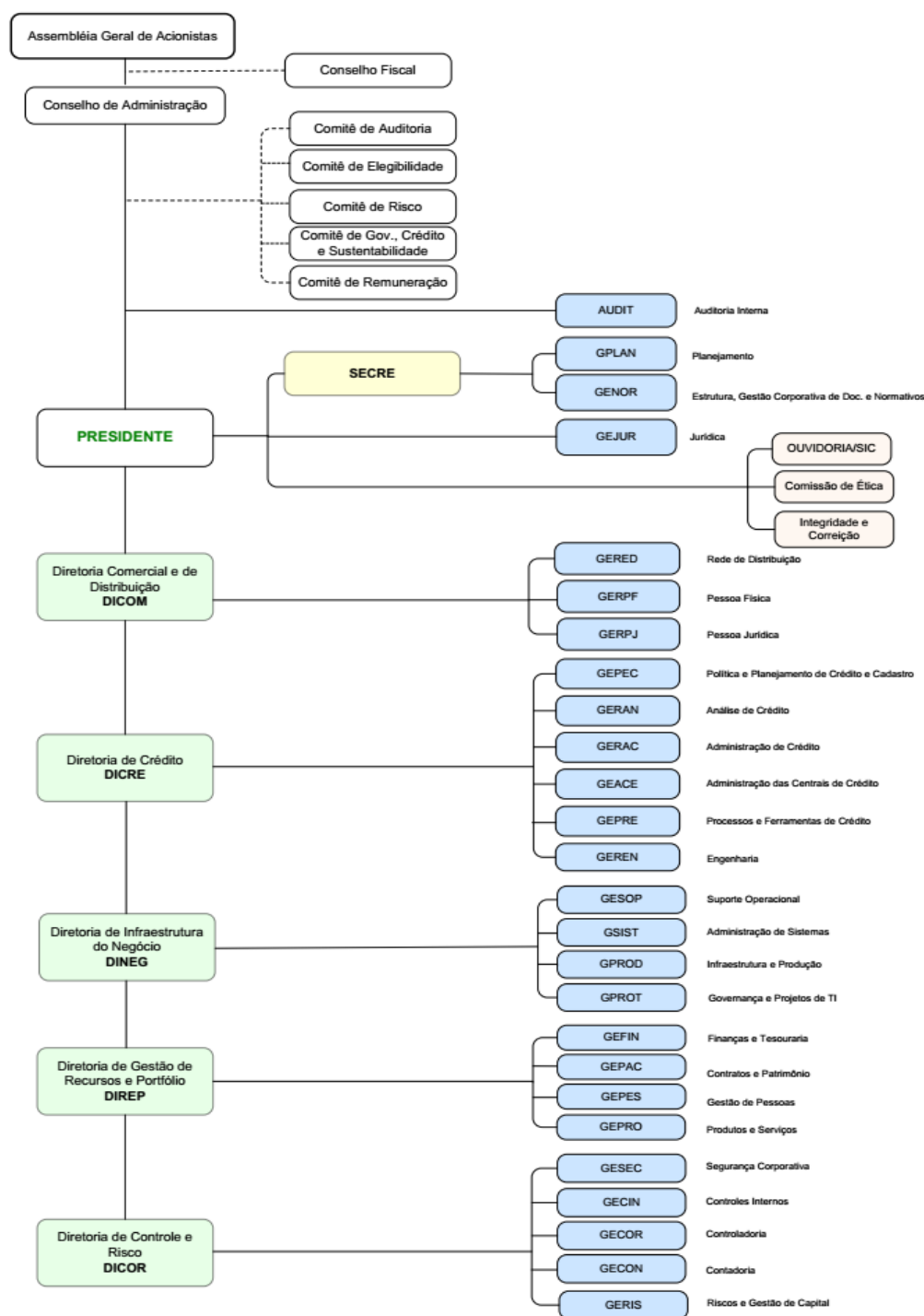


Figura 1- Organograma Institucional do Banco da Amazônia

Fonte: Banco da Amazônia – GENOR

2.6. AMBIENTE EXTERNO E INTERNO

A economia mundial apontou crescimento robusto e desigual em 2018 destacando-se o comportamento positivo dos EUA que, mesmo com a elevação da taxa de juros, viu o desemprego atingir a mínima histórica e a inflação ficar dentro da meta de 2,0% estipulada pela autoridade monetária. Segundo estimativa do FMI, a economia chinesa deve registrar o crescimento de 6,6% e segue com o processo de mudança do seu modelo econômico baseado no investimento para o consumo e serviços ligados à alta tecnologia. Por outro lado, o crescimento da União Europeia arrefeceu-se, sendo o BREXIT um dos principais fatores.

No contexto interno, a paralisação dos caminhoneiros em maio, as incertezas do período eleitoral e o desequilíbrio fiscal foram relevantes para o elevado nível de ociosidade dos fatores de produção (capital e trabalho) da economia brasileira. No entanto, alguns indicadores setoriais tiveram comportamento positivo em 2018. O número de empregos aumentou e, consequentemente, reduziu a taxa de desemprego, na margem. A indústria brasileira cresceu 1,5% no acumulado de janeiro a novembro. O comércio varejista aumentou 2,2% no mesmo tipo de comparação. Outro ponto favorável e importante foi a queda da inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que fechou o ano em 3,7%, bem abaixo da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

No âmbito regional, as economias dos estados da Amazônia Legal reproduziram o comportamento desafiador do cenário nacional instável. As vendas do comércio varejista aumentaram nos estados da Amazônia Legal, no acumulado em doze meses (outubro/2018), com a exceção do Amapá, enquanto a produção industrial cresceu 7,0% no Amazonas e 10,1% no Pará. Além disso, o saldo do comércio exterior amazônico aumentou cerca de 6,3% de janeiro a dezembro de 2018 no agregado, contra o mesmo período de 2017, destacando-se os crescimentos expressivos no saldo comercial do Maranhão, Acre e Tocantins.

2.7. MODELO DE NEGÓCIOS - Cadeia de Valor

O negócio do Banco da Amazônia é estar presente com o crédito de fomento em todos os municípios que compõem a Amazônia Legal, beneficiando localidades de difícil acesso e carentes de infraestrutura econômica e social, visando produzir desenvolvimento e resultados em bases sustentáveis numa região reconhecida por sua extensão territorial e abundante biodiversidade. A Cadeia de Valor do Banco da Amazônia está assim constituída:

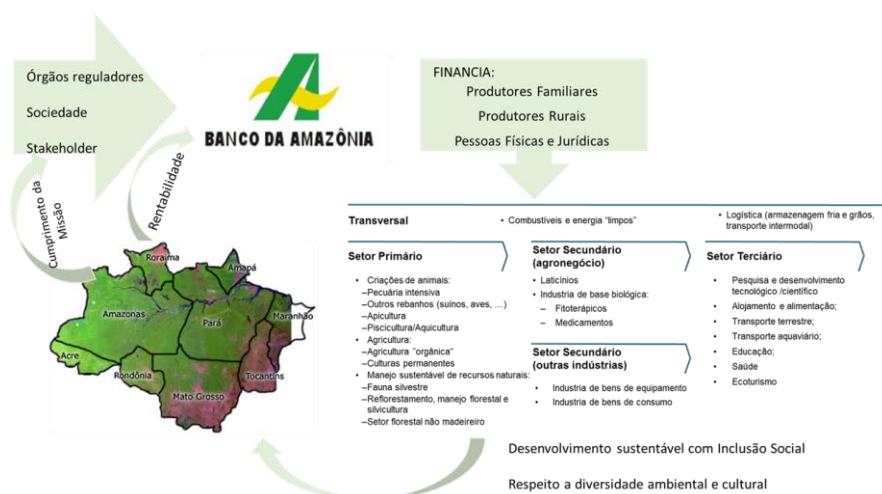


Figura 2- Cadeia de Valor do Banco da Amazônia
Fonte: Banco da Amazônia – GPLAN/GENOR

2.8. MACROPROCESSOS DO BANCO DA AMAZÔNIA

Para cumprimento de sua missão institucional e entrega de valor à sociedade amazônica, a Diretoria do Banco aprovou, em maio/2018, 03 (três) macroprocessos que permitem mapear os processos críticos e avaliar a necessidade de medir as variáveis que influenciam no desempenho final, além de visualizar os principais processos da organização. Estão retratados e classificados numa visão lógica e estruturada do funcionamento interno do Banco, permitindo verificar os relacionamentos entre eles estabelecidos sob a ótica dos valores gerados e dos resultados esperados, possibilitando maior eficiência e eficácia na promoção do apoio creditício aos empreendedores rurais e urbanos, sejam pessoas físicas ou jurídicas.

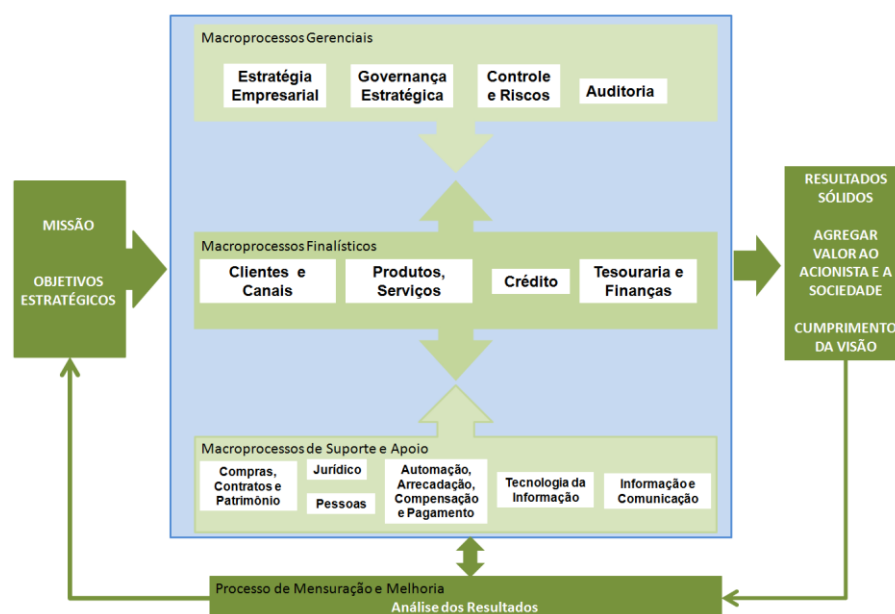


Figura 3- Cadeia de Processos do Banco da Amazônia
Fonte: Banco da Amazônia – GENOR

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

3.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Planejamento Estratégico do Banco da Amazônia foi revisado em Dezembro de 2017 para o período 2017/2021, onde foram definidos 07 (sete) objetivos estratégicos para o cumprimento de sua missão institucional, conforme a seguir:



Figura 4- Objetivos Estratégicos do Banco da Amazônia
Fonte: Banco da Amazônia – GPLAN

3.2. PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

Para o alcance das prioridades estratégicas do Banco da Amazônia em 2018 foram projetados 39 planos contendo 184 ações, para execução até o ano de 2021, conforme a seguir:

Quadro 3- Plano Estratégico - Resumo

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	Planos	Ações	Concluídas	Atrasadas	Em Execução	A iniciar
Garantir Resultados Sólidos e Crescentes	6	32	7	6	8	11
Manter Colaboradores Capacitados e Motivados	6	33	5	2	8	18
Ter Foco na Eficiência Operacional	5	22	4	4	0	14
Fortalecer a Governança Corporativa	7	29	3	3	12	11
Alcançar a Excelência no Processo de Crédito	6	25	3	8	3	11
Diversificar as Fontes de Receitas e os Canais de Distribuição do Crédito de Fomento	5	19	0	3	6	10
Ter Clientes Satisfeitos e Rentáveis	4	24	2	4	1	17
Total	39	184	24	31	39	90
Total (%)			13%	17%	21%	49%

Fonte: Banco da Amazônia – GPLAN

3.3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A estrutura de Governança do Banco da Amazônia, assim como sua composição, funcionamento, atribuições e competências obedecem às regulamentações vigentes e ao seu Estatuto Social. O Banco está subordinado ao Ministério da Economia e tem como apoio externo à governança as instâncias: Controladoria Geral da União – CGU; Tribunal de Contas da União – TCU e Auditoria Independente.

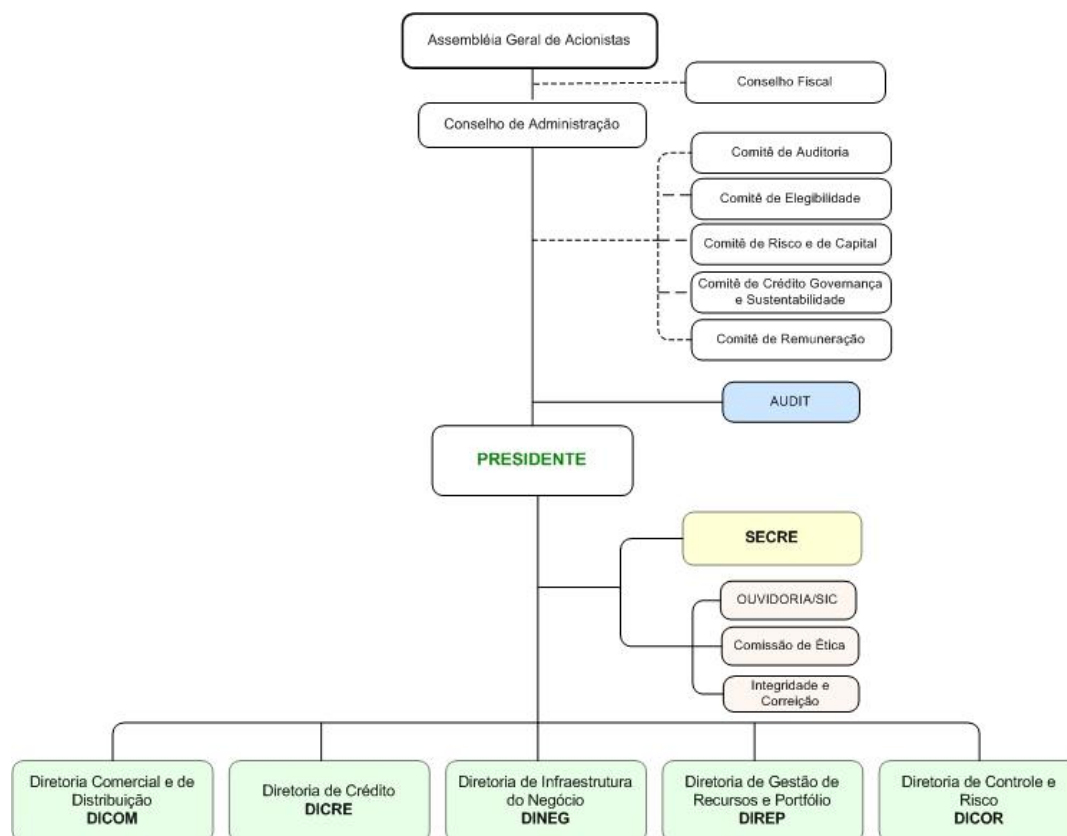


Figura 5- Estrutura de Governança do Banco da Amazônia

Fonte: Banco da Amazônia – GENOR

3.3.1 Instâncias Internas de Governança

3.3.1.1 ASSEMBLÉIA GERAL DE ACIONISTAS

É a instância máxima de decisão, reúne os acionistas para se manifestarem sobre temas relevantes, estando as regras de convocação e os temas a serem deliberados pelos acionistas, definidos na Lei nº 6.404/1976 e no art. 6º do Estatuto Social. A Assembleia Geral Ordinária ocorre, obrigatoriamente, uma vez por ano, devendo ser realizada até o final do mês de abril (término do exercício social), para deliberar assuntos como: prestação de contas dos administradores, demonstrações financeiras, destinação do lucro líquido, eleição dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fixar a remuneração dos dirigentes.

3.3.1.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Órgão de orientação superior formado por sete membros eleitos pela Assembleia Geral de acionistas, sendo quatro indicados pelo Ministro de Estado da Economia; um representante dos empregados (Lei nº 12.353/2010) e um representante dos acionistas minoritários (Lei nº 6.404/1976).

O Presidente do Banco integrará o Colegiado, porém, impossibilitado de presidi-lo. O Colegiado deve ter, no mínimo, 25% de membros independentes.

Ao final do exercício de 2018, o Conselho de Administração estava assim composto:



CARLOS AUGUSTO
MOREIRA ARAÚJO
Presidente



VALDECIR JOSÉ DE
S. TOSE



ALEXANDRE
PEDERCINI ISSA



FÁBIO RIBEIRO
SERVO



GENIVAL FRANCISCO
DA SILVA



WILSON CARVALHO DA S.
JÚNIOR

3.3.1.3 DIRETORIA EXECUTIVA

Órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular do Banco em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. É formado pelo Presidente e cinco Diretores, sendo eleitos, dentre acionistas ou não, e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração. Os Diretores possuem prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas, ocasião em que a gestão prosseguirá até a investidura de novos membros.

Ao final do exercício de 2018 a Diretoria Executiva estava composta conforme a seguir.



VALDECIR JOSÉ DE SOUZA TOSE
Presidente
Diretor de Infraestrutura do Negócio



FRANCIMAR
RODRIGUES MACIEL
Diretor de Crédito



LUIS PETRONIO
NUNES AGUIAR
Diretor de Controle e
Risco



LUIZ CLAUDIO DE
OLIVEIRA SAMPAIO
Diretor Comercial e de
Distribuição



LUIZ OTÁVIO MONTEIRO
MACIEL JÚNIOR
Diretor de Gestão de Recursos e
Portfólio de Produtos e Serviços

Destaque-se que em 06 de Abril de 2018, o Diretor de Infraestrutura do Negócios – DINEG, empregado de carreira do Banco da Amazônia, Valdecir José de Souza Tose, assumiu a Presidência do Banco, em substituição a Marivaldo Gonçalves de Melo, que esteve à frente da Instituição até o dia 05 de Abril de 2018. Valdecir é formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia, possui especialização em Negócios Financeiros pela Universidade de Brasília (UNB); especialização em Direito Tributário; e em Administração e Estratégia Empresarial, ambas pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), além de Formação Básica e Avançada em Conselheiro de Administração pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

3.3.2 Instâncias internas de apoio à governança

- **CONSELHO FISCAL:** Funciona de modo permanente e é integrado por quatro membros efetivos e igual número de suplentes (um indicado pelos acionistas minoritários e três pela União), sendo um deles representante do Tesouro Nacional, para exercer atribuições atinentes ao seu poder de fiscalização.
- **ASSESSORAMENTO E APOIO:** O Banco possui unidade responsável pelo apoio direto a todas as atividades relacionadas ao funcionamento do sistema de governança, atuando com imparcialidade em relação a qualquer interesse, individual ou coletivo, mantendo o foco nas diretrizes de governança e nas melhores práticas em situações de conflitos de interesses. Gerencia, também, o fluxo de informações, assegurando que estas sejam direcionadas, tempestivamente, de maneira segura, as áreas e órgãos de governança, atuando como facilitador para o alinhamento da governança do Banco.

3.3.3 Comitês de Assessoramento à Alta Administração

- **COMITÊ DE AUDITORIA – COAUD:** Subordinado ao Conselho de Administração, formado por três membros, em sua maioria independentes (nomeados e destituídos pelo CONSAD), com atribuições e encargos previstos na legislação e no Estatuto Social do Banco (atuação independente).
- **COMITÊ ESTRATÉGICO DE CRÉDITO, GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE:** Responsável por assessorar o Conselho de Administração sob o enfoque estratégico e estrutural do crédito, governança e sustentabilidade. Composto por três membros nomeados e designados pelo Conselho, devendo reunir-se, mensalmente, em caráter ordinário, ou, extraordinariamente, quando convocado por Coordenador ou Presidente do CONSAD (iniciativa própria ou por solicitação de qualquer membro do Comitê).
- **COMITÊ ESTRATÉGICO DE RISCOS E DE CAPITAL:** Responsável por assessorar o Conselho de Administração (gestão de riscos e de capital /visão integrada dos riscos e seus impactos / níveis de apetite por riscos / estratégias para gerenciamento). Reúne-se mensalmente, ou, extraordinariamente, quando convocado por Coordenador ou Presidente do Conselho (iniciativa própria ou solicitação de qualquer membro do Comitê).
- **COMITÊ DE ELEGIBILIDADE:** Responsável por auxiliar os acionistas na indicação de administradores e conselheiros fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e ausência de vedações para eleição ao cargo. Além de verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e conselheiros fiscais.
- **COMITÊ DE REMUNERAÇÃO:** Responsável por elaborar e revisar a política de remuneração dos administradores da Instituição (Resolução BACEN nº 3.921, de 25.11.2010). Composto por três membros efetivos e dois suplentes, sendo que dois deles, um titular e um suplente, não podem ser administradores.

3.3.4 Elementos de Governança

- **COMISSÃO DE ÉTICA:** Órgão independente, de caráter consultivo, normativo, deliberativo e educativo, criado para pautar as ações e atividades profissionais nos princípios de legalidade, probidade, impessoalidade e transparência, bem como, pelo respeito ao ser humano, respondendo diretamente ao Presidente do Banco e à Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

O Código de Conduta Ética do Banco da Amazônia contém os padrões exigidos e estabelecem os deveres e vedações de seus membros estatutários, colaboradores e contratados, os quais são baseados nos princípios da legalidade, probidade, impessoalidade, transparência e respeito ao ser humano, valores presentes na Constituição Federal, no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e o Código de Conduta da Alta Administração Federal. A gestão do Código de Conduta Ética é realizada pela Comissão de Ética.

No documento estão estabelecidas as diretrizes de conduta ética, e prescritos os padrões de comportamento profissionais, estabelecendo deveres e vedações de acordo com os princípios da ética, da moral e da justiça, aplicando-se aos membros estatutários, empregados e colaboradores, assim constituídos: Membros Estatutários: Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Presidente, Diretores e Comitê de Auditoria, Empregados, Estagiários e menores aprendizes, assim como, Dirigentes, assessores e empregados de empresas contratadas; Parceiros de negócios e entidades; Fornecedores; e todos que, com ou sem remuneração, estejam atuando ou prestando serviços em nome ou para o Banco da Amazônia, inclusive, de forma temporária.

O Banco ainda dispõe de 02 (dois) códigos de ética em áreas específicas: Auditoria Interna e Tesouraria. Também viabiliza canal de comunicação para esclarecimentos de dúvidas relacionadas ao Código e às Normas, e prevê penalidades em caso de descumprimento do regulamento. Anualmente, revisa e disponibiliza treinamento de aperfeiçoamento em Conduta Ética.

- **SISTEMA DE CORREIÇÃO:** O Banco da Amazônia dispõe de normativo específico que trata de responsabilidades e penalidades (NP 118), que evidencia o sistema de correção da empresa e demonstra a estrutura e os procedimentos a serem utilizados quando necessário. A gestão da norma é realizada por área específica, ligada diretamente à Presidência, com apoio técnico da Diretoria de Controle e Risco.

- **PROGRAMA DE INTEGRIDADE:** Publicado em Março/2017, objetiva consolidar ações adotadas para prevenir, detectar e remediar ocorrência de práticas de atos lesivos contra a administração pública passíveis de qualificação (corrupção por membros estatutários, empregado, terceiros e estagiários). A gestão é realizada por área específica, ligada diretamente à Presidência, com apoio técnico da Diretoria de Controle e Risco.

- **CONTROLES INTERNOS E RISCOS:** O Banco da Amazônia mantém em sua estrutura duas unidades que atuam na segunda linha de defesa: Gerência de Controles Internos – GECIN (visa assegurar a conformidade regulamentar e operacional, bem como o adequado funcionamento do Sistema de Controles Internos do Banco) e Gerência de Riscos e Gestão de Capital – GERIS (responsável pela gestão integrada de riscos e de capital).

- **NOMEAÇÃO DE MEMBROS DA ALTA ADMINISTRAÇÃO:** O Banco da Amazônia prevê em seu Estatuto Social os requisitos e vedações para nomeação ou eleição de membros dos órgãos de administração em conformidade com a legislação vigente. Possui um Comitê de Elegibilidade, de caráter estatutário, para opinar, e auxiliar os acionistas na indicação de administradores sobre o preenchimento dos requisitos e ausência de vedações para as respectivas eleições/nomeações (Conforme art. 10 do Estatuto Social).

- **CONFLITO DE INTERESSES:** O Estatuto Social do Banco da Amazônia prevê a necessidade de resguardar possíveis casos de conflito de interesses entre os membros da Alta administração e elege situações que podem caracterizá-lo. Além disso, dispõe de política de transações de partes relacionadas a qual recomenda a conduta em possíveis situações de conflitos de

interesses. As transações realizadas com as partes relacionadas são divulgadas mediante apresentação à Comissão de Valores Mobiliários – CVM do formulário de referência como também nas demonstrações financeiras do Banco, em notas explicativas e observam a Instrução CVM nº 480/2009, alterada pela Instrução CVM nº 552/2014 e as determinações da Lei nº 105/2001, quanto ao sigilo das informações.

- **PREVENÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO:** O Banco da Amazônia possui Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (CPLD), coordenado pelo Diretor de Controle e Risco – DICOR, com objetivo de avaliar e acompanhar as ações relacionadas ao programa de integridade, prestando consultoria sobre o tema e disseminando a cultura de prevenção e combate à corrupção no banco. Os treinamentos sobre os temas (Prevenção e Combate à Corrupção; Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Ética nas Relações Profissionais) são de caráter obrigatório e pré-requisito para participação em processos seletivos internos.

- **INDICADOR DE GOVERNANÇA - IG-SEST:** Instrumento de acompanhamento contínuo desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Economia. Objetiva avaliar o cumprimento dos requisitos da Lei nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016 e diretrizes estabelecidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR (criada pelo Decreto nº 6.021/2007). Busca implementar nas empresas estatais as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência em governança corporativa. Nos três primeiros ciclos de avaliação realizados o Banco da Amazônia se enquadrou no Nível 1, recebendo, as Notas 7,81; 9,27 e 9,39, respectivamente, sendo classificado entre as três melhores empresas estatais do segmento bancário.

3.4. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA: AUDIT

A AUDIT tem por missão aumentar e proteger o valor organizacional e, como finalidade básica, fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Dentre as normas que regulam suas atividades destacam-se: Estatuto Social do Banco da Amazônia; Regimento Interno da Auditoria; Política de Auditoria Interna e Código de Ética da Auditoria Interna.

Está subordinada ao Conselho de Administração (CONSAD), sujeita à supervisão do Comitê de Auditoria (COAUD) e à orientação normativa e supervisão técnica da Controladoria-Geral da União (CGU). Atua como terceira linha de defesa no processo de gerenciamento de riscos e controles. Conta com uma equipe de 36 profissionais (um chefe, quatro coordenadores, vinte e nove auditores, um supervisor e um operativo) e não possui unidades descentralizadas. Conforme normas internas a nomeação, designação, exoneração ou dispensa do chefe da AUDIT são submetidas pela DIREX à aprovação do CONSAD e, posteriormente, à aprovação da CGU.

Os trabalhos da AUDIT são orientados em conformidade com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) e os resultados comunicados à Presidência do Banco, ao Comitê de Auditoria - COAUD e aos Conselhos (Administração e Fiscal) por meio de relatórios, notas de auditorias e sumários executivos.

Em 2018 foi implantada nova organização administrativa da AUDIT, estando, ainda, em consolidação aspectos relevantes para alcance dos resultados esperados e mitigação de eventos de risco (Nota Técnica SEAUD-CASIS nº 2016/019 e Diagnóstico Situacional SEAUD-CASIS nº 2016/019). Nesse contexto, foram estimados projetos de melhorias como forma de consolidar a reorganização administrativa (Implantação da Metodologia Auditoria Baseada em Riscos (ABR); Planejamento e Implantação do Programa de Gestão de Melhoria da Qualidade (PGMQ); Desenvolvimento e Implantação do Sistema AuditTSE; Avaliação da Conformidade dos Trabalhos de Auditoria; Planejamento Estratégico da Auditoria Interna).

Em 2018 a AUDIT concluiu ações de auditoria interna, dentre as quais merecem destaques: demandas relacionadas à área de TI/negócios; Gestão de Integridade de Correição; Gestão da Carteira de Crédito; Políticas de crédito e cadastro; Jurídico-Contencioso; Gestão de Produtos, serviços e automação; Controles Internos, Estratégia e Tesouraria.

No período foram emitidos 13 relatórios de auditoria de avaliação, contendo 28 observações, sendo cinco com nível de risco crítico e 23 de nível de risco alto, conforme a seguir:

Tabela 1- Rating dos relatórios

Ano	Rating	Quantidade	Percentual
2018	Insatisfatório	0	0%
	Precisa de melhoria significativa	7	54%
	Precisa de melhoria	4	31%
	Satisfatório	2	15%
	TOTAL	13	100%

Fonte: Banco da Amazônia – AUDIT

3.5. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE:

A prestação e execução dos serviços de Auditoria Independente contratada para o Banco da Amazônia foi decorrente de processo licitatório (Edital Pregão Eletrônico nº 2018/007). A empresa vencedora foi a KPMG Auditores Independentes, CNPJ: 57.755.217/0001-29, situada na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105, Torre A, 6º andar, parte 7º andar, parte 8º andar, parte 11º andar e parte 12º Andar; Bairro: Vila São Francisco, CEP: 04.711-904 - São Paulo (SP), contrato nº 2018/132, assinado em 22/06/2018, no valor de R\$-1.639.000,00, com vigência até 21/06/2019. Os serviços contratados abrangem a auditoria e emissão de relatórios de todas as modalidades de operações do Banco.

Em referência à Instrução nº 381/2003 da Comissão de Valores Mobiliários, o Banco da Amazônia, no exercício de 2018, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

3.6. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS:

Procedimento contido na norma de procedimento NP-118 – Responsabilidades e Penalidades, na qual está definido que, sempre que houver inobservância às normas de conduta, o empregado será passível de sofrer sanções disciplinares aplicáveis por meios de inquérito administrativo. O inquérito administrativo se inicia a partir de: Constatação de irregularidade pela própria Unidade; Solicitação de apuração (Órgãos fiscalizadores, Unidades do Banco; Instâncias diretivas e do recebimento de denúncias de irregularidades (internas ou externas). Todas as decisões são colegiadas, possuem alçadas específicas e compreendem as fases de instauração, apuração, análise, julgamento, recurso e cumprimento de decisão.

Em 2018 o Comitê de Recursos Humanos realizou 15 (quinze) reuniões, nas quais foram apreciados/analizados 27 (vinte e sete) processos, totalizando o valor de R\$- 15.137.251,75 (Quinze milhões, cento e trinta e sete mil, duzentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos), resultando em 08 demissões (justa causa); 03 suspensões; 01 advertência; 12 repreensões e 14 admoestações.

3.7. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO

Em 2018, não ocorreram casos que comportassem a instauração de Tomadas de Contas Especiais - TCE e, por consequência, não ocorreram adoções de medidas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.

3.8. RESUMO DOS PRINCIPAIS PONTOS TRATADOS NA CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E NA CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA COORPORATIVA (INCISO I E VIII DO ART. 8º DA LEI 13.303/2016)

O Banco reafirma seu compromisso quanto aos objetivos de políticas públicas em atendimento ao interesse coletivo, ou ao imperativo de segurança nacional que justifica a autorização para a sua criação, conforme demonstrado em seu estatuto social (Art. 2º) e claramente sintetizado na sua missão: “Desenvolver uma Amazônia Sustentável com crédito e soluções eficazes”. Todos os pontos tratados na Carta Anual de Políticas Públicas estão evidenciados no site institucional (relatório de administração 2018), endereço www.bancoamazonia.com.br.

3.9. PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

O Banco divulga no site institucional os principais dados, em especial, aqueles que são de interesse geral ou coletivo (Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, regulamentada pelo decreto 7.724/2012). Também publica o modelo de responsabilização que trata das obrigações e responsabilidades e a forma de apuração das irregularidades.

O cliente do Banco da Amazônia conta com diversos canais de atendimento, a saber:

- **Fale Conosco:** canal de atendimento para envio de *e-mails* à caixa de correio do Banco da Amazônia, acessível através do *link* “Fale Conosco”, presente no *site* institucional, opção “Atendimento”, cuja finalidade é receber pedidos de informações, dúvidas, questionamentos, reclamações, elogios e outros, sobre o Banco da Amazônia. O canal está disponível 24 horas/dia e 07 dias/semana.

- **Help Desk do Amazônia Online:** canal de atendimento direcionado a responder pedidos de informações, dúvidas, questionamentos, reclamações, elogios e auxílio na navegação no Amazônia Online (Internet Banking). O contato é realizado através de ligação para 0800 280 3595, com funcionamento de 8h às 18hs, de segunda a sexta-feira (exceto feriados nacionais).

Especialmente para os empregados da Instituição, há canal de relacionamento com os empregados, visando padronizar o processo de recepção e tratamento das demandas voltadas para a área de Recursos Humanos.

Para todos os públicos o Banco da Amazônia disponibiliza, em sua página institucional, canal de denúncia, de fácil acesso, para receber relatos ou situações que envolvem leis, códigos de conduta, princípios éticos e outras normas vigentes que norteiam a atividade da Instituição.

Também dispõe de Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC (canal especializado na solução de problemas e apoio ao consumidor), assegurando que as informações prestadas sejam claras, completas e transparentes, evidenciando respeito pelos consumidores. O acesso ao SAC ocorre através dos telefones 0800 727 7228 e 0800 721 1888, sendo este exclusivo para pessoas deficientes de áudio/fala (24 horas/dia, sete dias/semana). É garantida as vias de atendimento através do telefone fixo, celular, público e telefone específico para realizar ligações para o número exclusivo de deficiente auditivo e de fala.

As ocorrências em 2018 foram:

Tabela 2- Rating das ocorrências

Manifestação	Quantidade	%
Informação	10.366	90,64%
Insucesso no Atendimento	560	4,90%
Reclamação	499	4,36
Sugestão	5	0,04%
Solicitação	3	0,03%
Elogios	3	0,03%
Total	11.436	100,00%

Fonte: Banco da Amazônia – OUVIDORIA/SAC

3.9.1. Resultados dos serviços da Ouvidoria e da LAI

A Ouvidoria é um canal de última instância para o registro de reclamações, especializada no atendimento a clientes e usuários de produtos e serviços que não obtiveram solução em suas demandas nos canais de atendimento primário da instituição. Busca identificar as necessidades do público externo, zelar pela boa imagem do Banco e aperfeiçoar seu modelo de gestão, atuando inclusive na mediação de conflitos. Também registra e trata elogios, sugestões e denúncias, garantindo sigilo e segurança, com opções de reserva de identidade ou anonimato no registro das denúncias. As manifestações podem ser recebidas através do telefone (0800 722 2171) ou no endereço eletrônico: ouvidoria@bancoamazonia.com.br, que pode ser acessado diretamente do site do Banco (www.bancoamazonia.com.br). Podem também, ser agendados atendimentos presenciais ou encaminhadas mensagens, via correios, para o endereço: Av. Presidente Vargas, 800 – Campina – Belém-PA, CEP: 66.017-000.

Através do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC recebe demandas referentes à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), atende e orienta os cidadãos sobre a referida Lei. Os pedidos podem ser feitos por pessoa física ou jurídica através do e-SIC (sistema centralizador dos pedidos), gerenciado pela CGU – Controladoria Geral da União. Em 2018 o SIC recebeu 100 pedidos de informações, reduzindo em 24% se comparado ao exercício de 2017 (124 pedidos).

Pelo Sistema de Registro de Demandas do Cidadão – RDR do BACEN, foram recebidos 70 pleitos (19 reguladas procedentes, 20 reguladas improcedentes, 25 não reguladas, 1 não conclusiva, 3 canceladas e 2 em tramitação). No Sistema Ouvidor do Ministério da Fazenda foi recebido 1 registro respondido no prazo regulamentar. A Ouvidoria registrou 78 manifestações em 2018 (redução em 15,38% registros de reclamações comparado a 2017), conforme tabela a seguir:

Tabela 3- Registros Ouvidoria

Natureza das Demandas	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Reclamação	568	353	96	48	52	44
Denúncia	45	41	37	19	44	28
Solicitação	35	8	7	4	1	1
Elogio	11	11	6	1	4	3
Insucesso no Atendimento	1	3	0	0	0	0
Suspensão e/ou Cancelamento	7	4	2	0	0	0
Sugestão	3	3	5	6	4	2
Total	670	199	106	78	105	78

Fonte: Banco da Amazônia – OUVIDORIA/SIC

Para atender regulamentações vigentes do CMN e do BACEN (Resolução CMN 4.629 de 25/01/2018, Circular BCB 3.881 de 07/03/2018 e Carta Circular 3.880 de 11/05/2018), a Ouvidoria passou a realizar em julho/2018 pesquisa de satisfação, recebendo as seguintes avaliações:

Tabela 4- Pesquisa de Satisfação – Ouvidoria

Manifestação	Data	Data/hora da avaliação	NOTA 1 *	NOTA 2 **
Elogio	04/07/2018	01/08/2018 às 10:45:00	5	5
Reclamação	09/07/2018	13/07/2018 às 08:44:00	5	5
Denúncia	17/08/2018	30/08/2018 às 16:30:00	5	5
Reclamação	22/08/2018	29/08/2018 às 16:30:00	1	1
Denúncia	28/09/2018	12/10/2018 às 21:40:00	5	5
Reclamação	10/10/2018	16/10/2018 às 13:48:25	5	5
Denúncia	17/10/2018	24/10/2018 às 16:39:00	5	5
Reclamação	19/10/2018	08/11/2018 às 14:31:00	5	5
Reclamação	23/11/2018	06/12/2018 às 10:50:00	5	5

Fonte: Banco da Amazônia – OUVIDORIA/SAC

Observações:

* Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 o nível de satisfação mais baixo e 5 o nível de satisfação mais alto, avalie a solução apresentada pela ouvidoria para a demanda.

** Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 o nível de satisfação mais baixo e 5 o nível de satisfação mais alto, avalie a qualidade do atendimento prestado pela ouvidoria.

4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1. VISÃO GERAL DO MODELO DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES

A gestão de riscos e controles internos no Banco da Amazônia é gerida por 02 (duas) Gerências Executivas, que atuam na segunda linha de defesa, conforme a seguir:

Gerência Executiva de Riscos Corporativos – GERIS, tem por finalidade: realizar a gestão integrada de riscos e de capital, administrando as ações de identificação e gerenciamento dos riscos, definindo os níveis de risco e de alocação de capital adequados às estratégias e estrutura do Banco.

Gerência Executiva de Controles Internos – GECIN, tem por finalidade: atuar como segunda linha de defesa de controles internos assegurando a conformidade regulamentar e operacional, garantindo a adequação e o funcionamento do sistema de controles internos do Banco, reportando às instâncias de governança e à alta administração as avaliações nos controles institucionais.

A estrutura de governança de gestão de riscos corporativos e *compliance* contempla diversos colegiados com clara definição de responsabilidades, sendo o Conselho de Administração a instância máxima da governança (mantém independência da gestão) e é responsável por aprovar as políticas e assegurar a efetividade e continuidade da gestão de riscos e *compliance*. Conta com uma estrutura normativa que contempla políticas de gestão corporativa de riscos, segurança e *compliance*, bem como, normas de procedimentos.

Na forma da Resolução CMN nº 4.557/2017, de 23.02.2017, o Banco consolida sua estrutura de gerenciamento de riscos e de capital de forma contínua e integrada. A Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital dispõe as diretrizes para gestão de riscos, o apetite ao risco, seus níveis e limites refletidos nos termos da RAS, conforme estabelece a Resolução acima, e orienta o comportamento de todas as unidades do Banco envolvidas no processo de gestão de risco.

Conforme Resolução 4.553/2017 o Banco está classificado no Segmento 3 (S3), dispondo em sua estrutura de: Declaração de Apetite por Riscos – RAS (Risk Appetite Statement), Programa de Testes de Estresse (Análise de Sensibilidade), o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária (IRRBB), Comitê de Riscos e Indicação de CRO (Chief Risk Officer), perante o BACEN.

O Diretor de Controle e Risco (DICOR) é responsável pela supervisão do desenvolvimento, da implantação e do desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos e capital perante o BACEN, sendo o Chief Risk Officer (CRO) do Banco da Amazônia.

As atividades de controle são desempenhadas em todos os níveis do Banco, em vários estágios dentro dos processos corporativos e no ambiente tecnológico, tanto de natureza preventiva quanto detectiva, abrangendo, dentre outros, autorizações e aprovações, verificações, reconciliações, controles de segurança, segregação de função e supervisão.

Do ponto de vista organizacional, o Banco mantém atualmente a seguinte estrutura de governança em gestão de riscos:

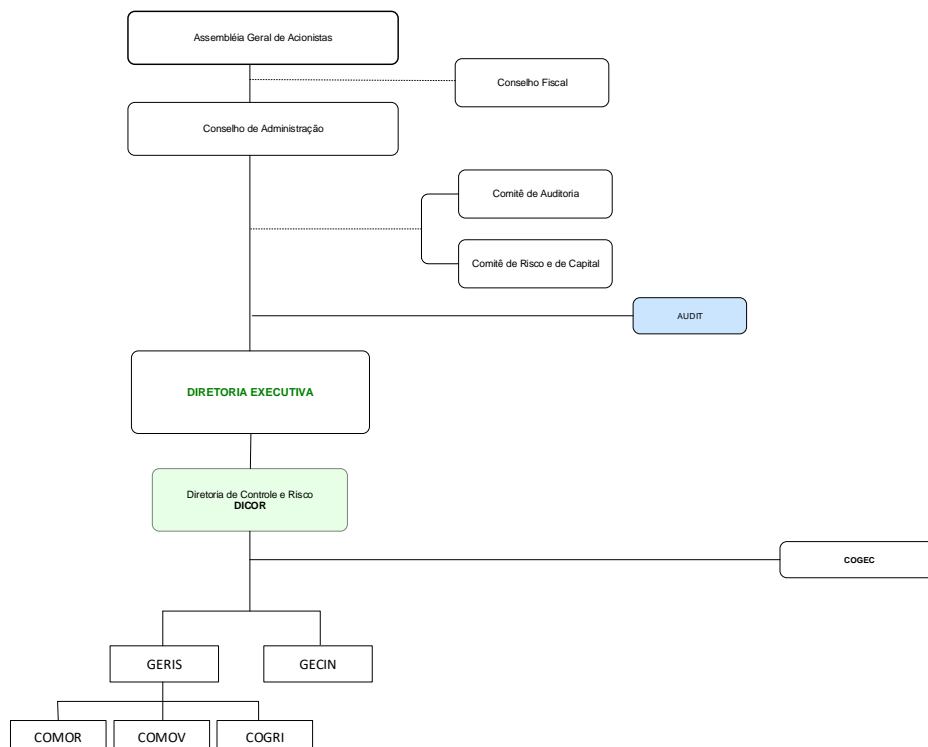


Figura 6- Estrutura de governança de gestão de riscos corporativos e *compliance*

Fonte: Banco da Amazônia – GERIS

O Banco da Amazônia em alinhamento à legislação externa e interna bem como as boas práticas de governança realiza o monitoramento do *compliance operacional* – Matriz e Rede de Agências - com teste de aderência aos procedimentos operacionais e rotinas de suas unidades em relação aos regulamentos internos, e o *compliance* regulamentar aderente aos regulamentos internos em relação aos regulamentos externos.

No que tange à conformidade operacional da Rede de Agências destaca-se o Rating de Conformidade, que é um instrumento importante para a gestão e governança da empresa. Também é realizada a verificação da conformidade em diversas atividades, dentre elas, cadastro, abertura de conta, crédito e limite de crédito.

Na conformidade operacional da Matriz são realizados diversos testes, dentre eles, Admissão de Empregados, Contratos Administrativos, Remuneração Máxima dos Dirigentes, Programa de Participação de Lucros e Resultados -PLR, Remuneração Variável dos Dirigentes – RVA, CAPAF e Fiscal de Contrato

Na conformidade regulamentar o Banco atua na distribuição dos normativos externos às áreas responsáveis, bem como no acompanhamento do cumprimento das atividades mandatórias aos órgãos reguladores.

4.2. PRINCIPAIS RISCOS E SUA VINCULAÇÃO ENTRES OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Dentre os principais riscos a serem gerenciados, o risco operacional, risco de crédito e gestão de capital são as ameaças mais relevantes a serem controladas, pois podem comprometer significativamente os resultados do Banco e o alcance dos objetivos estratégicos.

4.3. MEDIDAS ESPECÍFICAS DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS SIGNIFICATIVOS

No risco operacional busca-se identificar e avaliar o risco inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas existentes ou a serem implantados. A partir da avaliação dos riscos relacionados às suas atividades, os gestores deverão decidir quanto ao uso das estratégias de gestão de risco operacional: mitigar, reter, transferir ou recusar o risco em evidência, de forma a manter a exposição em níveis aceitáveis.

Em 2018 as principais medidas para contenção do risco operacional, incluindo o *Compliance*, foram:

- Disseminação da Cultura de Controle Interno e *Compliance* por meio de: Programa de Capacitação dos Agentes de Controle; Divulgação de mensagens via Intranet (informativos e dicas de controle); Divulgação de Boletins de Conformidade e Emissão de Alertas de Controles;
- Treinamento in loco das boas práticas de conformidade de crédito aos empregados das Centrais de Crédito;
- Mapeamento de Risco de processos pela 1º Linha de Defesa;
- Mapeamentos de Risco de processos realizados pelas 1º e 2º Linhas de Defesa;
- Ampliação dos Testes de Conformidade operacional em processos da Matriz e Rede de Agências;
- Intensificação na conformidade regulamentar, com distribuição dos normativos externos e acompanhamento do cumprimento das atividades mandatórias;
- Reformulação da atuação das atividades de Conformidade (*Compliance*), com fortalecimento da 2º Linha de Defesa;
- Implantação total do Projeto de Centralização do Crédito, que mitiga o risco operacional, e por consequência, o risco de crédito, com aperfeiçoamento dos controles e padronização dos procedimentos;
- Andamento no Projeto de Gestão de Pessoas que prevê o aprimoramento das políticas e práticas de recursos humanos contemplando os seguintes aspectos: Treinamento e Desenvolvimento; Plano de Sucessão, Avaliação de Desempenho, Estrutura de Cargos; e Estrutura de Carreiras;
- Monitoramento periódico das fragilidades de controle, gerando informações para reavaliações de risco;
- Monitoramento preventivo de fraudes eletrônicas nos canais de atendimentos *Internet Banking* e *Mobile Banking*;

O **risco de crédito** consiste na possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, ou pela parte intermediadora ou conveniente, de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, relacionados à desvalorização de contrato de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e os custos de recuperação do crédito concedido. Assim, o gerenciamento de risco de crédito, no Banco da Amazônia, visa garantir que a aplicação dos recursos próprios e administrados em nome de terceiros, de natureza orçamentária ou não, seja efetuado de maneira eficiente, assegurando a qualidade da carteira de crédito do Banco e alocando os recursos disponíveis em operações cujas probabilidades de retorno dos créditos concedidos atendam ao apetite ao risco da Instituição.

As medidas mais relevantes para conter as fragilidades do risco de crédito foram o Monitoramento dos modelos de risco de crédito.

Outro ponto que, indiretamente, auxiliou a minimizar eventuais fragilidades no risco de crédito foi a implantação das centrais de crédito, que passaram a concentrar as análises, o acompanhamento e a renegociação de crédito.

O gerenciamento do **risco de mercado** no Banco está segregado entre operações classificadas na carteira de negociação (*trading book*), ou seja, operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, ou destinados para revenda, e operações classificadas na carteira de não negociação (*banking book*), que compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, como a carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósitos a prazo, depósitos de poupança e demais operações mantidas até o vencimento. Em ambos os casos, o Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços. No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme estabelecem os normativos do BACEN.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de value at risk (VaR), calculado diariamente, através de técnicas de estatística amplamente aceitas, para as diversas carteiras do Banco. As informações são geradas de forma sistematizada, importando e consolidando os dados extraídos de bases externas e bases internas, para auferir o valor do VaR.

O gerenciamento do **risco de liquidez** visa monitorar as alterações no fluxo de caixa que possam comprometer a Instituição de cumprir eficientemente suas obrigações diárias. Há permanente monitoramento (análise de stress e análise de sensibilidade) da liquidez para que o Banco possa atuar de forma preventiva. O Banco realiza a mensuração e controle das exposições ao risco de liquidez conforme padrões exigidos pelos órgãos reguladores e pela Política de Risco de Liquidez do Banco. A Gerência de Riscos Corporativos realiza simulações de condições extremas de liquidez (teste de stress), testes de aderência que permitam identificar problemas que possam comprometer o equilíbrio financeiro da Instituição. As informações geradas são reportadas através de relatórios semanais, quinzenais e trimestrais aos comitês com alçada deliberativa sobre o tema.

O Banco possui Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), que enseja na adoção de parâmetros sociais e ambientais na análise para concessão de crédito, além de minimizar o risco financeiro e previne que o Banco financie projetos que desrespeitem legislações ou que promovam risco ambiental ou à saúde pública.

O gerenciamento de capital do Banco da Amazônia caminha alinhado ao planejamento estratégico e orçamentário da Instituição, constitui-se no monitoramento e controle contínuo do seu Capital, visando mantê-lo em níveis adequados face aos riscos assumidos, e está em consonância com arcabouço legal vigente.

5. RESULTADO DA GESTÃO

5.1. RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O direcionamento estratégico preconizado pela alta administração do Banco da Amazônia para o exercício 2018 está contido no Plano de Negócios 2018, tendo como premissa básica garantir o resultado projetado através da expansão do crédito e receitas de tarifas, e, em paralelo, aumentar as captações dos depósitos à vista e a prazo. Com a mesma prioridade efetuar controles rígidos e permanentes sobre a carteira de crédito ativa. As metas foram balizadas, preferencialmente, pelas metas empresariais, sendo consideradas, também, as metas orçamentárias e as do plano de aplicação do FNO. Os resultados alcançados são tratados nos próximos tópicos.

5.2. PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS/INICIATIVAS

5.2.1. Metas do PPA

As metas do PPA referem-se ao compromisso firmado entre o Banco da Amazônia e o Governo Federal (Presidência da República e 05 Ministérios), para aplicação em atividades específicas, com recursos do FNO, num total de 12 indicadores. As ações que permeiam o PPA estão consolidadas em um conjunto de políticas, planos e programas governamentais instituídos para a Amazônia, cujo resultado preconiza o desenvolvimento econômico regional, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Os resultados obtidos em 2018 foram considerados satisfatórios, com destaque para o Crédito aos Produtores Rurais da Região Norte (246%), Crédito ao Médio Produtor Rural ao amparo do Pronamp, Res. BACEN nº3.987, de 30/06/2011 (245%), Crédito para o desenvolvimento regional e territorial sustentável e diminuição das desigualdades intra e inter regionais (113%) e Crédito PRONAF (106%).

Tabela 5- Metas e resultados PPA 2018

Programa	Vinculação	Iniciativa	Meta	Realizado	%
2012-Fortaleci/Dinamiza do PRONAF	Presidência da República	0003 – Crédito PRONAF	350.000	369.477	106
2029-Desenvolvimento Regional e Territorial	Ministério da Integração	00G3 – Crédito Empreendimentos Culturais	28.014	6.067	22
		00KS -Crédito para o desenvolvimento regional e territorial sustentável e diminuição das desigualdades intra e inter regionais.	4.000.000	4.610.034	115
		005M - Crédito Turismo Regional	55.000	27.657	50
		00BR -Crédito para Micro e Empresas de Pequeno Porte/MEI.	412.353	453.573	110
2052-Pesca e Aquicultura	Min Agric/Pec e Abasteci	003C -Crédito aos pescadores e aquicultores - recursos FNO.	30.000	37.288	124
2071-Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária	Min Trabalho e Previdência Social	00FW -Crédito às instituições de Microcrédito operadoras em 2º piso e/ou operações de 1º Piso /atender micronegócios, assessorando também os microempreendedores populares.	94.939	110.106	116
2077-Agropecuária Sustentável	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0087 - Crédito ao Médio Produtor Rural ao amparo do Pronamp (Res. BACEN nº3.987, de 30/06/2011), recursos FNO.	373.354	915.190	245
		000K -Crédito aos Produtores Rurais da Região Norte - recursos FNO.	1.102.500	2.716.750	246

Programa	Vinculação	Iniciativa	Meta	Realizado	%
2078- Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	Ministério do Meio Ambiente	00EM-Crédito para apoio à Agricultura de Baixo Carbono (ABC) recursos FNO.	80.000	70.128	88
		000P-Crédito às Cooperativas e Associações recursos FNO.	12.075	802	7
		00E7-Crédito para Projetos de Manejo Florestal (implantação e manutenção de florestas comerciais e reflorestamento).	12.000	33.340	278

Fonte: Banco da Amazônia - GPLAN

5.2.2. Programa Amazônia Florescer

O Programa Amazônia Florescer é aderente ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído pela Lei nº 11.110/2005 e nº 13.636/18, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, possibilitando o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica mediante empréstimos sequenciais, graduais e sob medida para suas necessidades, com acompanhamento do seu desenvolvimento individual e do próprio negócio.

O Programa atua nas áreas urbana e rural por meio de termo de parceria entre o Banco da Amazônia e a Associação de Apoio a Economia Popular da Amazônia (OSCIP AMAZONCRED), responsável pela operacionalização do programa (seleção, treinamento e administração dos Assessores de Negócios). A OSCIP é responsável por avaliar a utilidade e adequação do crédito, orientando os tomadores de crédito quanto ao seu uso produtivo e estimulando a cultura empreendedora. A vertente urbana faz parte do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), enquanto a vertente rural atua junto ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF).

As fontes de Recursos do MPO Urbano provêm de uma parcela correspondente a 2% (dois por cento) dos saldos dos depósitos à vista, descontados os depósitos de governos e autarquias. O MPO Rural utiliza recursos do FNO, através da linha de financiamento do PRONAF - Grupo B.

O programa encerrou o exercício com uma Inadimplência de 4,12% para a carteira Urbano e 15,29% para o Rural. Foram consideradas no cálculo o valor total das operações de crédito com parcelas vencidas até 90 dias. A OSCIP AMAZONCRED, vem fazendo campanhas de recuperação de crédito e implantação do MPO Digital que permitirá ao Assessor de Microfinanças ter informações de parcelas em atraso em tempo real, possibilitando acompanhamento mais rigoroso das parcelas em atraso.

Tabela 6- Resultados alcançados MPO Urbano 2018

AMAZÔNIA FLORESCER URBANO - 2018			
Carteira	Meta	Realizado	%
Clientes ativos	31.617	29.752	94%
Carteira ativa	47.663.172,59	49.188.821,83	103%
Atendimento	46.156	46.042	100%
Aplicação (R\$)	103.743.962,37	98.739.770,94	95%

Fonte: Banco da Amazônia - GERPF

Tabela 7- Resultados alcançados MPO Rural 2018

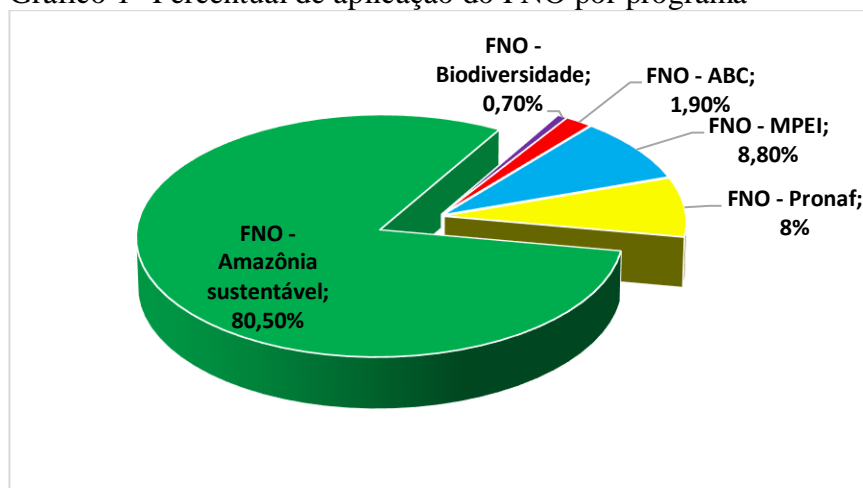
AMAZÔNIA FLORESCER RURAL - 2018			
Carteira	Meta	Realizado	%
Atendimento	4.800	3.297	68,69%
Aplicação (R\$)	14.455.200,00	11.365.942,23	78,63%

Fonte: Banco da Amazônia - GERPF

5.2.3. Programas FNO

O Programa FNO-Amazônia Sustentável do Banco da Amazônia, cujas linhas de crédito contemplam todos os setores e empreendimentos regionais, apresentou bom desempenho com uma contratação de R\$ 3.713,0 milhões (80,5%), seguido do Programa FNO-MPEI, com R\$ 406,9 milhões (8,8%), e do Programa FNO-PRONAF, com R\$ 369,5 milhões (8,0%). Os programas FNO-Biodiversidade e FNO-ABC contrataram juntos R\$ 120,6 milhões (2,6%).

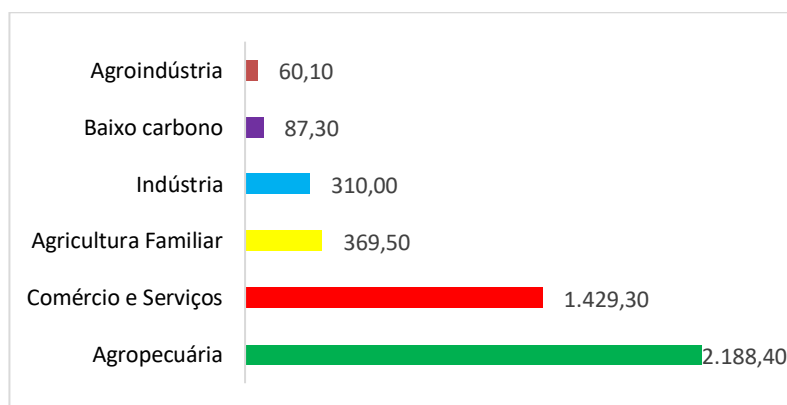
Gráfico 1- Percentual de aplicação do FNO por programa



Fonte: Banco da Amazônia – GPLAN

As atividades que mais demandaram recursos no exercício de 2018 foram agropecuária (47,5%); comércio e serviço (31,0%) e agricultura familiar (8,0%). Essas linhas de financiamento demandaram 86,5% das contratações realizadas no período.

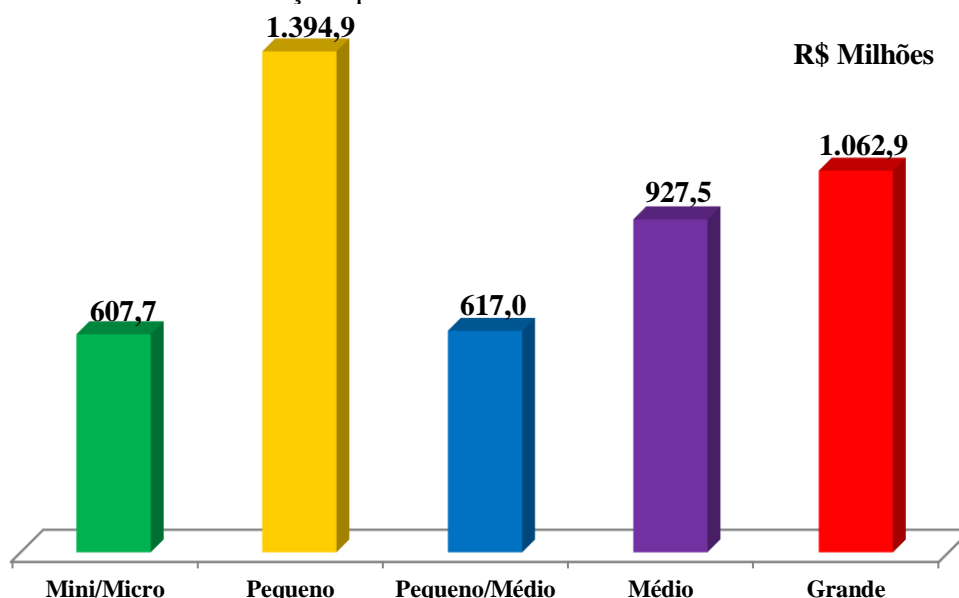
Gráfico 2- Montante aplicado por segmento – Em milhões de reais



Fonte: Banco da Amazônia – GPLAN

Os segmentos produtivos de menor porte foram responsáveis pela contratação de 15.594 operações de crédito (96,8%), no valor de R\$ 2.619,6 milhões (56,8%), crescimento de 45,4% em relação a 2017 (R\$ 1.802,2 milhões). Os empreendimentos de mini/micro empreendedores foram os que apresentaram o maior número de operações contratadas (11.552 operações) e os empreendimentos de pequeno porte foram os que mais contrataram recursos (R\$ 1.394,9 milhões), conforme gráfico a seguir.

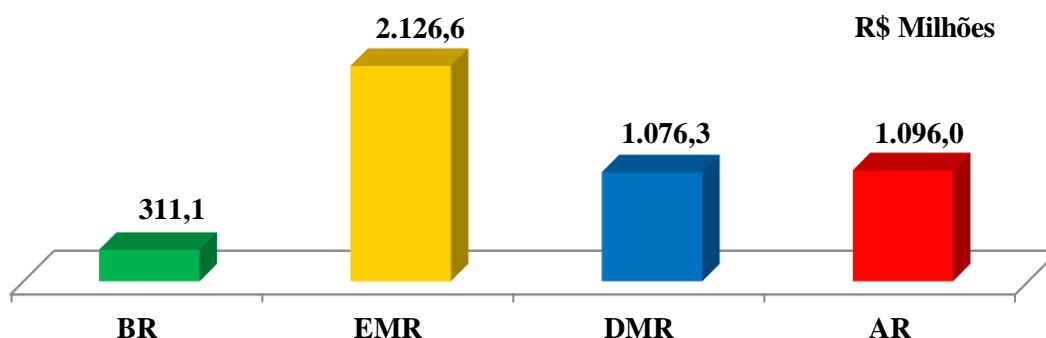
Gráfico 3- Contratações por Porte / Beneficiário



Fonte: Banco da Amazônia – GPLAN

Os municípios tipificados pela PNDR como de baixa renda, dinâmicos de menor renda e estagnados de média renda, que são os que mais carecem de uma melhor infraestrutura econômica e social, contrataram no exercício de 2018 o valor de R\$ 3.514,0 milhões (76,2% do total contratado), sendo financiadas 14.202 operações de crédito (88,2% das operações contratadas). Este resultado demonstra o alinhamento das ações creditícias do Fundo com a PNDR, quanto ao atendimento prioritário às localidades que necessitam de mais investimentos para alcançarem patamares mais elevados de desenvolvimento sustentável.

Gráfico 4- Contratações do FNO por Município Conforme Tipologia da PNDR



Fonte: Banco da Amazônia – GPLAN

A agricultura familiar foi responsável pela contratação de 10.065 operações de crédito (62,5%), no valor de R\$ 369,5 milhões (8,0%), superior em 5,7% comparado a 2017(R\$ 349,7 milhões), onde se estima a geração de mais de 40 mil novas oportunidades de trabalho no campo.

O Estado de Roraima apresentou o melhor desempenho nas contratações, ultrapassando em 467,3% a meta prevista, seguido pelo Acre que superou em 43,6% a previsão. Destaque para o PRONAF Mais Alimentos Familiar, que contratou 3.221 operações (R\$ 279,6 milhões), ou seja, 75,6% das contratações do Programa FNO-PRONAF. Destaque, também, a contribuição com o Plano Safra do Governo Federal. Nas últimas sete edições do Plano Safra, em cinco delas, houve a extrapolação das metas governamentais, conforme tabela a seguir:

Tabela 8- Plano Safra - R\$ Milhões

Plano Safra	Meta	Realizado	%
2011/2012	500,0	552,0	110,4
2012/2013	550,0	823,0	149,6
2013/2014	600,0	697,0	116,2
2014/2015	700,0	736,0	105,1
2015/2016	700,0	548,7	78,4
2016/2017	480,0	348,2	72,5
2017/2018	350,0	371,0	106,0

Fonte: Banco da Amazônia - GERPF

Em apoio às micro e pequenas empresas e aos microempreendedores individuais foi aplicado o valor de R\$ 406,9 milhões, ou seja, 21,5% dos créditos concedidos às atividades dos setores não rurais e 8,8% do financiamento global realizado no período. Foram contratadas 2.893 operações de crédito, conforme a seguir:

Tabela 9- Dados de aplicação - MPE e MEI

UF	Nº de Operações	R\$ Milhões
Acre	264	52,6
Amapá	70	35,4
Amazonas	420	50,2
Pará	1.217	130,4
Rondônia	428	75,5
Roraima	99	15,8
Tocantins	395	47,0
Total	2.893	406,9

Fonte: Banco da Amazônia - GERPF

5.3. INDICADORES DE DESEMPENHO QUANTIFICADOS E ALINHADOS AOS OBJETIVOS

5.3.1. Metas Empresariais 2018

A Resolução nº 17, de 10/05/2016, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União dispõe que as empresas estatais federais deverão possuir metas de desempenho empresarial, vinculadas a planejamento estratégico, as quais deverão ser aprovadas e acompanhadas, periodicamente, pelo Conselho de Administração.

As Metas Empresariais 2018/2021 foram proposta pela DIREX em sua 4.257ª reunião extraordinária (05/12/2017) e pelo CONSAD em sua 282ª reunião ordinária (18/12/2017). Conforme Ofício do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 42050/2018-MP e Nota Técnica nº 975/2018 a SEST (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais) aprovou as metas para o Banco da Amazônia, com alteração em 3 (três) indicadores: Índice de Rentabilidade do PL que passou de 8,05% para 8,39%; Políticas Públicas de 60% para 62,20% e Volume de Recuperação de Crédito de R\$-164,634 para R\$-170,000. Os resultados alcançados em 2018 foram:

Tabela 10- Metas de Desempenho Empresarial - Exercício 2018

INDICADOR	META	REALIZADO	%
Índice de Rentabilidade do PL	8,39%	5,90	70,32
Política Pública– Recursos (DRF FNO)	62,20	57,4	92,28
Índice de Eficiência Operacional	19,75%	39,53	49,93
Índice de Qualidade da Carteira de Créd	7,5	7,71	102,8
Volume de Crédito de Fomento Liberado	4,22 bilhões	4,271 bilhões	101,21
Volume de Crédito Comercial	1,53 bilhões	1,254 bilhões	81,93
Índice de Concentração Setorial	0,076	0,0592	128,3
Volume de Recuperação de Crédito	170 milhões	196 milhões	115,76

Fonte: Banco da Amazônia - GECOR

5.3.2. Metas Orçamentárias – Programa Supera Mais 2018

O Conselho de Administração (CONSAD) aprovou em sua 282ª reunião ordinária, realizada em 18/12/2017, o Plano de Negócios 2018 - Programa Supera Mais, nos qual está descrito o Acordo de Trabalho da Rede de Agências. Os resultados alcançados foram:

Tabela 11- Supera Mais – Exercício 2018

Mais Resultado	Meta	Realizado	%
Resultado Gerencial	148.740	109.078	73,33
Recuperação de Crédito	164.635	196.798	119,53
Receita de Seguridade	20.000	12.449	62,25
Crédito Comercial	2.000.000	1.253.531	62,68
Receitas de Tarifas	160.000	142.966	89,35
Crédito Fomento Liberado	4.500.000	4.270.980	94,91
Crédito Fomento Contratado	4.700.000	5.132.890	109,21
Captação de Recursos	3.700.000	3.570.037	96,49

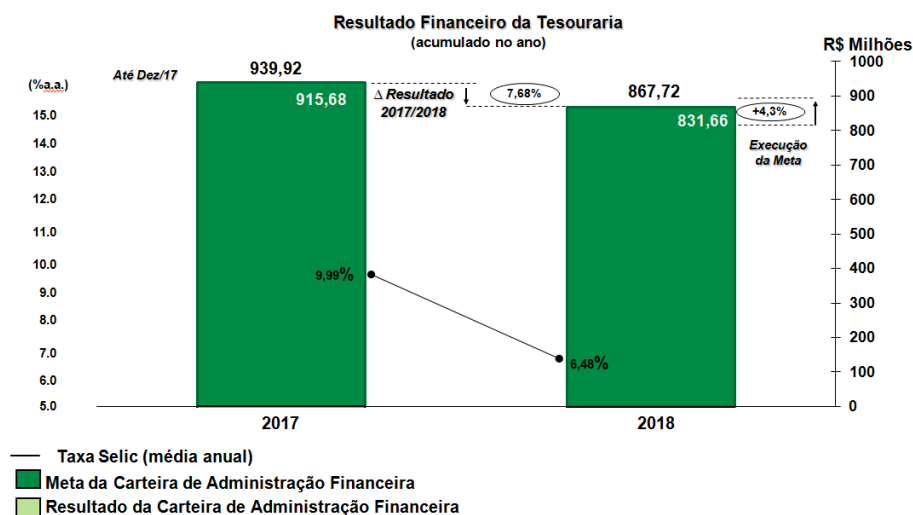
Mais Eficiência	Meta	Realizado	%
Apoio aos Pequenos Portes	2.430.000	2.715.433	111,75
Atualização Cadastral: Clientes Permanentes	90%	81,55%	90,61
Índice de Cobertura de Despesa de Provisão	28%	49,97%	56,03
Índice de Qualidade de Carteira (IQC)	7,50%	6,39%	85,20
Nível de Inadimplência - Geral	3,00	3,95	95,70
Treinamento e Certificações Obrigatórias	90,00	93,00	103,33

Fonte: Banco da Amazônia – GECOR

5.3.3. Tesouraria

O Resultado Financeiro Bruto Acumulado da Tesouraria superou em 4,30% a meta orçamentária do ano, tendo uma diminuição de 7,68% em relação a 2017.

Gráfico 5 Resultado Financeiro acumulado da tesouraria

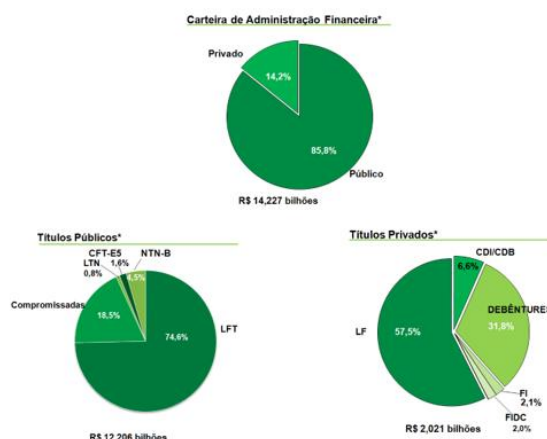


Fonte: Banco da Amazônia – GEFIN

5.3.4. Ativos

O Banco da Amazônia encerrou o exercício de 2018 com crescimento de 11,7% nos Ativos Totais (R\$18.939,9 milhões) em comparação ao ano de 2017 (R\$16.952,1 milhões). A maior participação foi da carteira de títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras com 74,8% e R\$14.167,6 milhões (70,3% em 2017, R\$ 11.922,4 milhões). Os Ativos Totais estão representados, na sua maioria, pelas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e Operações de Crédito que, juntos, totalizam 89,02% (87,4% em 2017).

Gráfico 6 – Carteira de Ativos



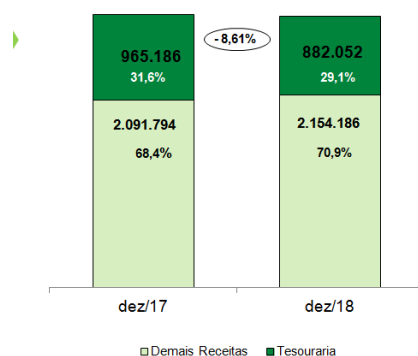
Fonte: Banco da Amazônia – GEFIN

5.3.5. Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Em 2018, o resultado com títulos e valores mobiliários atingiu R\$881,1 milhões (R\$958,9 milhões em 2017). As rendas com títulos de renda fixa contribuíram com R\$719,7 milhões (R\$794,4 milhões em 2017), seguido das rendas com aplicações interfinanceiras de R\$161,4 milhões (R\$164,6 milhões em 2017). As operações com TVM permanecem representando as maiores receitas da intermediação financeira, alcançando no exercício 67,6% de participação nessas receitas (em 2017 representou 67,5%).

Gráfico 7- Carteira de Ativos

Evolução da Receita Acumulada de Tesouraria

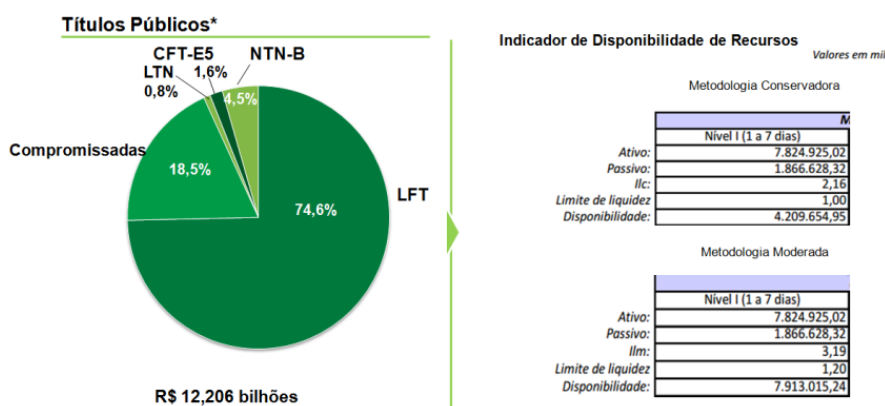


Fonte: Banco da Amazônia – GEFIN

5.3.6. Disponibilidades

Com base na metodologia moderada de análise de liquidez de títulos, o Banco dispõe de R\$ 7,913 Bilhões em papéis de alta liquidez.

Gráfico 8- Disponibilidade de Recursos



Fonte: Banco da Amazônia – GEFIN

5.3.7. Patrimônio Líquido (PL)

O Banco encerrou o exercício de 2018 com Patrimônio Líquido de R\$1.938,6 milhões, superior 2,8% em relação a 2017 (R\$1.885,3 milhões).

5.3.8. Índice de Basiléia (Limites Operacionais)

A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O ano de 2018 encerrou com índice de 13,4%.

5.4. AVALIAÇÃO EQUILIBRADA DOS OBJETIVOS ALCANÇADOS E DO DESEMPENHO EM RELAÇÃO ÀS METAS

Em 2018 o direcionamento estratégico do Banco da Amazônia foi para que a força de trabalho direcionasse suas ações para o cumprimento das metas Empresariais; Orçamentárias e Plano de Aplicação de Recursos de Fomento, em especial o FNO, distribuídas sob quatro perspectivas: Rentabilidade, Resultado Financeiro, Orçamento e Programas Governamentais, sobre os quais comentamos:

5.4.1. Rentabilidade

A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido - ROE é uma medida de desempenho utilizada pelo mercado para avaliação e comparação de empresas. De acordo com a meta estipulada para o exercício, atingimos 70,32% da meta projetada. Quanto as Receitas Operacionais alcançamos o percentual de 101,99% em relação ao valor orçado, por conta do crescimento das receitas de tesouraria e reversão de provisões operacionais.

As despesas foram impactadas pela elevação da despesa de provisão (9,92% acima do previsto) que dentre as ocorrências, vale destacar o impacto no crescimento da PCLD, em decorrência das operações renegociadas por conta da Lei 13.340, retornando para a carteira ativa. Vale mencionar, também, o impacto das despesas não recorrentes de R\$ 66 milhões para ajuste no Instrumento Elegível a Capital Principal – IECF, ocorrido em junho de 2018, além do descolamento das despesas de Passivos Trabalhistas e Cíveis.

5.4.2. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Bruto Acumulado na Tesouraria superou em 4,30% a meta orçamentária do ano de R\$ 831,662 milhões, entretanto, houve uma redução de 7,68% em relação a 2017, ocasionado pela queda na taxa Selic média em 35,6% no período. O mercado de títulos privados em 2018 foi enfraquecido pela crise econômica, dificultando o incremento no volume de ativos privados, que possuem maior rentabilidade.

5.4.3. Resultado Orçamentário

Em 2018 o Banco executou 20% do valor previsto. Dentre as principais justificativas para essa queda, destaca-se: Atrasos nos processos licitatórios principalmente projetos de reformas de andares e do sistema de combate a incêndio no edifício sede, bem como projeto de substituição dos nobreak do Centro de Processamento de Dados; e cancelamento de aquisições em consequência de revisões dos investimentos da área de tecnologia da informação, que resultaram em mudanças de direcionamento técnico, mudanças de escopo ou cancelamentos e adiamentos de projetos para o próximo exercício.

Por outro lado, os macroprocessos finalísticos apresentaram melhor desempenho, executando 43,05% do orçamento previsto, principalmente, devido a execução acima da média verificado nos projetos de substituição de cofres de segurança, de modernização dos serviços de autoatendimento e de reformas de agências.

O Banco está revendo sua estratégia e prioridades de investimentos, visando à melhor alocação de recursos e, conseqüentemente, maior execução do orçamento previsto para os próximos exercícios. Por outro lado, o Banco visando à maior eficiência em seus processos, executou despesas administrativas e despesas de pessoal abaixo do volume orçado, obtendo redução de 5,66% e 1,71% respectivamente.

5.4.4. Programas Governamentais

Considerando as diretrizes contidas no Plano de Aplicação de Recursos 2018, no Planejamento Estratégico e Plano de Negócios 2018, o Banco da Amazônia obteve os resultados a seguir:

5.4.4.1. Atendimento aos Segmentos de Pequenos Portes

O atendimento aos segmentos de pequeno porte está alinhada às diretrizes definidas no Art. 3º da Lei nº 7.827, de 27/09/1989; aos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR; às orientações e estratégias da política macroeconômica do Governo Federal; além de necessariamente estar atrelado às Diretrizes e Prioridades para aplicação do Fundo, que são aprovadas pelo Conselho Deliberativo (CONDEL) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, na forma das diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional. Neste contexto, para o exercício de 2018 a meta estabelecida e constante no Plano de Aplicação de Recursos do FNO 2018 foi de 51% e o Banco realizou 107,4% da meta aprovada pelo CONDEL.

Para facilitar o acesso ao crédito aos 450 municípios existentes na Região Norte classificados como prioritários pela PNDR e atender ao público dessas localidades, o Banco realizou 42 seminários (FNO-Itinerante) que geraram a prospecção e realização de negócios com valores estimados em R\$ 65 milhões.

5.4.4.2. Programas de Governo – PPA

Dos 12 (doze) indicadores que compõem as metas do PPA somente 04 (quatro) não foram integralmente cumpridos (Cultura; Turismo Regional; Agricultura de Baixo Carbono; Cooperativas e Associações) devido às questões conjunturais.

Vale destaque a inserção de 6.786 novos clientes que operaram pela primeira vez com recursos do FNO, representando 42,1% das operações contratadas, no montante de R\$ 1,43 bilhão (31,1% do total contratado), fato que ratifica o compromisso do Banco da Amazônia de combater a pobreza, a exclusão social e as desigualdades intra e inter-regionais.

Destaque, também, para os impactos socioeconômicos dos financiamentos realizados pelo Banco da Amazônia que através da metodologia da matriz insumo-produto, dimensiona os efeitos, diretos e indiretos, gerados para a economia a partir da aplicação dos recursos de fomento operacionalizados pelo Banco. Essas operações promovem elevação da renda, dos salários, da arrecadação de tributos e do produto, tanto nas regiões onde se efetivam os investimentos, quanto naquelas com as quais se estabelecem fluxos econômicos, através do efeito transbordamento. A estimativa está disposta no quadro a seguir.

Quadro 4- Estimativa dos impactos da aplicação de recursos na Amazônia

Valor contratado: R\$ 5,35 bilhões	Efeitos sobre toda a economia		
	↑ PIB	28,615	bilhões de reais
	↑ VBP	56,540	bilhões de reais
	↑ Tributos	8,215	bilhões de reais
	↑ Salários	5,656	bilhões de reais
	↑ Postos de Trabalho	812.497	empregos

Fonte: Banco da Amazônia - GPLAN

5.5. MONITORAMENTO DAS METAS NÃO ALCANÇADAS

De acordo com a NP 074 – Planejamento Estratégico, o acompanhamento do Plano Estratégico e Plano de Negócios é realizado pela Gerência Executiva de Planejamento-GPLAN que, trimestralmente, encaminha relatório para apreciação do Comitê de Planejamento-COPLANE, o qual, posteriormente, à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

Em 2018 foram elaborados 03 (três) relatórios, que estabeleciam o panorama do resultado e seus perspectivas. Em consequência dos dados informados, foi recomendado pelo COPLANE ações de melhorias na empresa que deram origem a Projeto específicos que objetivavam a qualificação do resultado.

Os sistemas utilizados para monitoramento das metas são:

- GPWEB: sistema de gerenciamento do Planejamento Estratégico.
- SISORC: sistema de gerenciamento das Metas Orçamentárias.
- NSISARD: sistema de gerenciamento das metas do Programa Supera Mais, Metas Orçamentárias e Metas empresariais.
- Metas Empresariais: monitoradas e acompanhadas pela Gerência Executiva de Controladoria - GECOR.

5.6. JUSTIFICATIVAS PARA O RESULTADO

Considerando isoladamente o resultado econômico e social conseguimos cumprir aproximadamente 90% das metas acordadas com o Governo Federal (PNDR/PPA), o que demonstra o comprometimento do Banco com o desenvolvimento sustentável, em especial, ao voltado a combater a pobreza, a exclusão social e as desigualdades intra e inter-regionais com atendimento prioritário aos público de menor porte.

Agora, observando o resultado econômico financeiro verifica-se que o Banco, embora não tenha atingido todas as metas pactuadas, não obteve desempenho insuficiente em nenhum indicador. Além disso, conseguimos resultados significativos que irão contribuir com a formação de resultados futuros, como por exemplo: Contratação de crédito de fomento, gerando estoque para liberação de créditos futuros; Reestruturação do jurídico permitindo melhora na gestão das provisões trabalhistas e cíveis e a conclusão do projeto de centralização das análises de crédito permitindo maior agilidade e segurança no crédito, reduzindo as despesas de provisão.

5.7. PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS: DESAFIOS E INCERTEZAS QUE O BANCO PROVAVELMENTE ENFRENTARÁ AO PERSEGUIR SEU PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Para o cumprimento de sua missão institucional, no período de 2019 a 2021, o Banco da Amazônia permanece com o desafio de perseguir e consolidar os 07 (sete) objetivos estratégicos constantes do seu Planejamento Estratégico. Os principais projetos desses objetivos estão dispostos a seguir.

Tabela 12- Principais projetos para o período de 2019 a 2021

PROJETOS	CONCLUSÃO
PATROCINADOR: DICOM – OBJETIVO: Ter Clientes Satisfeitos e Rentáveis	
Aperfeiçoar o modelo de atendimento e atuação das unidades negócios	2018-2019
Readequar a metodologia de encarteiramento de clientes	2020
Elevar o consumo de produtos e serviços de maior rentabilidade	2019
PATROCINADOR: DICOR – OBJETIVO: Fortalecer a Governança Corporativa	
Projeto Corporativo para implantação da política e normas de segurança da informação (POSIC)	2019
Aperfeiçoar processo de gestão de provisionamento, registro de perdas financeiras e alocação de capital, à luz do IFRS-9,	2018-2020
Projeto eSocial	2018-2021
Implantação da Solução de RH	2019
Implementar e aperfeiçoar a Gestão Integrada de riscos corporativos (crédito, socioambiental, de mercado, de liquidez e o operacional)	2019
Aprimorar o <i>compliance</i> e os controles internos (três linhas de defesa)	2017-2019
Implantar processo Gestão de produtos (retorno, performance e risco)	2018-2020
Aprimorar Processo Orçamentário	2018-2019
PATROCINADOR: DICRE – OBJETIVO: Alcançar Excelência no Processo de Crédito	
Aperfeiçoar o modelo de gestão das centrais de crédito	2018-2021
Aperfeiçoar os modelos de avaliação e classificação de risco de crédito e criação de modelos de risco operação	2017-2019
Implantar e Aperfeiçoar as centrais de cadastro	2018-2021
Implantar a metodologia de gestão da carteira de crédito	2018-2019
Criar o Processo Digital de Fomento Rural e Não Rural	2018-2019
Criar o processo de MPO Digital	2018-2021

PATROCINADOR: PRESI – OBJETIVO: Garantir Resultados Sólidos e Crescentes	
Implementar, monitorar e aperfeiçoar o Projeto Jurídico	2018-2021
Aperfeiçoar da comunicação institucional - interna/externa	2017-2021
Reavaliar o desempenho de Unidades (reestruturação ou fechamento)	2018-2019
Aperfeiçoar metodologia e o acompanhamento (metas da rede)	2018-2021
Promover articulação institucional/parcerias melhoria crédito	2018-2021
PATROCINADOR: DIREP – OBJETIVO: Manter colaboradores capacitados e motivados	
Implementar novo modelo de Gestão de Pessoas incluindo novo PCCR	2017-2019
Implementar do Programa de Desenvolvimento de Competências e monitorar o nível de capacitação e de aprendizado das equipes	2018-2021
Implementar solução para o programa de assistência à saúde dos empregados	2018-2019
Implantar processo de gestão e acompanhamento de benefício previdenciário	2018-2019
Definir, adotar e monitorar a metodologia de dimensionamento adequado de pessoas nas áreas	2019-2021
Desenvolver um ambiente criativo, inovador e de resultado, baseado na meritocracia e reconhecimento	2018-2019
PATROCINADOR: DIREP – OBJETIVO: Diversificar as fontes de receitas e os canais de distribuição do crédito de fomento	
Implantar e expandir o repasse de recursos do FNO	2017-2021
Implantar modelo de prestação de serviços por Fintechs na prospecção e contratação de fomento não rural	2019-2021
Definir e implantar novo modelo de atuação em seguridade e previdência	2018-2019
Revisão do Portfólio de produtos e serviços (Exclusão, criação de novos produtos de crédito e de serviços de suporte ao crédito, crédito estruturado etc.)	2018-2021
Rentabilizar a tesouraria do Banco	2017-2021
PATROCINADOR: DINEG – OBJETIVO: Ter Foco na Eficiência Operacional	
Aprimorar o controle e monitoramento das informações das empresas prestadoras de serviços jurídicos	2017-2018
Implantar sistema de controle de custo eficiente	2018-2020
Implantar um BI moderno de informações de projetos e clientes	2018-2020
Implementar e ampliar a utilização de serviços especializados de terceiros para vistoria, avaliação, fiscalização e comprovação.	2017-2019
Revisar o processo contábil contemplando, inclusive, contabilidade por eventos.	2018-2021

Fonte: Banco da Amazônia - GPLAN

Para o Exercício 2019 o Conselho de Administração (CONSAD) aprovou em 24/12/2018, o Plano de Negócios, tendo como foco principal a concessão de crédito de longo prazo, direcionado às atividades produtivas e propulsoras do desenvolvimento regional, priorizando os segmentos de menor porte, aliados as diretrizes e orientações das políticas públicas e programas dos Governos (Federal, Estadual e Municipal), com a participação da sociedade civil organizada, associações e representações dos setores produtivos.

Os principais direcionamentos estratégicos 2019 são:

- Aplicar o montante de R\$-12,9 bilhões na região Amazônica das várias fontes de recursos com as quais o Banco atua, sendo destes 72,09% fonte do FNO R\$-9,3 bilhões, assim distribuídos:

- R\$ 4,750 bilhões para os pequenos portes;
- R\$ 2,733 bilhões para comércio e serviços;
- R\$ 931 milhões para o PRONAF;
- R\$ 273,36 milhões no Amapá;
- R\$ 273,36 milhões em Roraima.

- Atuar em conformidade com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
 - Disponibilizar no mínimo 51% dos recursos do FNO para empreendimentos produtivos de menor porte (agricultores familiares, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais);
 - Atuar como agente de 2º piso com recursos do FNO (repasse), visando aumentar campo de atuação sem ampliação da rede própria de atendimento;
 - Atuar em consórcio de Bancos para o crédito de infraestrutura (recursos do FNO como fonte principal), estimulando governos estaduais e municipais à adoção de Parcerias Público-Privadas e Concessões.
 - Redução da *duration* das carteiras de crédito (máximo de 60% em investimento e mínimo de 40% em custeio);
 - Desconcentração da carteira de crédito (pulverizar e minimizar riscos);
 - Ampliação da operacionalização do PRONAF através da OSCIP Amazônia Florescer;
 - Repasse de 30% dos recursos do PRONAF às cooperativas de crédito e agências de fomento;
 - Novos produtos: Capital de Giro e Financiamento de Veículos (caminhonete); Financiamento de Energia Solar fotovoltaica para pessoas físicas (setor não rural) e Financiamento Estudantil (FIES);
 - Rentabilizar a tesouraria do banco em 102,83% do CDI e resultado financeiro da carteira de R\$797,381 milhões;
- As Principais Metas Operacionais/Empresariais para 2019 são:
- Captação de mercado: atingir o SMD de R\$ 4,2 bilhões ao final do exercício;
 - Crédito Comercial: Crescimento de 5,26% em relação a 2017, ou seja, atingir R\$ 2,98 bilhões ao final do exercício;
 - Recuperação de crédito: Crescimento da Receita com Recuperação de Crédito em 14,37%, ou seja, R\$ 170 milhões;
 - Tarifas bancárias: R\$ 205 milhões;
 - Crédito de fomento liberado: Crescimento em 47% em relação a 2017, ou seja, R\$ 5,89 bilhões, sendo R\$ 5,54 bilhões do FNO;
 - Crédito de fomento contratado: R\$9,9 bilhões, sendo R\$9,3 bilhões do FNO;
 - Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido: 7,23%
 - Políticas Públicas de destinação dos Recursos de Fomento – FNO (DRF-FNO): 62,22%
 - Índice de Eficiência Operacional (%) – Projeção com base na média móvel: 84,84%
 - Índice de qualidade da Carteira de Crédito: 7,5%
 - Índice de Concentração Setorial: 0,072%

6. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

6.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em 2018 o orçamento de investimentos foi de R\$-47,9 milhões, sendo efetivado R\$-9,6 milhões (20% do previsto), conforme tabela abaixo.

Tabela 13- Orçamento de investimentos

R\$-1.000				
Macroprocessos	Projetos	Previsto	Realizado	%
Apoio	Modernização Tecnológica da DG	23.779	505	2,12
Apoio	Reforma dos andares do edifício sede	1.727	116	6,74
Apoio	Demandas das unidades administrativas	971	169	17,36
Apoio	Serviços de adaptação e instalações do Ed sede	955	495	51,8
Apoio	Solução de Controle de Acesso Físico da DG	777	729	93,84
Apoio	Substituição de Nobreak do Centro de PD	749	0	0
Apoio	Substituição de mobiliárias da matriz	747	243	32,56
Apoio	Demais projetos	538	121	22,44
Apoio	Implantação de Energia Fotovoltaica da Matriz	500	0	0
Apoio	Reforma do Sistema de Incêndio e da Rede de Hidrantes do edifício sede	400	0	0
Apoio	Modernização Tecnológica da rede de agências	5.400	0	0
Apoio	Substituição dos Cofres de Segurança das Ags	4.114	3.490	84,82
Apoio	Modernização do Serviço de Autoatendimento	3.590	2.278	63,47
Apoio	Reforma de agências	1.530	1.133	74,03
Apoio	Modernização do Sistema de Climatização Ags	679	0	0
Apoio	Demais demandas da rede de agências	510	39	7,66
Apoio	Substituição de mobiliários da rede de agências	319	0	0
Apoio	Substituição de Grupo Geradores da rede de Ag	313	280	89,41
Apoio	Central de Alarme contra Incêndio na rede de Ag	313	0	0
Total geral		47.912	9.597	20,03

Fonte: Banco da Amazônia - GECOR

Os principais projetos contemplados foram: substituição de cofres de segurança, modernização dos serviços de autoatendimento e reformas de agências.

A modernização tecnológica da Direção Geral não foi executada devido a atrasos na documentação para licitação, baixa demanda por substituição de equipamentos de TI e cancelamentos de aquisições à revisão dos investimentos de TI que resultaram em mudanças de direcionamento técnico, mudanças de escopo ou cancelamentos e adiamentos de projetos para o próximo exercício.

Outros fatores para a baixa performance do orçamento de investimento foram a não conclusão de processos de licitação que impactaram, principalmente, nos projetos de reforma dos andares e do sistema de combate a incêndio no edifício sede, bem como, o projeto de substituição dos nobreaks do Centro de Processamento de Dados. Houve também atraso na elaboração do projeto executivo para implantação do sistema de energia fotovoltaica do edifício sede e cancelamentos de aquisições destinadas a substituição de bens obsoletos.

6.2 RENÚNCIA DE RECEITAS

O Banco não pratica renúncia de receita.

6.3 INFORMAÇÃO SOBRE DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

No exercício de 2018, ocorreram 921 desembolsos referente a depósitos judiciais e um pagamento extrajudicial, totalizando R\$ 81.070.899,57, referente a causas que envolvem a CAPAF, processos cíveis, fiscais e trabalhistas, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 14- Depósitos judiciais e extrajudiciais

Tipo de Matéria	Quantidade	Valor do depósito (R\$)
CAPAF	18	3.880.544,42
CÍVEL	417	20.071.210,74
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO	1	360
FISCAL	6	243.650,30
TRABALHISTA	479	56.806.948,08
TRIBUTÁRIO/FISCAL	1	68.186,03
Total Geral	922	81.070.899,57

Fonte: Banco da Amazônia - GEJUR

6.4 INFORMAÇÕES SOBRE INDENIZAÇÕES A CLIENTES NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL

Em 2018 foram registradas 266 ações judiciais propostas por clientes, com pedidos de indenização, e 12 procedimentos em âmbito administrativo (PROCON). As ações geralmente versam sobre exclusão de restritivos. A tabela abaixo apresenta uma visão geral sobre o assunto.

Tabela 15- Ações Judiciais

Âmbito	Quantidade	Total Desembolso
CÍVEL	266	918.248,67
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO	12	360,00
Total Geral	278	918.608,67

Fonte: Banco da Amazônia - GEJUR

6.5 GESTÃO DE PESSOAS

A Gerência Executiva de Gestão de Pessoas – GEPES tem como missão: prover soluções e melhorias contínuas de gestão de pessoas, desenvolvendo, reconhecendo e retendo talentos capazes de produzir resultados de alta performance e alinhados à estratégia do Banco. Os principais processos da Gerência são: Planejamento Estratégico de Pessoas; Desenvolvimento de Pessoas, Planejamento de Pessoas, Benefícios, Registros funcionais, folha de pagamento, Assistência e Promoção à saúde, endomarketing e Relacionamento com Entidades Sindicais.

6.5.1 Corpo funcional

Em 2018 o Banco da Amazônia contava com uma equipe admitida por concurso público de 2.938 empregados, cujo perfil encontra-se nas tabelas a seguir.

Tabela 16- Perfil Empregados – por sexo

Gênero	
Masculino	1.845
Feminino	1.094
Total	2.939

Fonte: Banco da Amazônia - GEPES

Tabela 17- Perfil Empregados – por faixa etária

Faixa Etária	
Até 30 anos	203
De 31 a 50 anos	1553
Acima de 50 anos	1183

Fonte: Banco da Amazônia - GEPES

Tabela 18- Perfil Empregados – por escolaridade

Formação	
Ensino Fundamental	52
Ensino Médio	732
Superior Completo	1678
Pós-graduado	448
Mestrado Completo	28
Doutorado	1

Fonte: Banco da Amazônia - GEPES

6.5.2 Programa de Estágio e Menor Aprendiz

O Programa de Estágio é regulado pela Lei nº 11.788, de 25/09/2008, ofertando-se oportunidades de estágio a estudantes de nível médio e superior das redes pública e privada nos municípios de atuação do Banco com objetivo de proporcionar a vivência prática ao estudante e, ainda, complementar o processo de ensino/aprendizagem. A inserção dos estudantes no Programa de Estágio ocorre através de Agente de Integração Empresa/Escola, contratada para a execução do referido programa, ao amparo da legislação vigente.

O Programa Aprendiz é destinado a menores pertencentes a família de baixa renda com o objetivo de assegurar a formação técnico-profissional metódica compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico do Aprendiz, em conformidade com as disposições do artigo 429, da Lei nº 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto 5.598/2005.

O quantitativo de estagiários e menores aprendizes do Banco, no exercício de 2018, estão dispostos na tabela abaixo, observando que no caso dos menores aprendizes o Banco da Amazônia cumpre a cota legal estipulada nos normativos vigentes (mínimo, 5%, e, máximo, 15% do total de empregados por unidade).

Tabela 19- Perfil Empregados – por escolaridade

Tipo	Quantidade
Menor Aprendiz	145
Estagiário	253

Fonte: Banco da Amazônia - GEPES

6.5.3 Remuneração e Benefícios

No Banco da Amazônia não há diferença de salários por gênero, bem como não há nenhum dispositivo no Plano de Cargos e Salários da empresa que permita qualquer diferenciação entre os empregados que não seja em função de meritocracia, por meio de processo seletivo para ascensão as funções comissionadas.

A menor remuneração praticada é de R\$ 2.499,86, valor que representa a proporção de 2,62 salários mínimos de R\$ 954,00. Os benefícios são cobertos pelo Acordo Coletivo de Trabalho para os bancários, conforme a seguir:

- Programa de Alimentação do Trabalhador: Instituído pelo Ministério do Trabalho (Lei nº 6.321, de 15 de abril de 1976), no valor de R\$ 773,96 (melhoria da situação nutricional, promoção da saúde e prevenção de doenças relacionadas ao trabalho);
- Cesta Alimentação: Instituído por força de Acordo Coletivo de Trabalho (2001/2002), valor atual de R\$ 609,87 (melhoria da qualidade de vida do trabalhador);
- Saúde Amazônia: Instituído pelo Banco da Amazônia (Setembro/1996), destinado à manutenção e prevenção da saúde dos empregados, dirigentes e conselheiros, bem como pensionistas e aposentados do Banco, conforme tabela a seguir:

Tabela 20- Programa Saúde Amazônia – valores de reembolso

SAÚDE AMAZÔNIA – VLR DE REFERÊNCIA A PARTIR MAIO/2018 R\$-1.145,94		
Remuneração (R\$)	%	Reembolso (R\$)
Até 2.471,30	85%	974,05
De 2.471,31 até 4.777,15	65%	744,86
Acima de 4.777,15	45%	515,67

Fonte: Banco da Amazônia - GEPES

- Integralização de Vencimentos: Benefício concedido aos empregados da ativa por ocasião de licença para tratamento de saúde – prorrogação (extensivo aos empregados já aposentados pelo INSS que permanecem na ativa), correspondente à diferença entre o valor recebido pelo INSS e o recebido Banco.
- Auxílio Creche: Benefício direcionado aos empregados que possuem filhos (inclusive adotivo ou menor sob guarda ou tutela), devidamente registrados no Banco como seu dependente. O pagamento é realizado no lapso temporal de 83 (oitenta e três) meses de vida de cada dependente, com valor atual de R\$ 400,72. Concessão em dobro aos filhos portadores de vírus HIV, neoplasias malignas e enfermidade mental e/ou física incapacitante.
- Vale Transporte: Instituído por meio da Lei nº 7.418 (16/12/1985), alterado pela Lei nº 7.619 (30/09/1987). Visa atender às necessidades do trabalhador na locomoção entre a residência e o local de trabalho. A partir do Acordo Coletivo 2007/2008, foi autorizada a implantação do desconto do vale-transporte (4% do Vencimento Básico).
- Seguro de Vida: Participação do Banco (50%) da apólice VG-14277 destinado aos empregados.
- Licença Maternidade de 120 dias, com ampliação por 60 dias, conforme Lei nº 11.770 (09/09/2008) e aprovado por decisão da DIREX (28/10/2009) Extensiva a quem adotar ou obter guarda judicial para fins de adoção.
- Auxílio Funeral pago por falecimento de dependentes do colaborador, com valor atual de R\$ 1.987,02.
- Indenização por Morte ou Incapacidade decorrente de Assalto em favor do empregado ou de seus dependentes legais por conta assalto intentado contra o Banco ou contra o empregado a serviço, consumado ou não. Valor atual: R\$ 168.784,55.

- Custeio de Despesas de Acidente de Trabalho: Ressarcimento de despesas com hospitalização, tratamento fisioterápico, consultas médicas ambulatoriais, assistência psicológica e outras necessárias (inclusive medicamentos).
- Ajuda de Transporte em Horário Noturno: são ressarcidos os gastos com transporte de empregados em serviço entre 22h de um dia e 7h do dia seguinte.
- Horário Alimentação: o Banco concederá à empregada, com filho em idade de amamentação, o direito à redução da jornada de trabalho em uma hora por dia e por até seis meses, contados do término do afastamento por Licença Maternidade, mediante a apresentação de laudo médico que comprove a condição de lactante.
- Adiantamento de Férias: É facultado ao empregado, a título de remuneração de férias (artigo 145 da CLT), antecipação de um salário vigente (por ocasião das férias), assegurando-lhe o direito de devolução em até dez parcelas iguais e sucessivas.
- Apoio para Aposentadoria: Plano de Previdência PrevAmazônia destinado aos empregados da ativa que não possuem outro plano de benefício patrocinado pelo Banco e pela CAPAF (adesão facultativa). O Banco contribui com 100% do valor da contribuição que o participante aportar, diretamente em sua conta individual.

6.5.4 eSocial

O Banco da Amazônia é pertencente ao grupamento 2, do programa eSocial, estando cumprindo todas as etapas do cronograma de implantação, conforme a seguir:

Tabela 21- Cronograma de implantação do eSocial

Item	Prazo
Tabelas	16/07/2018
Não Periódicos	10/10/2018
Periódicos	10/01/2019
Substituição GFIP para Contribuições Previdenciárias	30/04/2019
Substituição GFIPFGTS	31/09/2019
SST	31/01/2020

Fonte: Banco da Amazônia - GEPES

6.5.5 PrevAmazônia

O PrevAmazônia encerrou o exercício de 2018 com investimentos totais de R\$ 114.235.035, o que representou um crescimento de 5,40% em relação ao registrado em 2017, de R\$-91.093.927. Atualmente o plano conta com um total de 1.260 participantes. Desse universo, há 27 aposentados e 1 pensionista.

Conforme parecer de Avaliação Atuarial feita pela empresa Deloitte, em março de 2019, o plano PrevAmazônia encontra-se em situação de equilíbrio técnico, ou seja, é um plano saudável. Quanto ao custeio do plano, é constituído por meio das contribuições do Banco da Amazônia e dos participantes, conforme previsto no regulamento.

As contribuições regulares de responsabilidade do Banco são iguais e paritárias às contribuições regulares dos participantes ativos a ele vinculados e limitadas ao percentual de 7,50% (sete e meio por cento) da folha de salário de contribuição dos participantes. As contribuições facultativas, realizadas exclusivamente pelos participantes ativos, a critério destes e sem contrapartida do Patrocinador, contemplam: Contribuição Voluntária, com periodicidade mensal, de valor equivalente à aplicação, sobre o salário de contribuição, de percentual inteiro livremente escolhido

pelo Participante; e Contribuição Esporádica, correspondente a valor determinado e aportado pelo Participante em qualquer época, recolhido diretamente em favor do PrevAmazônia, na forma determinada pela Administradora do Plano, não podendo ser inferior a 1 (um) VRP.

6.5.6 Desenvolvimento profissional e pessoal

O plano de desenvolvimento de pessoas visa promover ações de aprendizagem, alinhadas às estratégias de negócio e às atividades dos profissionais, estimulando o desenvolvimento das pessoas através do aprendizado, para o cumprimento da missão institucional do Banco. Em 2018 foi programado efetuar 15.000 certificações, sendo executada 88% da meta programada (13.245 certificações). O valor investido foi de R\$ 4.679.026,16, conforme tabela a seguir.

Tabela 22- Ações de Investimento em Pessoas

ANO	INVESTIMENTO	META CERTIFICAÇÕES	EXECUÇÃO	%	INVESTIMENTO/ EMPREGADO
2018	R\$ 4.679.026,16	15.000	13.245	88	R\$ 356,27

Fonte: Banco da Amazônia - GEPES

As principais ações realizadas para o Desenvolvimento Profissional e Pessoal estão a seguir especificadas.

6.5.6.1 Treinamento de Executivos

Programa direcionado às Lideranças do Banco da Amazônia objetivando ampliar a visão crítica, sistêmica e integrada da gestão, ressaltando o papel fundamental do gestor para a liderança de equipes com foco em resultados para o negócio.

Tabela 23- Treinamento de executivos

Evento	Participantes	Local
Lideranças do Banco da Amazônia.	159	Belém

Fonte: Banco da Amazônia - GEPES

6.5.6.2 Programas Educacionais

O Banco incentiva a aquisição de competências por seus empregados, por meio de reembolso dos valores pagos. Cada um dos programas abaixo especificados, tem percentual de participação do Banco estabelecido e o acesso aos mesmos ocorre por meio de processo simplificado de seleção.

Tabela 24- Programas educacionais

Evento	Participantes
Formação Superior	59
Pós Graduação	32
Língua Estrangeira	11
Total	102

Fonte: Banco da Amazônia – GEPES

6.5.6.3 Plano de Desenvolvimento de Pessoas

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas define e organiza as ações de aprendizagem em uma estrutura coesa em que são planejadas ações de formação específica em conformidade com as diretrizes estratégicas. As tabelas abaixo demonstram as ações realizadas no âmbito do crédito/negócios e administrativas.

Tabela 25- Ações de aprendizagem no âmbito do crédito/negócios

Evento	Participantes	Local
Fórum C4 - Crédito e Cobrança	3	São Paulo
1ª Fórum BNDES- Ag financeiros	1	Rio de Janeiro
Financiamento do Agronegócio	2	São Paulo
Análise Socioambiental – Terras	60	PA I, MT, RO, AC e PA II
Negociação e Recuperação de Crédito	2	São Paulo
Summit Crédito e Cobrança Digital	1	São Paulo
Total	69	

Fonte: Banco da Amazônia – GEPEs

Tabela 26- Ações de aprendizagem no âmbito administrativo

Evento	Participantes	Local
Programa de Ambientação	81	Belém
13º Congresso Brasileiro de Pregoeiros	2	Foz do Iguaçu
Fiscalização de Contratos no Banco da Amazônia	3	Belém
Palestra de Ética e Relações Interpessoais	107	Belém
Programa de Líderes	159	Belém
CONARH - Congresso Nacional Sobre Gestão de Pessoas	4	São Paulo
Nova Liderança	1	Belém
Gestão por Competência	22	Belém
XIV Seminário de Gestão da Ética nas Empresas Estatais	2	Rio de Janeiro
Total	381	

Fonte: Banco da Amazônia – GEPEs

O mesmo plano também define e organiza as ações de aprendizagem de formação exclusiva, é o caso das ações das áreas de auditoria, controle e tecnologia da informação. As tabelas abaixo demonstram as ações realizadas no âmbito do crédito/negócios e administrativas.

Tabela 27- Ações de aprendizagem no âmbito da auditoria/controle

Evento	Participantes	Local
Auditoria de Fraudes e Canal de Denúncia	2	São Paulo
Grafoscopia e Documentoscopia	78	Belém
Controladoria Estratégica	2	São Paulo
Falsidade Documental nos Processos Eletrônicos	1	São Paulo
IFRS 9 e Stress Testing	2	São Paulo
Agentes de Riscos, Governança, Controles e Compliance	30	Belém
Tomada de Contas Especial	3	Fortaleza

Evento	Participantes	Local
Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para Celetistas	1	Brasília
Intensivo para Formação de Esp.em Controles Internos	6	Belém
Contabilidade Bancária	17	Belém
Governança e Gestão de Riscos e Controles	29	Belém
IFRS 9 - interno	25	Belém
Congresso Latino Americano de Auditoria Interna – CLAI	6	Foz do Iguaçu
8º Congresso Internacional de Gestão de Risco	3	São Paulo
Total	205	

Fonte: Banco da Amazônia – GEPES

Tabela 28- Ações de aprendizagem no âmbito da Tecnologia da Informação

Evento	Participantes	Local
Azure Fast Start - Azure IaaS Foundation	11	Belém
Análise de Pontos de Função – APF	28	Belém
Palestra Conscientização em Segurança da Informação	100	Belém
Total	139	

Fonte: Banco da Amazônia – GEPES

6.5.6.4 Ensino a Distância (EAD)

O Banco possui, ainda, o Portal Educacional - Plataforma de Educação a Distância (EAD) que disponibiliza 47 cursos / ações de qualificação, à disposição de todos os empregados em período integral. Dentre os cursos, 09 (nove) possuem caráter obrigatório, conforme a seguir:

Tabela 29- cursos obrigatórios

Curso	Carga Horária	Total Certificações
PLD - Prevenção à Lavagem de Dinheiro	5	2446
Introdução ao Gerenciamento de Riscos	13	2469
Pessoa Exposta Politicamente	3	2673
Risco Operacional	4	2694
Política de Responsabilidade Socioambiental	8	2401
Controles Internos e as Três Linhas de Defesa	8	2337
Ética nas Organizações	8	2407
Segurança da Informação	6	2166
Prevenção à Corrupção no Setor Financeiro	3	2087

Fonte: Banco da Amazônia – GEPES

6.5.7 Despesas com Custeio/Gastos com pessoal em 2018

Em 2018 as despesas com pessoal do Banco da Amazônia registraram um montante de R\$ 522,12 milhões (redução de 3,85% em relação a 2017), conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 30- Despesas de pessoal

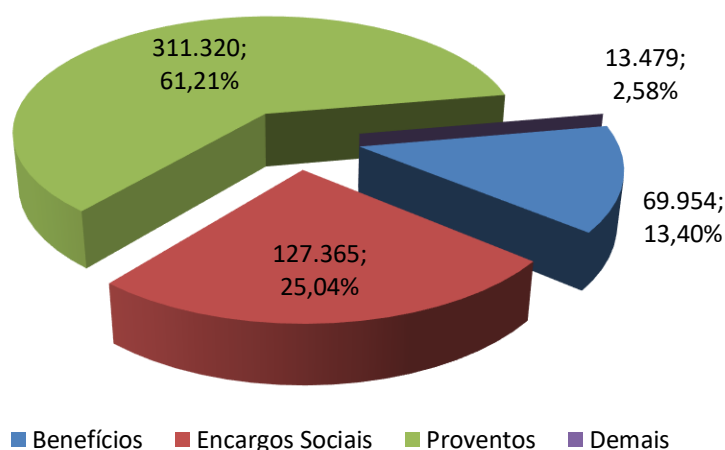
Tipo	Despesa Realizada (R\$ 1.000)			Variação	Variação
	2016	2017	2018	2017/2016	2018/2017
Despesa de Pessoal	611.819	543.022	522.118	-11,2	-3,8
Benefícios	65.522	68.238	69.954	4,1	2,5
Encargos Sociais	136.173	135.377	127.365	-0,6	-5,9
Proventos	396.326	326.211	311.320	-17,7	-4,6
Demais	13.797	13.197	13.479	-4,3	2,1
Despesa de Pessoal Ajustada	540.245	531.387	522.118	-1,6	-1,7
Benefícios	65.522	68.238	69.954	4,1	2,5
Encargos Sociais	136.173	135.377	127.365	-0,6	-5,9
Proventos	324.753	314.576	311.320	-3,1	-1,0
Demais	13.797	13.197	13.479	-4,3	2,1
Quadro de Pessoal	3.142	2.971	2.939	-5,4	-1,1

Fonte: Banco da Amazônia – GEPES

A redução foi oriunda do incentivo ao PDV - Programa de Demissão Voluntária (2016 e 2017) que resultou numa diminuição do quadro de pessoal em 6,5%, como também, por conta das despesas com indenizações trabalhistas, que em 2017 deixaram de ser classificadas como despesas de pessoal, conforme Circular Bacen n.º 3.782 (ainda assim, reduziram 1,1% em 2018).

As despesas com proventos como: salários, décimo terceiro, gratificações, funções comissionadas, férias e outros, corresponderam ao principal item de despesas (59,63%), seguida por encargos sociais como INSS e FGTS (24,39%) e por despesas com benefícios como: Programa de Alimentação do Trabalhador, despesas com assistência médica dos empregados e auxílio creche entre outros (13,4%). As despesas com treinamento e estagiários respondem por 2,58% do total de despesa, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 9- Principais gastos de pessoal



Fonte: Banco da Amazônia – GEPES

6.6 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADO

Os objetivos da política de remuneração é recompensar os membros dos Colegiados pela função exercida. De acordo com o Art. 152 da Lei nº 6.404/1976, a remuneração é aprovada em Assembleia Geral Ordinária de acionistas. A última ocorreu em 23.04.2018. A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST fornece as diretrizes e parâmetros para o Comitê de Remuneração elaborar a proposta de remuneração, que deverá ser apreciada, preliminarmente, pelo Conselho de Administração e pela própria SEST, na forma do disposto no Art. 41, Inciso VI, alínea “i” do Anexo do Decreto nº 9.035, de 20.04.2017.

A remuneração mensal devida aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal está fixada em 10% da remuneração mensal média dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da empresa.

Já a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria – COAUD e do Comitê Estratégico de Risco e Capital, está fixada em 40% da remuneração mensal média dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da empresa.

Os valores pagos aos membros da Diretoria Executiva são diferentes de acordo com o cargo exercido pelo dirigente, Presidente e Diretor. Percebem a parcela de remuneração fixa e parcela de remuneração variável. A remuneração fixa vigente no período de abril/2018 a março/2019 correspondeu aos seguintes valores: Presidente: R\$-37.054,64 e Diretor: R\$-32.599,92.

O Programa de Remuneração Variável Anual dos Dirigentes - RVA, é elaborado atendendo aos requisitos previstos na Lei nº 6.404/1976, portanto, é independente do Programa de Participação nos Lucros e Resultados dos Empregados, não estando sujeito a Lei nº 10.101/2000 e a Resolução nº 10, de 30.05.1995, do extinto Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE que rege o Programa de PLR dos Empregados.

São elegíveis para recebimento do programa de RVA os Dirigentes (Presidente e Diretores) ativos e os desligados que tenham trabalhado na empresa, efetivamente, por um período igual ou superior a 30 dias, no exercício ao qual o programa se refere, sendo que o programa prevê que:

- o Dirigente que vier a ser destituído do cargo, em 2018, faz jus ao pagamento de remuneração variável anual, proporcionalmente aos dias trabalhados no ano, desde que o período trabalhado seja igual ou superior a 30 (trinta) dias;
- o Dirigente que vier a ser nomeado no Banco, em 2018, faz jus ao pagamento da remuneração variável anual, proporcionalmente aos dias trabalhados, desde que o período trabalhado seja igual ou superior a 30 (trinta) dias;
- Na hipótese de substituição de dirigentes, o pagamento proporcional de RVA a ambos os diretores não poderá ultrapassar o limite máximo autorizado para o respectivo cargo.

Do montante de RVA apurado, para o Presidente e para cada Diretor:

- 60% será paga à vista (50% em espécie e 10% em instrumento baseado em ações), no primeiro exercício seguinte ao alcance das metas; e
- 40% em instrumentos baseados em ações, os quais serão distribuídos da seguinte forma:

- 20% do montante total no segundo exercício seguinte ao alcance das metas;
- 10% do montante total no terceiro exercício seguinte ao alcance das metas; e
- 10% do montante total no quarto exercício seguinte ao alcance das metas.

Os membros da Diretoria Executiva fazem jus, também, aos seguintes benefícios indiretos:

- Auxílio Moradia: para os dirigentes que tenham que transferir seu domicílio para o exercício do cargo, na forma do Decreto nº 3.255/1999, o Banco faz o ressarcimento dos custos com moradia até R\$1.800,00/mês.
- Auxílio Alimentação: no valor de R\$914,57
- Benefício Previdenciário: caso o dirigente faça adesão ao Plano de Benefícios Previdenciários - PrevAmazônia, do tipo Contribuição Variável, administrado pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia – CAPAF e patrocinado pelo Banco da Amazônia, haverá contribuição da cota patronal tomando como base o percentual de até 13% do honorário do cargo (Presidente ou Diretor).
- Assistência à Saúde: caso o dirigente faça adesão ao programa denominado “Saúde Amazônia”, o reembolso ao beneficiário do programa obedecerá a 3 faixas de remuneração, proventos/pensão (INSS + suplementação), nos seguintes percentuais de valor básico do plano a incidir sobre o valor utilizado como referência na tabela do programa, conforme tabela a seguir:

Tabela 31- Reembolso Programa Saúde Amazônia

REMUNERAÇÃO (R\$)	% REEMBOLSO	VALOR REEMBOLSO (R\$)
Até 2.471,30	85%	885,50
De 2.471,31 até 4.777,15	65%	677,14
Acima de 4.777,15	45%	468,79

Fonte: Banco da Amazônia – GEPES

- Indenização de transferência: a partir da investidura no cargo respectivo, os membros da Diretoria residirão, obrigatoriamente, na cidade onde o Banco da Amazônia tiver sua sede, sob pena de perda de mandato. Quando a escolha recair em pessoas que, necessariamente, houverem de transferir residência para atender ao disposto neste artigo, cada uma delas receberá ajuda de custo equivalente a dois meses de remuneração, tanto no início quanto no término da gestão.

6.7 POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS RESULTADOS DA ENTIDADE

As bases legais para a distribuição de PLR 2018 são o Ofício nº 58343/SEST-MP, o Ofício Circular nº 11.419-MF e a Portaria DEST/SE/MP nº 27.

O montante de distribuição total fica limitado a 9,25% do Lucro Líquido obtido no exercício, ou seja, 25% dos dividendos/juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas (o que for menor), dividido em dois módulos independentes:

- a) módulo básico: 6,25% do Lucro Líquido;
- b) módulo social: 3% do Lucro Líquido;

Forma de distribuição: Para os módulos básico e social, como regra, a distribuição da participação nos lucros obedecerá aos seguintes critérios:

- 40% linear (valor fixo a ser distribuído igualitariamente para todos);
- 60% com base no múltiplo de salário bruto calculado sobre o valor da folha geral (% padrão aplicado a todos).

O montante a ser distribuído dependerá do percentual médio de atingimento das metas estabelecida para os indicadores, conforme tabela a seguir.

Tabela 32- Percentual de Pagamento PLR

% de ating. das metas	%	Módulo Básico (%)	Módulo Social (%)
Menor que 80%	Sem pag.	Sem pagamento	Sem pagamento
De 80,00% a 90,00%	0,8	0,05	0,015
De 90,01% a 95,00%	0,86	0,054	0,0225
De 95,01% a 96,00%	0,95	0,0594	0,0285
De 96,01% a 97,00%	0,96	0,06	0,0288
De 97,01% a 98,00%	0,97	0,0606	0,0291
De 98,01% a 99,00%	0,98	0,0613	0,0294
De 99,01% a 100,00%	0,99	0,0619	0,0297
A partir de 100,00%	1	0,0625	0,03

Fonte: Banco da Amazônia – GEPES

Destaque que só haverá distribuição quando o Banco atingir, no mínimo, 80% das metas estabelecidas.

O quadro a seguir apresenta a meta proposta para os indicadores:

Tabela 33- Indicadores e metas PLR 2018

Nível	Indicador	Unid.Medida	Meta	Peso
Básico	IRPL - Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido	%	8,05%	20%
	IQC - Índice Qualidade da Carteira de Crédito	%	7,5	20%
	IPP - Índice de Produtividade per capta	R\$ mil	137,08	20%
	IEO - Índice de Eficiência Operacional	%	63,91	20%
	DRF - FNO - Índice de Política Pública - FNO	%	62,20%	20%
Social	Municípios Atendidos – Região Norte	%	93,22%	100%

Fonte: Banco da Amazônia – GEPES

6.8 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A Gerência Executiva de Patrimônio e Gestão de Contratos – GEPAC é área responsável pela condução dos processos licitatórios e pela gestão dos contratos do Banco da Amazônia tem como missão gerir de forma estratégica e eficiente as contratações, a logística, a gestão dos contratos administrativos, a gestão dos imóveis, móveis e utensílios do Banco, com qualidade, tempestividade e economicidade, observando os aspectos de legalidade e de responsabilidade socioambiental.

O processo de aquisição de produtos e serviços é centralizado na GEPAC e é regido por normativos internos, que atendem as práticas da Administração Pública Federal e para realização das licitações é utilizado o sistema COMPRASNET. No processo vigente as áreas demandante da contratação são responsáveis pela especificação dos requisitos que irão embasar a contratação pela GEPAC, bem como, também são responsáveis pelo acompanhamento da execução do contrato e pela qualidade e entrega do objeto contratado. A partir do termo de aceite dado pelas áreas de gestão de contrato, a GEPAC envia os pagamentos para liquidação, a qual ocorre em unidade distinta, mantendo-se, dessa forma, a segregação entre a contratação, acompanhamento, pagamento e gestão formal dos contratos.

Em 2018 o Banco priorizou a análise dos contratos com maiores impactos financeiros e maiores riscos para os negócios do Banco, visando possíveis negociações (redução de custos) dos contratos administrativos. Destaca-se ainda as negociações realizadas com os fornecedores tanto

nos processos licitatórios (contratações diretas) como no processo de gestão dos contratos, o que resultou em na economia especificada na tabela abaixo.

Tabela 34- Valor Estimado x Valor Contratado nas aquisições

Processo	Valor Estimado	Valor Contratado
Processo Licitação	R\$ 50.787.683,67	R\$ 11.476.582,75
Gestão de Contrato	R\$ 149.705.156,17	R\$ 8.226.946,43
Aluguel de Imóveis		R\$ 786.641,62

Fonte: Banco da Amazônia – GEPAC

Destaque para a publicação do Regulamento de Licitações e Contratos com base na Lei nº 13.303/2016, demonstrando a observância do Banco à legislação vigente. Outro destaque é a publicação da NP 756 – FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS que estabelece os procedimentos que devem ser realizados pelos Gestores do Serviço e Fiscais de Contrato, fortalecendo o processo interno e minimizando os riscos de que o Banco seja responsabilizado pelos encargos trabalhistas e previdenciários dos terceirizados não adimplidos pelas empresas contratadas.

6.8.1 Contratações diretas – Justificativas

Em 2018 houve 105 aquisições de bens e serviços indispensáveis aos serviços do Banco, em caráter emergencial, inexigibilidade ou por dispensa de valor, totalizando o valor de R\$30.993.734,89.

6.8.2 Pagamentos em contratações relativas a custeio e investimento

No exercício de 2018 foi realizado um investimento total em equipamentos na ordem de 230 mil reais, sendo que os itens de maior relevância foram: Máquinas Contadoras de Cédulas (50 unidade), Fragmentadoras de Papel Contadoras de Cédulas (100 unidade) e calculadoras (50 unidades). Além de Televisores (48 unidade) que, em sua maioria, foram adquiridos para serem utilizados nas centrais de crédito e principais áreas de negócio para acompanhamento dos indicadores das unidades.

No que se refere as despesas, a tabela abaixo apresenta resumo da situação.

Tabela 35- Despesas

ITEM	VALOR (em reais)
SERVIÇO FRETE	267.398
MATERIAL ESTOCADO	509.639
SERVIÇO MALOTE	544.084
SERVIÇO POSTAIS	513.633
DESPESAS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	8.978.383
TOTAL	10.813.137

Fonte: Banco da Amazônia – GEPAC

6.8.3 Contratos de publicidade e propaganda

Em 2018 o Banco manteve dois contratos de publicidade e propaganda com as empresas PHOCUS PROPAGANDA E MARKETING LTDA EPP e DC3 COMUNICAÇÃO LTDA, ambos como data de vencimento em 23/11/2018, sem possibilidade de prorrogação. Ainda em 2018, o Banco

iniciou processo licitatório para recontratar os serviços objeto dos contratos em questão (Concorrência nº 2018/005), sendo vencedora a empresa C. A. COMUNICAÇÃO E ASSESSORIA S/S LTDA, para o período 19/02/2019 a 18/02/2020.

6.8.4 AVALIAÇÃO DOS REFLEXOS DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO NOS CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, CONFORME DETERMINAÇÃO CONSTANTE NOS ITENS 9.2 E 9.3 DO ACORDÃO 2.859/2013-TCU PLENÁRIO (item 9.3 do Acórdão 671/2018 – TCU Plenário. TC 013.515/2013-6)

O Banco adotou diversas medidas para o cumprimento do Ofício Circular nº 01/2014/MP/SE/DEST, de 03/01/2014, conforme a seguir:

- Levantamento dos contratos enquadrados pela legislação, valores pagos e readequação financeira;
- Emissão de comunicado às empresas solicitando reequilíbrio econômico financeiro e devolução dos valores devidos no prazo de 30 dias;
- Ofício SECRE nº 2014/070 (24/03/2014), ao Sr. Diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (cópia TCU), sobre as providências adotadas pelo Banco sobre o assunto;
- Consultadas 08 empresas para procederem os ajustes determinado em Lei, resultando em uma concordância de devolução dos recursos via administrativa (R\$ 74.695,24).

Considerando a recomendação do TCU e, ainda, o parecer jurídico (CI-2018/539, de 03/07/2018), o assunto foi retomado para tentar, novamente, reaver os recursos pela via administrativa, sendo realizado novo levantamento dos contratos e respectivos valores mensais.

6.9 Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Em 2018 a área responsável pela gestão patrimonial elaborou projeto básico e termo de referência para contratação, em 2019, de uma ferramenta de gestão integrada de patrimônio mobiliário com base na tecnologia RFID, que compreende: coletores de dados de itens mobiliários com tecnologia RFID, incluindo garantia on-site de trinta e seis meses; fornecimento de plaquetas ou Tags RFID; serviço de integração com o sistema corporativo de Patrimônio; e treinamento e capacitação. O projeto está em conformidade com as normas e legislação vigente (alguns órgãos da administração pública já contrataram - TCU e TER – BA).

Com o encaminhamento da tabela de temporalidade para aprovação pelo Arquivo Nacional em Outubro/2018, está sendo planejado a eliminação do material em Arquivo, em conformidade com a Legislação vigente e com os prazos estipulados no normativo. Esse processo proporcionará melhorias na Gestão Documental (eficiência no atendimento das demandas e ainda o devido alinhamento ao projeto do GED).

6.9.1 Desfazimento de ativos

Em 2018 foi autorizado o desfazimento de bens de diversas unidades, sendo baixados 1.232 itens e alienados 564 bens.

6.9.2 Locação de imóveis e equipamentos

No ano de 2018 o Banco da Amazônia modificou seu processo de locação de imóveis, passando a utilizar a metodologia de chamamento público para a locação de imóveis de terceiros, observando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e

eficiência administrativa, dando maior publicidade e impessoalidade ao processo de locação de imóveis, além de mais eficiente e adequação as disposições dos órgãos de controle.

6.9.3 Mudanças e desmobilizações

O Banco possui 07 (sete) processos em andamento para alienação / desmobilização, conforme a seguir:

Tabela 36- Processos licitatórios em andamento

LICITAÇÃO	PUBLICAÇÃO	DESCRIÇÃO OBJETO	REALIZAÇÃO	STATUS
CC 2018/001	18.12.2017	Agência Feijó	20.03.2018	Homologada deserta. Será feita venda direta por já ter sido realizada 2 vezes.
CC 2018/003	19.12.2017	Agência – Coari - AM	05.04.2018	Licitação encerrada. Imóvel vendido
CC 2018/004	20.12.2017	Agência Brasília - AC	26.09.2018	Edital republicado e sessão realizada 26.09.2018 sendo deserta mais uma vez
CC 2018/006	19/02/2017	Ag Tocantinópolis- TO	08.08.2018	DESERTA – Pela 2ª vez.
CC 2018/007	03.05.2018	Agência Gurupi- TO	04.07.2018	DESERTA – Pela 2ª vez.
CC 2018/010	Edital em análise	Agência Marabá – PA	2019	Edital em análise para publicação.
CC 2018/011	Edital em análise	Ag Rondonópolis – MT	2019	Edital em análise para publicação.

Fonte: Banco da Amazônia – GEPAC

6.9.4 Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos

O grande desafio da área responsável pela gestão patrimonial e infraestrutura continua sendo o de consolidar e fomentar a cultura do planejamento, aderência aos normativos, boas práticas preconizadas pelo TCU e legislação em vigor, aos demandantes de Contratações, em especial o conhecimento e uso do Regulamento de Licitações do Banco da Amazônia S/A disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/component/edocman/regulamento-licitacoes-contratos>

O principal risco é de paralisação ou suspensão de processos e contratos, em virtude de demandas judiciais e/ou Administrativas.

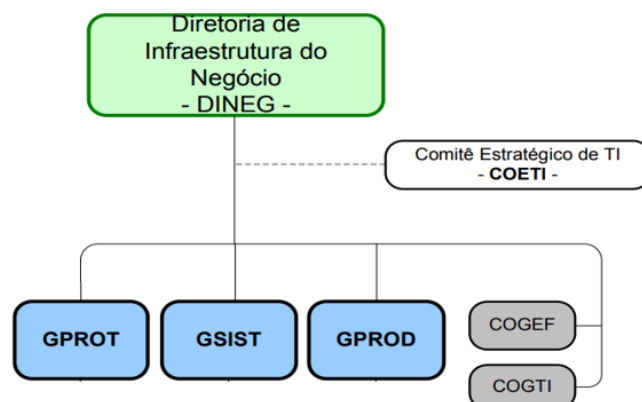
6.10 Gestão de Tecnologia da Informação

6.10.1 Conformidade Legal da Gestão de TI

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação do Banco da Amazônia - PDTI está alinhado ao Planejamento Estratégico do Banco 2017-2021 e tem como missão: entregar soluções sólidas que melhorem a eficiência operacional e promovam a modernização e inovação ao modelo de negócios do Banco da Amazônia. A área possui 22 (vinte e dois) normativos que direcionam sua gestão. Tanto o PDTI como os normativos encontram-se publicados no Sistema de Normativos da Instituição.

6.10.2 Modelo de Governança de TI

O Banco da Amazônia segue as boas práticas de mercado e as diretrizes emanadas pelo Governo Federal, assim como as recomendações dos órgãos reguladores e de auditoria. A Diretoria de Infraestrutura do Negócio - DINEG é responsável por promover a governança de TI no Banco da Amazônia, direcionando e definindo as estratégias e o orçamento, alinhados aos objetivos estratégicos institucionais. O modelo de governança de TI está estruturado conforme a seguir:



COETI: Comitê de caráter analítico e consultivo que tem por finalidade assessorar o Diretor da DINEG na gestão da Tecnologia da Informação. É constituído pelos seguintes membros permanentes com direito a voto:

- Diretor de Infraestrutura do Negócio - DINEG
- Gerência Executiva de Projetos de TI - GPROT
- Gerência Executiva de Administração de Sistemas - GSIST
- Gerência Executiva de Produção e Infraestrutura - GPROD
- Coordenador de Governança de TI - COGTI
- Coordenador de Gestão e Supervisão de Contratos - COGEF

GPROT - Gerência Executiva de Projetos de Tecnologia da Informação: responsável por prover o Banco de soluções de sistemas informatizados para o atendimento das necessidades apresentadas pelas unidades de negócio. planejar e executar projetos de TI conforme metodologia estabelecida. definir a arquitetura e o mapa de desenvolvimento tecnológico alinhando-os aos objetivos estratégicos da organização. fazer a gestão de demandas de.

GSIST - Gerência Executiva de Administração de Sistema, responsável por garantir a sustentação (disponibilidade e desempenho) dos sistemas em operação, gerenciando e executando as demandas de manutenção de sistemas.

GPROD – Gerência Executiva de Infraestrutura e Produção: gere os recursos e os serviços de infraestrutura de tecnologia da informação necessários para o adequado funcionamento dos processos de negócios do Banco da Amazônia, mantendo a disponibilidade e a capacidade do ambiente, bem como administra a execução das rotinas de processamento dos sistemas de informação

COGTI - Coordenadoria de Governança de TI: responsável pela definição de estratégias, políticas, processos e metas de TI do Banco, além do direcionamento tecnológico e elaboração do planejamento estratégico de TI.

COGEF - Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de contratos de TI: responsável pela gestão orçamentária, contratação de soluções e fiscalização de contratos de TI.

6.10.3 Montante dos recursos de TI aplicados em 2018

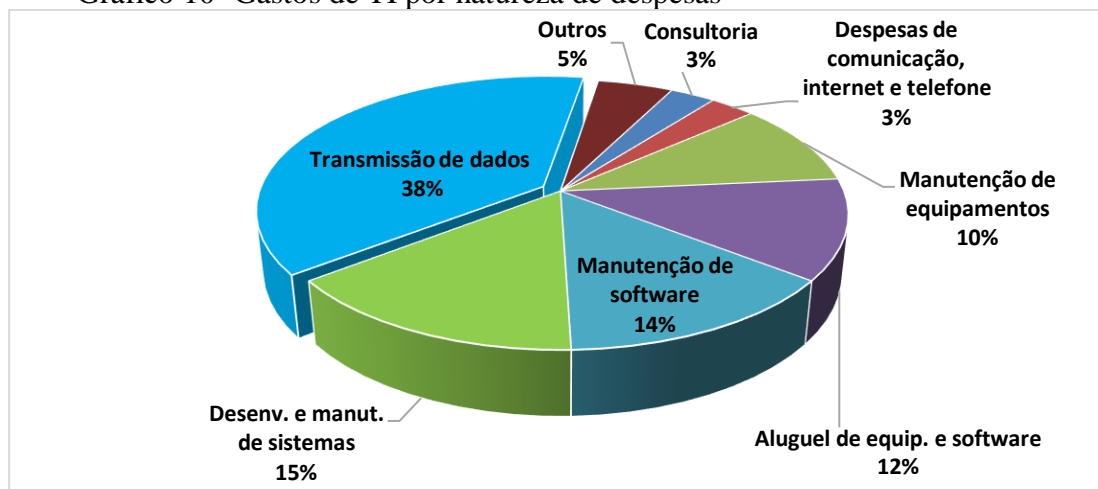
Tabela 37- recursos de TI aplicados em 2018

Grupo	Valor (em R\$)
Despesas	71.419.203,10
Dispêndios	46.787.262,10
Investimentos	2.822.385,30

Fonte: Banco da Amazônia – GPROT

6.10.4 Gastos de TI por Natureza de Despesas

Gráfico 10- Gastos de TI por natureza de despesas



Fonte: Banco da Amazônia – GPROT

6.10.5 Contratações de TI mais relevantes e vigentes em 2018

Tabela 38- Contratos de TI mais relevantes - 2018

CONTRATO	VALOR-R\$	Tipo de Serviço prestado
Fóton Informática	16.030.867,68	Prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de aplicativos de automação bancária
Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática	9.075.000,00	Prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de soluções do Core Bancário
PD Case Informática LTDA	5.800.000,00	Prestação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de soluções de Crédito
Walar Desenvolvimento de Sistemas IT LTDA	11.000.000,00	Aquisição de licenças Oracle PeopleSoft e serviços de implantação.
Pars Produtos de Processamento de Dados LTDA	21.550.188,90	Aquisição de licenças e suporte técnico Red Hat/Jboss e serviços de modernização da plataforma tecnológica (barramento corporativo de serviços /microcontainers).
Claro S/A	26.400.000,00	Serv de comun dados (internet, TV digital e telepresença)

Fonte: Banco da Amazônia – GPROT

6.10.6 Principais iniciativas e resultados na área de TI por Macroprocessos

Tabela 39- Principais iniciativas e resultados de TI - 2018

Macroprocesso	Iniciativas (sistemas e projetos)	Benefícios e Impactos
Finalísticos	Edital para credenciamento de empresas STARTUP, FINTECH e AGROTECH	Alavancar/otimizar negócios; Processos ágeis/ menores custos e prazos; Resultados com vantagem competitiva.
Apoio	Projeto estruturante centralização da automação bancária previsto no PDTI 2018-2021	Manutenção simplificada / redução da equipe de monitoramento / Custo e tempo de instalações de novas versões corretivas e evolutivas; Agilidade em todo o processo e alinhamento / modernidade em TI aplicado no mercado Bancário.
Apoio	Projeto estruturante: Plataforma Open shift. Visa prover infra/ferramentas e serviços da plataforma RedHat/ barramento corporativo de serviços com base em microcontainers. Automatização no provimento de infraestrutura / desenvolvimento, redução de custo operacional para manutenção da infraestrutura, otimização da capacidade computacional disponível e alta disponibilidade da infraestrutura que hospeda as aplicações.	Em conjunto com outras ações de desenvolvimento de software os conceitos pela metodologia Devops (conjunto de práticas para integração entre as equipes de desenvolvimento de softwares),operações (infraestrutura ou sysadmin) e de apoio envolvidas (como controle de qualidade) e a adoção de processos automatizados para produção rápida e segura de aplicações e serviços, de forma rápida, continua e segura disponibilidade de novos serviços.
Apoio	Projeto Token para o Mobile Banking	Aumentar o nível de segurança das transações bancárias via Mobile Banking.
Finalísticos	Novo CONTROPER em plataforma WEB	Migrar o principal sistema de fomento da plataforma MAINFRAME para arquitetura JAVA / ORACLE. Redução de custos e melhoria na manutenção do sistema.
Apoio	Implantação de metodologia ÁGIL para gestão de projetos de TI.	Prover entregas com velocidade no desenvolvimento de produtos para maior competitividade do Banco no mercado
Apoio	Projeto Nuvem Privada junto a fornecedora VMware	Prover recursos de forma ágil (Servidores/aplicação/banco de dados/arquivos, etc.) otimizando o processo de implantação de novos softwares responsáveis por disponibilizar serviços aos usuários finais (internos e externos).
Gerenciais	Implantação da Ferramenta de controle de licenças de software	Otimizar o volume de licenças de softwares instaladas no Banco. Redução de custos / Geração de inventário dos softwares licenciados/Conformidade do Banco junto às empresas proprietárias de softwares, apontando eventuais riscos de irregularidades.

Macroprocesso	Iniciativas (sistemas e projetos)	Benefícios e Impactos
Apoio	Implantação da Ferramenta AMP Dynatrace	Ident. Rápida/precisa da causa raiz de problemas de desemp. da aplic, para adoção de ações de correções no ambiente e aplicação, aumentado a disponibilidade e performance da mesma.

Fonte: Banco da Amazônia – GPROT

6.11 GESTÃO DE CUSTOS

O Banco da Amazônia adotou procedimentos para desenvolver e implantar um modelo de custeio, por meio de contratação de empresa especializada (ESTRATEGIA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, via processo licitatório. O orçamento estimado para esse projeto foi de R\$ 1.982.090,72, tendo sido reajustado em 2018 para R\$ 2.297.871,21.

O projeto foi concebido em cinco fases, estando na fase de implantação assistida do projeto piloto, com previsão de conclusão para 2020

6.12 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

6.12.1 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O processo de contratação do Banco da Amazônia preconiza que sejam observados as condições de sustentabilidade de cada processo de contratação. As diretrizes da Política Geral de Contratações convertem para contratações sustentáveis, principalmente, àquelas que observam:

1. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
7. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;
8. Valorização dos aspectos sociais.

6.12.2 Redução de resíduos poluentes

Os Editais de licitação do Banco da Amazônia exigem o fornecimento de matérias reciclados, biodegradáveis e, ainda, aqueles que tenham material radioativo como computadores, baterias e lâmpadas sejam recolhidos e tratados pelos fornecedores.

6.12.3 Ações para redução do consumo de recursos naturais

6.12.3.1 Programa AMAZÔNIA OTIMIZA

Objetiva expandir as ações de racionalização do consumo de recursos naturais e energia. Nesse exercício foram revitalizadas as campanhas com dicas de economia no consumo de recursos e adoção de práticas sustentáveis internamente junto aos empregados/colaboradores do Banco da Amazônia. Destaque para o acompanhamento contínuo dos indicadores de Consumo de Energia e

Impressão pelas áreas gestoras através do sistema NSISARD. Aba Otimiza.

Considerando os indicadores contemplados no programa temos em 2018 os resultados a seguir:

- **Despesas com Energia**

Apesar do decréscimo no consumo em Kw/h em torno de 4,51% comparado a 2017 houve uma elevação nas despesas com a conta de energia (8,03%), equivalendo a R\$ 909 mil reais, em virtude do aumento da tarifa cobrada sobre o serviço no período avaliado.

Tabela 40- Despesas com Energia

2017		2018		% variação consumo Kw\h	% de Gastos (R\$) 2017/2018
KW\h	Valor R\$-	KW\h	Valor		
15.287.549,21	11.326.199,15	14.597.752,73	R\$ 12.235.690,23	-4,51	8,03

Fonte: Banco da Amazônia – GEPAC

- **Despesas com Impressão**

As despesas com Impressão sofreram redução em 18,76% em relação a 2017, resultando em uma economia de R\$ 722 mil reais. A quantidade de impressão reduziu em 16,05% ou 4.303.552 cópias a menos em relação ao ano anterior.

Tabela 41- Despesas com impressão

CONSUMO – R\$-			QUANTIDADE PAPEL IMPRESSO		
Ano 2017	Ano 2018	%	Ano 2017	Ano 2018	%
3.848.930,36	3.126.895,89	-18,76	26.812.361	22.508.809	-16,05

Fonte: Banco da Amazônia – GPROD

6.12.3.2 Programa AMAZÔNIA RECICLA

Objetiva implementar ações de reciclagem e coleta seletiva. Em maio de 2018 foi realizado levantamento da quantidade de material reciclado disponível no edifício sede para a doação e em junho foi iniciado o processo de destinação dos materiais recolhidos. O programa está sendo atualização para credenciamento das COOPERATIVAS através de um Chamamento Público e, posteriormente, realização de sorteios para definir a ordem de doação a cada cooperativa. Houve a reposição das lixeiras individuais de coleta nos espaços faltantes e redistribuição de caixotes para sobras de papel, conforme a seguir, cujos modelos estão demonstrados nas figuras abaixo.



Figura 7 Lixeiras utilizadas para coleta seletiva

Fonte: Banco da Amazônia – GECOR

Em 2018 foram atendidas as Cooperativas a seguir:

Tabela 42- Cooperativas beneficiadas com a coleta seletiva do Banco

Cooperativa	Material	Quant (ton)	Data
CONCAVES-Coop. de Catadores de Mat. Recicláveis	Papelão / Misto e Papel Branco e plástico	135	Julho
ACTP-Assoc. Cidadania Para Todos	Papelão / Misto e Papel Branco e plástico	145	Julho
COOTPA-Coop. de Trabalho dos Profissionais do Aurá	Papelão / Misto e Papel Branco e plástico	132	Agosto
COOCAPE-Coop. de Catadores de Materiais Recicláveis da Pedreira	Papelão / Misto e Papel Branco e plástico	136	Outubro
ACCSB-Assoc. de Catadores de Coleta Seletiva Belém	Papelão / Misto e Papel Branco e plástico	141	Dezembro
Total		689	

Fonte: Banco da Amazônia – GEPAC

Até junho/2019 o programa será revisado, com perspectiva de consolidá-lo na região metropolitana de Belém e, posteriormente, levar para as demais regiões. Também temos como perspectivas buscar parcerias com empresas geradoras de resíduos sólidos, universidades, escolas técnicas e profissionalizantes.

6.12.3.3 Programa FORNECEDOR VERDE

Objetiva introduzir e ampliar critérios socioambientais nas compras públicas para a aquisição de bens, materiais e contratação de serviços.

Os Editais de Licitação do Banco da Amazônia observam medidas de aderência a Legislação Ambiental e a Sustentabilidade tais como o uso na prestação dos serviços de materiais biodegradáveis autorizados pela Anvisa, recolhimento de Lâmpadas e Baterias junto aos fornecedores após a troca e/ou desgaste e ainda a destinação para reciclagem dos materiais reaproveitáveis.

O Banco da Amazônia contratou especialistas da UFPA através da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa – FADESP para estabelecer critérios para eleger os itens que deverão compor uma agência sustentável certificada. Com a realização desse estudo serão definidos os critérios para exigência em todas as reformas e/ou adaptações de agências do Banco.

6.12.3.4 Programa VIVA VIDA

Programa de Qualidade de Vida que objetiva realizar ações de promoção, proteção e reparação da saúde do trabalhador e de segurança no trabalho, visando alcançar o equilíbrio biopsicossocial e a excelência da qualidade de vida no trabalho. Promove ações de promoção da saúde e prevenção das doenças, de valorização e reconhecimento e de melhoria do clima organizacional. É constituído de diversos projetos, dentre os quais destacamos: Vero Peso, Ginástica laboral e Corredores em ação.

Em 2018, o Banco investiu R\$-1.356.524,10 nas ações de qualidade de vida, dentre as quais destacamos:

1. Programa Viva a vida: Carnaval “Ação de Prevenção”; Dia Internacional da Mulher; SIPAT- Semana Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho; Dia do Trabalhador; Dia

das Mães; Campanha Copa do Mundo 2018 - “O Meu Banco é o Campão da Amazônia”; Dia dos Pais; Semana de Qualidade de Vida – “Saúde é Equilíbrio”; Cuidando de sua Saúde. (Eventos Educativos); Transmissão via EAD através da TV Amazônia vídeos sobre Educação Financeira “Como ter uma relação equilibrada com o dinheiro”; Campanha outubro Rosa; Campanha novembro Azul; Feira Orgânica/ Artesanato;

2. Programa de Reconhecimento e Valorização (PRV): Programa de Ginástica Laboral; Programa Ver O Peso; Corredores em Ação; Programa CooperAção:

3. Programa de Relacionamento com empregados: Minha agência é 10; Valorização da Diversidade;

4. Programa de Voluntariado: Gincana Escolar; Campanha Mac Dia Feliz; Gincana do Círio de Nazaré e Gincana Natal Solidário.

6.12.3.5 Programa continuado de Educação Ambiental – sensibilização, formação e capacitação socioambiental dos empregados.

O curso Política de Responsabilidade Socioambiental foi lançado em 2008, sendo integralmente revisado em 2017. O curso atualmente tem o objetivo de apresentar os aspectos relacionados a resolução nº 4.327 e a Política de Responsabilidade Socioambiental que permeiam as ações do Banco da Amazônia. Essa ação de aprendizagem é destinada a todos os empregados, **em caráter obrigatório**.

Em 2018 foram capacitados 460 empregados nessa temática.

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 DECLARAÇÃO DA CONTADORA



**DECLARAÇÃO DA CONTADORA
BANCO DA AMAZÔNIA S.A.**

Declaro que as demonstrações contábeis do Banco da Amazônia S.A., relativas ao exercício de 2018 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009, e em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável e observados os pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Belém - PA, 11 de Março de 2019.


Valeida Neila Pessoa de Souza
CRC-PA Reg. 011298/O
Contadora

7.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão publicadas no site institucional do Banco da Amazônia, endereço:

<https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/component/edocman/demonstracao-financeira-completa-exercicio-de-2018/viewdocument?Itemid=>

7.2.1 Desempenho Financeiro

Apresentamos a seguir o Desempenho Financeiro do Exercício de 2018, observando que todos os quadros apresentados estão representados em R\$/mil.

Quadro 5- Principais itens patrimoniais

ATIVO	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Circulante e Não Circulante	13.862.619	16.611.438	18.593.167	34,12	11,93
Disponibilidades	30.979	43.291	49.231	58,92	13,72
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez/TVM	8.480.851	11.922.420	14.167.645	67,05	18,83
Relações Interfinanceiras/Interdependências	404.368	259.960	245.261	(39,35)	(5,65)
Operações de Crédito	3.511.517	2.900.665	2.692.997	(23,31)	(7,16)
Demais Ativos	1.434.904	1.485.102	1.438.033	0,22	(3,17)
PERMANENTE	311.740	340.654	346.792	11,24	1,80
TOTAL DO ATIVO	14.174.359	16.952.092	18.939.959	33,62	11,73
PASSIVO					
Circulante e Não Circulante	12.214.670	15.066.783	17.001.351	39,19	12,84
Depósitos	2.965.937	3.558.828	4.151.109	39,96	16,64
Captações no Mercado Aberto	220.010	105.001	100.024	(54,54)	(4,74)
Recursos Let. Imobil e Hipotec, Debet e Simil	377.676	440.253	243.308	(35,58)	(44,73)
Relações Interfinanceiras/Interdependências	5.226	3.636	10.806	106,77	197,19
Obrigações Por Empréstimos	51.332	53.974	52.158	1,61	(3,36)
Obrigações Por Repasses do País - Inst. Oficiais	749.190	767.526	778.328	3,89	1,41
Outras Obrigações	7.845.299	10.137.565	11.665.618	48,70	15,07
Patrimônio Líquido	1.959.689	1.885.309	1.938.608	(1,08)	2,83
TOTAL DO PASSIVO	14.174.359	16.952.092	18.939.959	33,62	11,73

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

Os Ativos Totais estão representados, na sua maioria, pelas Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e Operações de Crédito que, juntos, totalizam 89,0% (87,4% em 2017 e 84,6% em 2016).

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários

A elevação das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez foi motivada pelas aplicações no mercado aberto das Notas do Tesouro Nacional (NTN). Para a carteira de TVM os incrementos ocorreram, em sua maioria, em títulos públicos federais, especialmente LFTs, que se caracterizam por apresentarem alta liquidez. Ao final do exercício, o montante aplicado em LFTs foi de R\$9.109.465 (R\$7.055.507 em 2017 e R\$4.984.142 em 2016).

Operações de Crédito

A carteira de crédito do Banco da Amazônia representa 14,2% dos ativos totais (17,1% em 2017 e 24,8% em 2016), estando segregada em aplicação de fomento e comercial.

A carteira própria do Banco está fortemente concentrada no fomento, que é o crédito destinado a atender as demandas voltadas para o desenvolvimento da Região da Amazônia, em razão do Banco atuar como agente financeiro do Governo Federal, em consonância com as políticas, planos e programas governamentais voltados ao desenvolvimento sustentável, atendendo por meio de sua política de crédito todos os 450 municípios que integram a base político-institucional da Região Norte.

Essa carteira tem como *funding* recursos do BNDES, Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA); OGU, FAT, Recursos Obrigatórios, Caderneta de Poupança Rural e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). O exercício de 2018 fechou com um saldo aplicado de R\$2.103.240 mil (R\$2.066.200 mil em 2017 e R\$2.462.369 mil em 2016).

Captações

Os depósitos apresentaram crescimento comparado a 2017 e 2016, com destaque para os depósitos especiais e a prazo que encerraram o exercício com de R\$1.211.589 (R\$968.437 em 2017

e R\$584.075 em 2016) e de R\$1.362.802 (R\$1.277.028 em 2017 e R\$1.160.213 em 2016), respectivamente.

Os depósitos especiais apresentaram crescimento comparado a 2017 e 2016 com destaque para o Finam, criado pelo Decreto Lei nº 1.376/1974 R\$423.125 (R\$395.355 em 2017 e R\$166.373 em 2016) e Sudam Decretos nº 4.254/2002 e 7.839/2012 R\$782.352 (R\$561.682 em 2017 e R\$400.672 em 2016).

Recursos Letras Imob. e Hipotecários Debêntures e Similares

Esse grupo está representado pelas captações em Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), sendo uma modalidade de captação ofertada pelo Banco que vem apresentando crescimento desde a sua disponibilização aos clientes em março/2015. De acordo com a legislação tais recursos são direcionados para aplicação no crédito rural.

Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações estão compostas pelos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) inclusive FINAME, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Fundo de Estudos e Pesquisas (FINEP). Essas fontes possibilitam a diversificação das linhas de crédito ofertadas pelo Banco ao tomador final, especialmente para os estados não contemplados com o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

Outras Obrigações

Os principais itens que compõem este grupo são os seguintes:

1. Disponibilidade do FNO

Os recursos do FNO ainda não aplicados em operações de crédito (Disponibilidade do Fundo) representam 56,7% do grupo de Outras Obrigações (49,0% em 2017 e 40,0% em 2016) e registraram crescimento de 33,1% em relação a 2017 (59,2% em relação a 2016).

Essa disponibilidade é composta pelos valores repassados ao Banco pelo Tesouro Nacional, pelas amortizações e recuperações das operações de crédito realizadas em espécie. A remuneração é pela taxa extra mercado do Banco Central.

2. Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal (IECP)

O saldo devedor do contrato de mútuo assinado entre o Banco e a União para fins de enquadramento como IECP nos termos da Resolução CMN nº 4.192 e alterações posteriores, em 31 de dezembro de 2018 é de R\$1.056.265 mil (R\$1.034.214 mil em 31 de dezembro de 2017 e R\$1.044.422 mil em 31 de dezembro de 2016) correspondendo a 9,1% desse grupo (10,2% em 2017 e 13,3% em 2016).

3. Obrigações com Benefícios Pós-emprego

As obrigações do Banco relacionadas aos benefícios pós-emprego, incluindo os contratos de saldamento e os passivos atuariais calculados na forma da Deliberação CVM 695/2012, correspondem a 15,2% de Outras Obrigações (17,0 % em 2017 e 18,5% em 2016).

Quadro 6- Capital Próprio x Capital de Terceiros

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
- Patrimônio Líquido	1.959.689	1.885.309	1.938.608	(1,08)	2,83
- Passivo Exigível	12.214.670	15.066.783	17.001.351	39,19	12,84
TOTAL PASSIVO	14.174.359	16.952.092	18.939.959	33,62	11,73

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

Em relação ao percentual entre capital próprio e de terceiros, o Banco encerrou 2018 com 10,2% de capital próprio e 89,8% de capital de terceiros (em 2017, 11,1% de capital próprio e 88,9% de capital de terceiros; em 2016, 13,8% de capital próprio e 86,2% de capital de terceiros).

Capacidade de Pagamento em relação aos compromissos financeiros

Quadro 7- Capacidade de Pagamento

Liquidez de Curto Prazo	Variação %				
	2016	2017	2018	2018/2016	2018/2017
Ativos de Liquidez - curto prazo (1)	2.490.287	2.940.032	3.563.212	43,08	21,20
- Disponibilidades	30.980	43.291	49.231	58,91	13,72
- Aplicações Interfinanceiras	1.438.494	2.377.221	2.285.860	58,91	(3,84)
- TVM (exceto vinculados a Prest.Garantias)	1.020.813	519.520	1.228.121	20,31	136,40
Passivos de Liquidez (2)	232.541	127.632	137.008	(41,08)	7,35
- Depósitos Interfinanceiros	12.531	22.631	36.984	195,14	63,42
- Captações no Mercado Aberto	220.010	105.001	100.024	(54,54)	(4,74)
Saldo de Liquidez (1 - 2)	2.257.746	2.812.400	3.426.204	51,75	21,82
Liquidez Total					
	Variação %				
	2016	2017	2018	2018/2016	2018/2017
Ativos de Liquidez (1)	8.486.599	11.965.711	14.165.184	66,91	18,38
- Disponibilidades	30.980	43.291	49.231	58,91	13,72
- Aplicações Interfinanceiras	1.438.494	2.377.221	2.285.860	58,91	(3,84)
- TVM (exceto vinculados a Prest.Garantias)	7.017.125	9.545.199	11.830.093	68,59	23,94
Passivos de Liquidez (2)	232.541	127.632	137.008	(41,08)	7,35
- Depósitos Interfinanceiros	12.531	22.631	36.984	195,14	63,42
- Captações no Mercado Aberto	220.010	105.001	100.024	(54,54)	(4,74)
Saldo de Liquidez (1 - 2)	8.254.058	11.838.079	14.028.176	69,95	18,50

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

A maior participação nos ativos de liquidez é da carteira de TVM que está composta, principalmente, por títulos públicos federais em especial Letras Financeiras do Tesouro (LFT), que se caracterizam por apresentarem alta liquidez.

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Quadro 8- Fontes de Financiamentos

	Variação %				
	2016	2017	2018	2018/2016	2018/2017
Fontes					
- Depósitos Totais	2.965.937	3.558.828	4.151.109	39,96	16,64
- Captações no Merc. Aberto e Rel. Interdep. e Interfinanc.	225.236	108.637	110.830	(50,79)	2,02
- Obrigações por Empréstimos e Repasses	800.522	821.500	830.486	3,74	1,09
- Outras Obrig.(exceto rec.Fundo Constit.)	4.721.713	5.165.676	5.047.425	6,90	(2,29)
- Compulsórios	(358.738)	(202.800)	(117.489)	(67,25)	(42,07)
TOTAL	8.354.670	9.451.841	10.022.361	19,96	6,04
Carteira de Crédito Líquida	3.566.951	2.951.023	2.471.110	(30,72)	(16,26)
- Carteira de Crédito	3.769.156	3.167.490	2.981.071	(20,91)	(5,89)
- Provisão para Risco de Crédito	(202.205)	(216.467)	(239.961)	18,67	10,85
- Disponibilidades	4.787.719	6.500.818	7.551.251	57,72	16,16

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

A carteira de crédito do Banco da Amazônia está sustentada por depósitos, recursos de repasses e obrigações de longo prazo, como as provisões para contingências de benefícios pós-emprego e por recursos próprios.

A disponibilidade do FNO é aplicada no mercado financeiro (aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários), razão de não compor as fontes de recursos para operações de crédito da carteira própria.

Quadro 9- Nível de Endividamento

Índice	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
- De Endividamento	5,72	7,46	8,25	44,23	10,59

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

O índice de endividamento se elevou em razão do crescimento da disponibilidade do FNO.

No cálculo do índice é excluído o instrumento elegível a capital principal (IECP) por ser uma dívida perpétua, sendo computada a sua remuneração que será paga no exercício posterior.

Quadro 10- Empréstimos e Repasses

Especificação	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Empréstimos no Exterior	51.332	53.974	52.158	1,61	(3,36)
Repasses do País	749.190	767.526	778.328	3,89	1,41
TOTAL	800.522	821.500	830.486	3,74	1,09

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

Os empréstimos no exterior correspondem à captação para financiamentos para exportação, são de curto prazo (até 12 meses), os encargos são fixos à taxa média de 3,9% a.a (3,6% a.a em 2017 e 3,5% a.a em 2016) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos) e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

Os Repasses do País estão representados por recursos oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros. As taxas variam de 1,1% a.a (STN – OGU) até 7,0% a.a (BNDES Industrial), com prazo médio de 7,8 anos. As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações.

Quadro 11- Ativos Totais

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Caixa e Disponibilidade Moeda Estrangeira	30.979	43.291	49.231	58,92	13,72
Aplicações Interfinanceiras e TVM	8.480.851	11.922.420	14.167.645	67,05	18,83
Relações Interfinanceiras e Interdependências	404.368	259.960	245.261	(39,35)	(5,65)
Operações de Crédito (líquido de provisão)	3.511.517	2.900.665	2.692.997	(23,31)	(7,16)
Outros Créditos (líquido de provisão)	1.434.904	1.485.102	1.438.033	0,22	(3,17)
Permanente	311.740	340.654	346.792	11,24	1,80
TOTAL	14.174.359	16.952.092	18.939.959	33,62	11,73

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

Aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM

O aumento da disponibilidade do FNO foi que mais contribuiu para o crescimento das aplicações em operações compromissadas e aquisição de títulos, especialmente públicos federais.

Essas aplicações juntamente com a carteira de TVM representam 74,8% do ativo total (70,3% em 2017 e 59,8% em 2016). As aquisições interfinanceiras ocorreram em Notas do Tesouro Nacional (NTN) e em TVM foram adquiridos Letras Financeiras do Tesouro (LFTs).

A composição da carteira de TVM é de 84,0% de títulos públicos federais (84,8% em 2017 e 77,7% em 2016) e 16,0% de títulos privados (15,2% em 2017 e 22,3% em 2016), destaque para Letras Financeiras e Debêntures.

Quadro 12- Classificação de acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Tít.Valores Mobiliários e Inst. Financ.e Derivativos	7.042.357	9.545.199	11.830.093	67,98	23,94
Títulos Disponíveis para Negociação	561.218	299.140	318.278	(43,29)	6,40
Títulos Disponíveis para Venda	5.708.724	8.507.450	10.788.933	88,99	26,82
Títulos Mantidos até o Vencimento	772.415	738.609	722.882	(6,41)	(2,13)

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

Quadro 13- Movimentação da Carteira de TVM

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Saldo Inicial	6.051.545	7.042.357	9.545.199	57,73	35,54
Rendas	877.266	792.497	717.363	(18,23)	(9,48)
Despesas com atualização de TVM (FIDC/CFT)	(299)	(1.156)	(159)	(46,82)	(86,25)
Resgate	(604.268)	(801.571)	(204.811)	(66,11)	(74,45)
Venda	(2.116.024)	(1.010.711)	(748.425)	(64,63)	(25,95)
Reversão de provisão para TVM (CCB/FIDC)	-	329	-	-	-
Recebimentos de Juros e Amortizações	(340.822)	(265.376)	(221.741)	(34,94)	(16,44)
Aquisições	3.114.540	3.760.232	2.758.093	(11,44)	(26,65)
Lucros com títulos de renda fixa	58.570	146	-	-	-
Prejuízo com títulos de renda fixa	(557)	(157)	(698)	25,31	344,59
Marcação a Mercado - Negociação	(246)	783	(149)	(39,43)	(119,03)
Marcação a Mercado - Venda	2.652	27.826	(14.579)	(649,74)	(152,39)
Saldo Final	7.042.357	9.545.199	11.830.093	67,98	23,94

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

Operações de Crédito

Na carteira de crédito não estão incluídas as operações realizadas com recursos do FNO, por não constarem nas demonstrações financeiras do Banco, em razão de normativo do Banco Central do Brasil.

Na carteira estão sendo considerados os adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC) e excluídos outros créditos com característica de operações de crédito.

Quadro 14- Composição da Carteira de Crédito

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Comercial	1.306.787	1.101.290	877.831	(32,83)	(20,29)
Empréstimos	1.218.366	1.021.808	797.994	(34,50)	(21,90)
Títulos Descontados	31.781	27.213	31.180	(1,89)	14,58
Adiantamento S/ Contratos de Câmbio	56.348	52.190	48.657	(13,65)	(6,77)
Outros	292	79	-	(100,00)	(100,00)
Fomento	2.462.369	2.066.200	2.103.240	(14,58)	1,79
Industrial	1.405.406	1.055.238	1.048.275	(25,41)	(0,66)
Rural	1.056.963	1.010.962	1.054.965	(0,19)	4,35
(Provisão para Operações de Crédito)	(202.205)	(216.467)	(239.961)	18,67	10,85
Total da Carteira	3.566.951	2.951.023	2.741.110	(23,15)	(7,11)

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

Quadro 15- Performance da Carteira de Crédito

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Operações normais até 60 dias de vencidas	3.769.156	3.167.490	2.981.071	(20,91)	(5,89)
Operações normais até 60 dias de vencidas	3.586.651	3.036.311	2.866.222	(20,09)	(5,60)
Operações vencidas a partir de 61 dias de vencidas	182.505	131.179	114.849	(37,07)	(12,45)

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

Quadro 16- Índice de Qualidade da Carteira de Crédito (IQC)

	Variação %				
	2016	2017	2018	2018/2016	2018/2017
Índice da Qualidade da Carteira	7,9	7,8	7,5	(5,06)	(3,23)

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

O Banco da Amazônia, como agente financeiro do governo federal para promover o desenvolvimento da região Amazônica, prioriza as aplicações de crédito no segmento de fomento, especialmente as que têm como *funding* os recursos do FNO.

Relações Interfinanceiras

O principal componente desse grupo se refere aos depósitos junto ao Banco Central para atendimento a exigibilidade do compulsório sobre recursos à vista. Assim, os saldos oscilam de acordo com a exigibilidade.

Outros Créditos

Quadro 17- Composição

	Variação %				
	2016	2017	2018	2018/2016	2018/2017
Crédito tributário	1.153.775	1.237.061	1.219.860	5,73	(1,39)
Carteira de câmbio	52.789	53.563	51.643	(2,17)	(3,58)
Rendas a receber	133.464	71.665	78.584	(41,12)	9,65
Outros Créditos	94.876	122.813	87.946	(7,30)	(28,39)
TOTAL	1.434.904	1.485.102	1.438.033	0,22	(3,17)

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

A participação desse grupo no ativo total é de 7,6% (8,8% em 2017 e 10,1% em 2016), tendo como principais destaques:

Crédito Tributário: representa 84,8% do total de Outros Créditos (83,3% em 2017 e 80,4% em 2016) e é constituído por despesas com provisões não dedutíveis temporariamente para efeito fiscal, de acordo com o art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. A realização desses créditos se dará quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões para as quais foram constituídas.

No exercício, foi baixado do crédito tributário ativado o montante R\$458.224 (R\$330.442 mil em 2017 e R\$259.204 mil em 2016), enquanto que as adições importaram em R\$441.023 mil (R\$413.728 mil em 2017 e R\$348.182 mil em 2016).

A movimentação dos ativos fiscais é analisada periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados e com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos, conforme demonstrado em Estudo Técnico que é submetido à apreciação da Administração do Banco.

Rendas a Receber: no exercício, representam 5,5% (4,8% em 2017 e 9,3% em 2016) do grupo de Outros Créditos, sendo que a taxa de administração recebida do FNO de R\$594.783 (R\$560.492 em 2017 e R\$583.642 em 2016), é o principal componente.

Outros Créditos: os principais itens estão a seguir e a redução de 28,4% foi motivada principalmente pela baixa do Ativo Atuarial - Capaf e Contrato de TI.

1. Ativo Atuarial - Capaf: de acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica “Outros Créditos” o montante de R\$107.769 mil (R\$175.741 mil em 2017), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização, foi constituída provisão total desse ativo. No exercício de 2018, após avaliação Jurídico-Contábil, corroborada por decisão da Diretoria Executiva, houve a baixa de R\$67.972 mil desses ativos, considerando a impossibilidade de recebimento dos créditos adimplidos compulsoriamente pelo Banco;

2. Contrato TI: o valor registrado na conta Títulos e Créditos a Receber – Tecnologia (R\$21.705 mil em 2017), correspondia ao compromisso assumido por empresa prestadora de serviços de TI, conforme contrato “Termo de acordo, composição e ajuste”. Em razão da incerteza quanto ao recebimento vinha sendo mantida provisão classificada como passivo contingente. No exercício de 2018, para melhor adequação contábil, essa provisão foi reclassificada para uma conta redutora desse ativo. Após avaliação jurídica do processo de arbitragem do qual participam Banco da Amazônia S.A. e Empresa, foi apontado que o valor do Ativo em questão não mais representa de forma fidedigna a posição do Banco no processo. Por não ser possível mensurá-lo de forma assertiva, o Ativo bem como sua conta retificadora, foram baixados;

3. Devedores para apuração de responsabilidades: o saldo no valor de R\$17.702 mil (R\$13.100 mil em 2017), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências que estavam classificadas no passivo contingente. Em 2018, para melhor adequação contábil, essa provisão foi reclassificada para conta redutora desses ativos, anteriormente registrada na conta passiva de outras obrigações.

Quadro 18- Passivos Totais

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Depósitos	2.965.937	3.558.828	4.151.109	39,96	16,64
Captações no Mercado Aberto e LCA	597.686	545.254	343.332	(42,56)	(37,03)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	5.226	3.636	10.806	106,77	197,19
Obrigações Por Empréstimos e Repasses do País-Inst.Oficiais	800.522	821.500	830.486	3,74	1,09
Outras Obrigações	7.845.299	10.137.565	11.665.618	48,70	15,07
Patrimônio Líquido	1.959.689	1.885.309	1.938.608	(1,08)	2,83
TOTAL	14.174.359	16.952.092	18.939.959	33,62	11,73

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

Depósitos

Quadro 19- Composição dos Depósitos

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Depósitos	2.965.937	3.558.828	4.151.109	39,96	16,64
À Vista	663.835	704.225	892.977	34,52	26,80
Poupança	501.247	518.266	574.052	14,52	10,76
Interfinanceiro	12.531	22.631	36.984	195,14	63,42
A Prazo	1.788.324	2.313.706	2.647.096	48,02	14,41

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

Os depósitos representam 21,9% do passivo total (21,0% em 2017 e 20,9% em 2016), e a elevação foi motivada pela captação em depósitos a prazo.

Captações

As operações compromissadas (carteira própria), lastreadas com Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFTs), registraram redução em relação ao ano anterior (4,7%), e as Letras de Crédito ao Agronegócio (LCA), lançadas pelo Banco a partir de março/2015, decresceram 44,7%.

Quadro 20- Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Obrig P/ Repasses do País-Inst.Oficiais	749.190	767.526	778.328	3,89	1,41
Tesouro Nacional	30.637	28.400	26.999	(11,87)	(4,93)
BNDES	511.972	566.947	613.809	19,89	8,27
Finame	205.169	171.181	136.931	(33,26)	(20,01)
Finep	1.412	998	589	(58,29)	(40,98)

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

As dependências do Banco da Amazônia localizadas fora da Região Norte não podem utilizar recursos do FNO em suas operações de crédito, em razão do dispositivo legal dos fundos constitucionais. Para atender suas demandas, o Banco utiliza recursos de repasses, os quais fazem parte do portfólio de produtos oferecidos aos tomadores de crédito também beneficiados com recursos do FNO.

As obrigações por repasses de 2016 a 2018 vem apresentando crescimento, possibilitando a diversificação das linhas de crédito (BNDES, Finame e FDA), disponibilizadas especialmente para os estados não contemplados com o FNO. A fonte BNDES mantém o destaque de crescimento.

Quadro 21- Outras Obrigações (exceto Passivo Atuarial)

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Recursos Para Destinação Específica	3.460.091	5.284.069	6.926.756	100,19	31,09
Disponibilidade FNO	3.123.586	4.971.889	6.618.193	111,88	33,11
Outros	336.505	312.180	308.563	(8,30)	(1,16)
Provisão para Passivos Contingentes	2.132.113	2.348.168	2.310.668	8,37	(1,60)
Risco de Crédito - FNO, FDA e Cessão de Crédito	1.203.273	1.404.824	1.372.984	14,10	(2,27)
Trabalhista/Judiciais e Outros	184.827	207.809	245.143	32,63	17,97
Contratos planos saldados	732.363	722.081	692.187	(5,49)	(4,14)
Outras Provisões	11.650	13.454	354	(96,96)	(97,37)
Demais Obrigações	493.054	467.887	294.030	(40,37)	(37,16)
Instrumento Elegível a Capital Principal	1.044.422	1.034.214	1.056.265	1,13	2,13

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

Nesse grupamento merecem destaque os seguintes itens:

Recursos para destinação específica

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

Os recursos do FNO enquanto não aplicados no crédito, permanecem internalizados no Banco e remunerados a taxa extramercado. Essa disponibilidade é composta pelos valores repassados ao Banco pelo Tesouro Nacional, pelas amortizações e recuperações em espécie das operações de crédito e é aplicada em operações de rápida liquidez, especialmente no mercado financeiro (aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários).

Provisão para passivos contingentes

1. Risco de crédito (FNO)

As operações de crédito realizadas com recursos do FNO, embora não registradas no ativo do Banco, são avaliadas de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999, para efeito de registro da provisão (PCLD) em razão do risco de 50% imputado ao Banco sobre as operações de crédito contratadas a partir de 01.12.1998.

Essa provisão está registrada em Outras Obrigações. O recurso do FNO é destinado especificamente para fomentar o desenvolvimento da região Norte. Por conseguinte, apresenta elevado grau de risco, sendo ele proporcional ao volume de aplicação.

2. Risco de crédito (FDA)

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001 alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios. São dois Decretos que regulamentam o Fundo (Decreto nº 4.254/2002 e 7.839/2012).

As operações realizadas ao amparo do Decreto nº 4.254/2002 o Banco detém risco de 2,5% e tais operações não estão registradas no ativo. A provisão correspondente a este risco é calculada de acordo com as regras da Resolução CMN nº 2.682/1999 e registrada como passivo

contingente. O montante dessa provisão no final do exercício foi de R\$9.758 mil (R\$9.477 mil em 2017 e R\$9.769 em 2016).

Quanto a operação amparada pelo Decreto nº 7.839/2012, o Banco possui risco 100%, e encontra-se registrada no grupamento de Operações de Crédito, com a correspondente provisão computada juntamente com as operações da carteira do Banco.

3. Risco de crédito (Cessão de Crédito)

As operações de crédito rural renegociadas ao amparo da Lei nº 9.138/1995 foram cedidas do governo com coobrigação, o que leva ao registro da provisão calculada de acordo com as regras da Resolução CMN nº 2.682/1999. O montante da coobrigação ao final do exercício importa em R\$10.974 mil (R\$195.067 mil em 2017 e R\$167.246 mil em 2016), com uma provisão de R\$706 mil (R\$177.420 mil em 2017 e R\$146.792 em 2016).

O decréscimo apresentado tanta na obrigação quanto na provisão foi motivado pela realização da conciliação e regularização da carteira no exercício de 2018, que resultou no valor de R\$161.490, já atualizado pela Selic, correspondente à liquidação de operações, repasse de parcelas pagas por clientes e atualização monetária, repassado ao Tesouro em dezembro de 2018. Esse movimento gerou redução na conta de coobrigações que passou a conter apenas as operações a vencer, que serão repassados ao Tesouro, tempestivamente, por ocasião do vencimento de cada parcela.

Quanto à provisão de crédito para essas operações, o Banco da Amazônia entendeu como necessário alterar a metodologia, situação no âmbito do alcance do Pronunciamento Técnico - CPC 23. Assim, de maneira prospectiva, a partir da regularização da posição do Banco junto ao Tesouro, com base na Res. CMN nº 4.512/2016, o Banco optou por utilizar, para fins de provisionamento, os critérios da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, enquadrando as operações em faixas de *rating* e, a partir daí, constituindo provisão e reavaliando a posição periodicamente. O risco de subprovisionamento é mínimo, haja vista a provisão ser constituída considerando todo o saldo devedor das operações, e por conseguinte da carteira, ao passo que o valor a ser honrado pelo Banco, tempestivamente, seria relativo a uma parcela anual das operações onde se observarem eventos de inadimplência.

O grupo de 134 operações, adimplente e com saldo devedor de R\$10,9 milhões, no encerramento do exercício 2018, teve provisão constituída na ordem de R\$706 mil já sob nova estimativa. Considerando que tais operações não apresentam registro de inadimplência desde 2001, este não é um cenário com indicação provável de materialização, o que corrobora a assertividade da mudança de estimativa no provisionamento dessa carteira.

4. Passivos trabalhistas, judiciais e outros

Provisões trabalhistas, judiciais, legais: essas provisões são constituídas de acordo com os critérios do CPC nº 25 e Resolução CMN nº 3.823/2009 e estão baseadas na opinião da área jurídica do Banco como de risco provável.

Para os grupos homogêneos de ações, são utilizados critérios de base em perdas médias dos últimos 5 anos, aplicando-se os valores obtidos sobre cada processo ajuizado contra o Banco. A regra atual envolve a obrigação de provisionar todas as causas cadastradas no sistema de controle e acompanhamento de processos judiciais pela perda média apurada.

Anualmente, a área jurídica do Banco revisa a metodologia de cálculo para apuração do valor estimado da perda média apurada das condenações nos últimos 5 anos, de modo a permitir uma melhor assertividade nas perdas futuras. Foi levada em consideração a ponderação de todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas, de acordo com o que prevê o item 39 do CPC 25. A movimentação, bem como o saldo das provisões trabalhistas/judiciais/legais está descrita na nota explicativa 14.

A partir de 01.01.2017, as provisões para causas trabalhistas estão sendo contabilizadas em contas específicas criadas pelo Banco Central.

Provisão Contrato TI: em razão da incerteza quanto ao recebimento do valor de R\$21.705 mil em 2017, registrado na conta Títulos e Créditos a Receber – Tecnologia, vinha sendo mantida provisão classificada como passivo contingente. No exercício de 2018, para melhor adequação contábil, essa provisão foi reclassificada para uma conta redutora de ativo e posteriormente baixados, conforme já mencionado no item Ativo - Outros Créditos (quadro 17 – Composição Outros Créditos).

Planos saldados: O Banco e a Caixa de Previdência dos Empregados do Banco da Amazônia (CAPAF) assinaram, em fevereiro de 2013, contratos de saldamento dos planos de benefício definido e misto, abrangendo 52% do público pertencente a esses planos. Nos referidos documentos contratuais, os valores neles especificados devem ser atualizados mensalmente pela variação do INPC/IBGE e pela taxa máxima real de juros admitidas nas projeções atuariais dos planos de benefício fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) ou outra autoridade competente, com revisão anual de acordo com premissas atuariais que pode exigir ajuste, para mais ou para menos, por parte do Banco.

Na revisão de 2018, a manifestação atuarial foi de que, os resultados quantificados no parecer do atuário da CAPAF refletem, adequadamente, os valores atuais das provisões matemáticas dos planos saldados.

5. Outras Provisões

São constituídas provisões para outros tipos de risco a que o Banco da Amazônia está sujeito.

Provisão para apuração de responsabilidades: compreende o registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. No exercício de 2018 o saldo de R\$17.702 mil (R\$13.100 mil em 2017), foi reclassificado para conta redutora de Ativo, conforme já mencionado no item Ativo - Outros Créditos (quadro 17 – Composição Outros Créditos).

Demais Obrigações

Quadro 22- Composição das Demais Obrigações

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Câmbio	82	143	258	214,63	80,42
Sociais e Estatutárias	24.413	23.913	54.686	124,00	128,69
Fiscais e Previdenciárias	237.289	227.664	48.916	(79,39)	(78,51)
Obrig p/.Aquisição de Bens e Direitos	59.081	70.075	54.613	(7,56)	(22,06)
Provisão P/Pag. a Efetuar	109.426	80.658	83.013	(24,14)	2,92
Credores Diversos	58.126	57.998	39.258	(32,46)	(32,31)
Outros	4.636	7.436	13.285	186,56	78,66
TOTAL	493.054	467.887	294.030	(40,37)	(37,16)

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

Instrumentos de dívida elegíveis a capital principal (IECP)

No dia 09 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

O valor do contrato foi de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão) com remuneração integralmente variável e os juros devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

De acordo com o contrato, o pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.

A partir do recebimento até o exercício de 2016, o Banco vinha procedendo ao pagamento da remuneração, de acordo com a interpretação dada à Cláusula terceira do referido contrato, sem que tenha havido, por parte do Tesouro Nacional, qualquer questionamento quanto à metodologia adotada.

Em junho de 2017, o Banco da Amazônia recebeu Ofício da STN no qual consta a cobrança da diferença de remuneração do IECF, em razão de ter sido dada nova interpretação a referida cláusula por ocasião da auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU).

A princípio foi instaurado processo de controvérsia na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, tendo a primeira audiência ocorrida em 27.02.2018. Na referida audiência, restou consignado, entre outras medidas, o seguinte:

1. A admissão da mediação pela Advocacia Geral da União (AGU);
2. Reabertura de discussão com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) acerca do quantum devido e a forma de pagamento;
3. Recálculo da remuneração pelo Banco, conforme metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional;

No dia 22.03.2018 o Banco da Amazônia apresentou o recálculo, conforme metodologia exigida pela Secretaria do Tesouro Nacional, a qual foi devidamente acolhida.

No dia 23.05.2018 foi celebrado acordo entre o Banco da Amazônia e a Secretaria do Tesouro Nacional, tendo sido aclarada a interpretação sobre a cláusula terceira do contrato e estabelecidos os valores da diferença a ser paga por esta Instituição Financeira.

Com o adimplemento da obrigação as partes conferiram plena, rasa, geral e irrestrita quitação em relação a todos os direitos e deveres inerentes à questão, não se caracterizando, portanto, efeito retrospectivo, tendo o pagamento ocorrido em 22.06.2018, no montante de R\$65.509 (R\$52.636 pela remuneração e R\$12.873 pela atualização).

No fechamento do exercício, o total do contrato importa em R\$1.056.265 mil (R\$1.034.214 mil em 2017 e R\$1.044.422 em 2016). Esse contrato não possui vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionada a prévia autorização do Bacen.

As informações mais detalhadas a respeito do IECF constam na nota explicativa 13.

Quadro 23- Passivo Atuarial

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Caixa Previdência Compl.Banco da Amazônia	404.295	630.333	682.802	68,89	8,32
Aposentados de Responsabilidade do Banco	71.374	82.362	87.747	22,94	6,54
Auxílio pós-emprego	239.950	290.532	307.350	28,09	5,79
TOTAL	715.619	1.003.227	1.077.899	50,62	7,44

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

A provisão para passivo atuarial de benefício pós-emprego é calculada e ajustada trimestralmente por atuário especializado e de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM nº 695/2012 e Res. CMN nº 4.424/2015.

Planos de Benefício Definido e Misto

Informações detalhadas sobre os planos de benefício patrocinados pelo Banco encontram-se na nota explicativa nº25, inclusive quanto a ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, que transitou em julgado no dia 06.02.2017.

Quadro 24- Patrimônio Líquido

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
LUCRO DO EXERCÍCIO	130.682	64.507	109.078	(16,53)	69,09
Patrimônio Líquido	1.959.689	1.885.309	1.938.608	(1,08)	2,83
Rentabilidade	6,79	3,29	5,79	(14,79)	75,77

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

No exercício, o lucro líquido do Banco da Amazônia foi de R\$109.078 mil (R\$64.507 mil em 2017 e R\$130.682 mil em 2016), crescimento de 69,1% em relação ao resultado do ano anterior, elevando o Patrimônio Líquido (PL) do Banco para **R\$1.938.608 mil**. A rentabilidade anualizada em relação ao PL de 2018 foi de 5,8%.

Quadro 25- Receitas da intermediação financeira

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Total	1.609.070	1.421.049	1.303.185	(19,01)	(8,29)
Operações de Crédito	580.299	455.624	416.655	(28,20)	(8,55)
Resultado de Oper.Títulos e Val. Mobiliários	1.035.673	958.941	881.085	(14,93)	(8,12)
Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	(4.228)	(2.671)	-	-	-
Resultado de Oper.Câmbio	(2.674)	9.155	5.445	-	-

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

Quadro 26- Participação % nas Receitas da Intermediação Financeira

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Operações de Crédito	36,06	32,06	31,97	(11,35)	(0,28)
Resultado de Oper.Títulos e Val. Mobiliários	64,36	67,48	67,61	5,04	0,19
Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	(0,26)	(0,19)	-	-	-
Resultado de Oper.Câmbio	(0,17)	0,64	0,42	(351,42)	(35,15)
Total	100,00	100,00	100,00	-	-

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

Receitas de Operações de crédito

Quadro 27- Composição das Receitas de Operações de Crédito

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Rendas de Operações de Crédito	505.251	433.207	367.632	(27,24)	(15,14)
Recuperação de Créditos Baixados	75.048	22.417	49.023	(34,68)	118,69
Total da Carteira	580.299	455.624	416.655	(28,20)	(8,55)

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

O resultado das rendas das operações de crédito apresentou redução da carteira, aumento do nível de risco no estoque das operações e menor volume a recuperação de operações baixadas.

Resultado de TVM

Quadro 28- Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Res. Títulos e Valores Mobiliários	1.035.673	958.941	881.085	(14,93)	(8,12)
Res. Títulos de Renda Fixa	935.032	790.357	716.263	(23,40)	(9,37)
Rendas	877.266	788.481	713.963	(18,61)	(9,45)
Resultado das negociações	58.013	764	2.449	(95,78)	220,55
Marcação a Mercado	(247)	783	(149)	(39,68)	(119,03)
Desvalorização de Títulos Livres	-	329	-	-	-
Outros (Aplicações Interfinanceiras de Liquidez)	100.641	168.584	164.822	63,77	(2,23)

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

A constante queda na taxa Selic (6,40% a.a em 2018, 9,99% a.a. em 2017 e 14,18% em 2016), principal indexador dos títulos que compõem a carteira, foi o substancial fator para a redução das rendas de títulos. O maior decréscimo ocorreu em títulos de renda fixa, impactando principalmente as LFTs. As operações com TVM permanecem representando as maiores receitas da intermediação financeira, alcançando no exercício 67,6% de participação nessas receitas (e, 2017 representa 67,5% e em 2016 representa 64,4%).

Quadro 29- Despesas da Intermediação Financeira

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Despesas da Intermediação Financeira	(819.011)	(962.018)	(938.486)	14,59	(2,45)
Operações de Captação no Mercado	(318.321)	(267.747)	(208.500)	(34,50)	(22,13)
Operações de Empréstimos e Repasses	(366.223)	(474.218)	(591.607)	61,54	24,75
Provisão p/ Operações de Créditos e Outros Créditos	(134.467)	(220.053)	(138.379)	2,91	(37,12)

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

O item de maior participação no aumento desse grupamento foi Empréstimos e Repasses motivado pelos seguintes registros na rubrica de remuneração do IECP:

- R\$52.636 mil, em 22/06/2018, correspondente ao repasse ao Tesouro, referente ao IECP remanescente aos exercícios de 2014, 2015 e 2016, conforme termo de conciliação celebrado entre o Banco da Amazônia e a Secretaria do Tesouro Nacional, conforme mencionado no item Passivo – Outras Obrigações (quadro 21 – Outras Obrigações – exceto Passivo Atuarial);

- R\$56.266 mil, em 31/12/2018, relativo remuneração do IECP, calculada pela rentabilidade limitada à taxa Selic, conforme contrato mútuo celebrado entre a União e Banco da Amazônia, referente ao exercício de 2018, conforme mencionado no item Passivo – Outras Obrigações (quadro 21 – Outras Obrigações – exceto Passivo Atuarial);

No item de despesa com operações de empréstimos e repasses também é registrado o custo de remuneração da disponibilidade do FNO, que encerrou o exercício 2018 com o montante de despesa de R\$364.492 mil (R\$362.905 mil em 2017 e R\$268.309 mil em 2016), representando 38,8% das despesas de intermediação financeira (37,7% em 2017 e 32,7% em 2016).

Quanto ao item de Despesas de Captação no Mercado é composto pelas remunerações dos depósitos de poupança, a prazo, despesas de captações no mercado aberto e de LCA. As remunerações pagas nas captações de depósitos e de operações de mercado apresentaram redução acompanhando as taxas praticadas no mercado. O decréscimo foi impactado principalmente:

- Despesas com depósito a prazo: embora tenha havido crescimento no volume destes depósitos (R\$1.345.270 mil em dez/2017 e R\$1.435.507 mil em dez/2018), houve queda na taxa de remuneração, como por exemplo, o CDI;

- Despesas com LCA: – redução refletida pela queda no saldo do respectivo depósito (R\$440.253 mil em dez/2017 e R\$243.308 mil em dez/2018).

A PCLD do Banco da Amazônia apresentou redução de 37,1%, sendo o maior impacto na carteira de operações de crédito.

Quadro 30- Resultado Bruto da Intermediação Financeira

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	790.059	459.031	364.699	(53,84)	(20,55)
Receitas da Intermediação Financeira	1.609.070	1.421.049	1.303.185	(19,01)	(8,29)
Despesas da Intermediação Financeira	(819.011)	(962.018)	(938.486)	14,59	(2,45)

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

Quadro 31- Resultado Operacional

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Resultado Bruto	790.059	459.031	364.699	(53,84)	(20,55)
Receitas de Prestação de Serviços	723.994	701.314	752.085	3,88	7,24
Taxas de Administração	588.537	565.298	604.145	2,65	6,87
Outras taxas	33.877	30.429	34.610	2,16	13,74
Rendas de Tarifas Bancárias	101.580	105.587	113.330	11,57	7,33
Despesas Administrativas	(879.105)	(816.825)	(812.492)	(7,58)	(0,53)
Pessoal	(611.819)	(543.022)	(522.118)	(14,66)	(3,85)
Outras Despesas Administrativas	(267.286)	(273.803)	(290.374)	8,64	6,05
Despesas Tributárias	(112.559)	(108.947)	(99.953)	(11,20)	(8,26)
PIS/COFINS/ISS	(107.203)	(102.681)	(94.825)	(11,55)	(7,65)
Outras Despesas Tributárias	(5.356)	(6.266)	(5.128)	(4,26)	(18,16)
Outros Receitas Operacionais	774.156	921.556	968.726	25,13	5,12
Del Credere do FNO	567.172	587.061	603.215	6,35	2,75
Recuper. Fno	60.739	269.910	147.775	143,30	(45,25)
Outras Receitas	146.245	64.585	217.736	48,88	237,13
Outras Despesas Operacionais	(870.549)	(775.559)	(900.054)	3,39	16,05
Provisão P/Oper.Crédito – FNO	(502.075)	(401.126)	(414.760)	(17,39)	3,40
Atualização Benefício pós-emprego	(203.717)	(196.894)	(205.595)	0,92	4,42
Passivos Judiciais e Legais	(53.386)	(102.098)	(148.331)	177,85	45,28
Outras	(111.371)	(75.441)	(131.368)	17,96	74,13
Resultado Operacional	425.996	380.570	273.011	(35,91)	(28,26)

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

Rendas de Prestação de Serviço

A elevação nas rendas de prestação de serviços foi ocasionada, principalmente, pelas rendas de administração de fundos - FNO em razão de maior volume de repasses de recursos realizados pelo Tesouro Nacional.

As rendas de tarifas apresentaram crescimento, impactadas pelas rendas de PJ, principalmente nas tarifas de operações de crédito, análise da viabilidade econômica e análise de projetos – operações de fomento.

Despesas Administrativas

As despesas de pessoal vêm decrescendo desde 2016, tendo como principal fator o Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, que no primeiro período do programa obteve o maior número de adesões (em 2016). Em 2018 a rubrica que mais contribuiu para a redução foi de Proventos, motivada pelas indenizações pagas do PAI, ocorridas no segundo período do programa, em 2017. A despesa com o PAI alcançou o montante de R\$11.635 mil em 2017 e R\$40.626 mil em 2016.

O crescimento nas despesas administrativas em 2018 foi motivado pelas despesas com amortizações, em função do crescimento do saldo do Intangível, encerrou com saldo de R\$194.355 mil (R\$174.711 mil em 2017). Houve discreto crescimento nas despesas com processamento de dados, comunicação, vigilância e segurança e manutenção e conservação, porém em patamar abaixo da inflação.

Outras Receitas Operacionais

O principal motivador do crescimento de 5,1% de receitas operacionais foi o grupo de Outras Receitas que registrou a reversão do excedente da provisão constituída de operações Securitizadas - SEC I, liquidadas em dezembro/2018, no valor de R\$110.984 mil, conforme mencionado no item Passivo – Outras Obrigações – quadro 21; e a reclassificação contábil das rubricas de provisão ativos atuariais - Contrato TI no valor de R\$21.699 mil, e Provisão para apuração de responsabilidades no valor de R\$13.608 mil, conforme mencionado no item Ativo – Outros Créditos – quadro 17.

Ressalta-se também a elevação do Del Credere, que é cobrado pelo Banco e corresponde a 3% a.a. incidente sobre as operações “em ser”, cujo risco é compartilhado com o Fundo, registrando aumento de R\$16.154 mil quando comparado à 2017.

O decréscimo na recuperação de operações do FNO foi influenciado pelo grande volume de renegociação e liquidação das dívidas do crédito rural ocorrido em 2017, em face da de implementação da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016. Ressalta-se que o prazo da referida Lei foi prorrogado até 30/12/2019.

Outras Despesas Operacionais

Nesse grupamento estão alocados custos relevantes para o Banco, em especial os relacionados aos benefícios pós-emprego ofertados aos seus empregados e a PCLD do FNO. Essas duas despesas representam 68,9% das despesas operacionais (77,1% em 2017 e 81,1% em 2016).

O grupo apresentou crescimento de R\$124.495 mil motivado pelos registros a seguir:

- Atualização monetária das parcelas securitizadas repassadas ao Tesouro conforme conciliação da carteira SEC I, no valor de R\$40.218 mil (conforme explicado no item Passivo – Outras Obrigações – quadro 21);
- Reclassificação contábil das rubricas provisão para grade de perdas (R\$14.516 mil) e provisão dos títulos e créditos a receber – contrato PET (R\$21.699 mil) migradas do passivo para o ativo como contas retificadoras (explicado no item Ativo – Outros Créditos – quadro 17);
- Registro do ajuste da provisão com Passivos trabalhistas - crescimento de R\$26.424 da respectiva despesa.

PCLD FNO

A participação da PCLD-FNO nas outras despesas operacionais é de 46,1% (51,7% em 2017 e 57,7% em 2016), e teve discreto crescimento em 2018.

Quadro 32- Benefícios Pós-emprego

	Variação %				
	2016	2017	2018	2018/2016	2018/2017
Planos BD e Misto - Del.CVM nº 695	(82.793)	(98.554)	(105.199)	27,06	6,74
Auxílio Saúde	(26.774)	(37.097)	(32.663)	22,00	38,56
Aposentados de responsabilidade do Banco	(7.653)	(7.479)	(7.272)	(4,98)	(2,27)
Atualizações Planos Saldados	(84.439)	(53.132)	(55.581)	(34,18)	(37,08)
Outros	(2.058)	(632)	(4.880)	137,12	(69,29)
Total	(203.717)	(196.894)	(205.595)	(11,33)	(3,35)

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

O ajuste das provisões relacionadas aos benefícios pós-emprego (Planos BD e Misto; Auxílio Saúde e Aposentados de Responsabilidade do Banco), tem como base a avaliação trimestral realizada por atuários contratos pelo Banco de acordo com as regras estabelecidas pela Del. CVM nº 695/2012.

Passivos judiciais e legais

A provisão referente ao estoque de ações judiciais existentes (cíveis, fiscais e trabalhistas) é ajustada mensalmente, com base na avaliação e manifestação da área jurídica do Banco. Conforme comentado no item sobre “Passivos trabalhistas, judiciais e outros”.

Quadro 33- Lucro líquido

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Resultado Operacional	425.996	380.570	273.011	(35,91)	(28,26)
Resultado Não Operacional	9.282	18.391	948	(89,79)	(94,85)
Resultado Antes da Tributação	435.279	398.961	273.959	(37,06)	(31,33)
Imposto de Renda e Contrib. Social	(299.876)	(332.089)	(155.649)	(48,10)	(53,13)
Participações Estatutárias no Lucro	(4.721)	(2.365)	(9.232)	95,55	290,36
Lucro do Exercício	130.682	64.507	109.078	(16,53)	69,09
Juros Sobre Capital Próprio (JCP)	(38.736)	(18.627)	(41.773)	7,84	124,26

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

O decréscimo no resultado não operacional foi oriundo de no exercício anterior ter ocorrido o pagamento de proventos, no valor de R\$15.989 mil, sobre ativos escriturais recebido da Companhia São José Holding, em decorrência da incorporação das ações de emissão da CETIP pela B³ – Brasil, Bolsa, Balcão.

Imposto de Renda e Contribuição Social

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Provisão para Imposto de Renda	(191.888)	(180.744)	(78.864)	(58,90)	(56,37)
Provisão para Contribuição Social	(158.239)	(150.657)	(66.157)	(58,19)	(56,09)
Ativo Fiscal Diferido	50.251	(688)	(10.628)	(121,15)	1.444,77
Total	(299.876)	(332.089)	(155.649)	(48,10)	(53,13)

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

Juros Sobre Capital Próprio (JCP)

A remuneração dos acionistas foi calculada na forma de JCP, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, tendo sido provisionado 40,0% do lucro líquido ajustado do exercício (30,0% em 2017 e 31,0% em 2016).

Patrimônio Líquido

Quadro 34- Composição do Patrimônio Líquido

	2016	2017	2018	Variação %	
				2018/2016	2018/2017
Capital Social	1.623.252	1.623.252	1.623.252	-	-
Reservas	882.790	928.670	995.975	12,82	7,25
De Capital	2.253	2.253	2.253	0,00	0,00
De Reavaliação	23.539	22.730	21.922	(6,87)	(3,55)
De Lucro	856.998	903.687	971.800	13,40	7,54
Lucros/Prejuízos acumulados (*)	-	-	-	-	-
Ajuste Avaliação Patrimonial/MIM – TVM	(546.353)	(666.613)	(680.619)	24,57	2,10
Patrimônio Líquido	1.959.689	1.885.309	1.938.608	(1,08)	2,83

(*) Reclassificado em razão do IECP.

Fonte: Banco da Amazônia – GECON

O Banco encerrou o exercício/2018 com R\$1.938.608 de PL, com aumento de 2,83% em relação a 2017 (redução de 1,08% a 2016).

O Patrimônio de Referência (FR) encerrou o exercício com o montante de R\$2.470.933 redução de 0,24% ao ano de 2017 (inferior em 11,43% em relação a 2016).

7.3 NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis, disponíveis no site institucional do Banco da Amazônia, conforme link a seguir:

<https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/component/edocman/demonstracao-financeira-completa-exercicio-de-2018/viewdocument?Itemid=>

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

8.1 COMO O BANCO DETERMINA OS TEMAS A SEREM INCLUÍDOS NO RELATÓRIO INTEGRADO E COMO ESTES TEMAS SÃO QUANTIFICADOS OU AVALIADOS

A matriz de materialidade do Banco da Amazônia em 2018 foi determinada tomando por base:

- O Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros, construído com a participação da sociedade amazônica e consolidado pelo GT Desenvolve Amazônia, que conta com a participação de técnicos do Banco da Amazônia e SUDAM.

- O Planejamento Estratégico do Banco da Amazônia 2017/2021, revisado em Dezembro de 2017 e teve a participação de todos os empregados, gestores e a alta administração do Banco da Amazônia.

- O Plano de Negócios 2018.

- O cumprimento de sua missão institucional: “Desenvolver uma Amazônia Sustentável com Crédito e Soluções Eficazes”, entregando, dessa forma, o valor esperado pelos Amazônidas.

Os temas elencados como prioritários foram: Orientações TCU e outros adicionais selecionados pela GPLAN – Gerência Executiva de Planejamento, responsável pela elaboração do documento.

Os temas são quantificados a partir das orientações recebidas da SEST e das prioridades constantes do orçamento de despesas e investimentos. São acompanhados e avaliados, mensalmente, pela Gerência Executiva de Controladoria – GECOR e pela Gerência Executiva de Planejamento – GPLAN, através dos sistemas: NSISARD; GPWEB e SISORC.

8.2 RESUMO DO PROCESSO PARA DETERMINAR A MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES E DESCRIÇÃO DOS LIMITES DO RELATO E DE COMO O LIMITE FOI DETERMINADO.

Após as apresentações e orientações disponibilizadas pelo TCU quanto a nova formatação do relatório de gestão 2018, que passa a seguir o modelo de relato integrado do *Internacional Report Council* (IIRC), a área responsável pela elaboração do documento reuniu-se com o Secretário Executivo de Governança do Banco da Amazônia para discussão e entendimento quanto ao novo processo e adoção de medidas para execução do relatório no novo padrão. A empregada responsável pela elaboração do relatório participou de reunião na sede do TCU em Belém e dos eventos ocorridos em Novembro/2018 e Fevereiro/2019, na cidade de Brasília, via YouTube.

Posteriormente houveram diversas reuniões com os Gerentes Executivos e equipes das áreas responsáveis por cada item constante na matriz de materialidade do relatório, para definição, alinhamento e entendimento quanto ao novo modelo de relatório, bem como, para que fossem **prestadas e comprovadas** as informações que comporão o Relatório Anual Integrado 2018 do Banco da Amazônia.

8.3 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

O tratamento de determinações e recomendações do TCU estão centralizadas na Unidade de Auditoria Interna – AUDIT, por intermédio da Coordenadoria de Qualidade e Governança de Auditoria Interna, que possui equipe de seis auditores e um coordenador, estruturada com pessoal e

equipamentos, a qual realiza interlocução com demais áreas do Banco.

As demandas do TCU são protocoladas na SECRE e enviadas às áreas do Banco, com cópia para a AUDIT, a qual acompanha o cumprimento do prazo e mantém em seus arquivos as respostas das áreas envolvidas. Referido trabalho encontra-se em fase de inventário de recomendações, tendo em vista que será transferido à Gerência Executiva de Controles internos – GECIN, a qual deverá exercer o monitoramento e supervisão do tema.

ANEXOS E APÊNDICES

DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO PELOS RESPONSÁVEIS
PELA GOVERNANÇA CONFORME ESTABELECE A ESTRUTURA INTERNACIONAL PARA
RELATO INTEGRADO

Créditos

Participaram da elaboração deste Relatório Anual Integrado:

Marcia Mithie Kitagawa da Costa

Gerente Executiva – GPLAN

Laura do Socorro da Rocha Santos

Coordenadora GPLAN - CPROG

Bruno Polaro Castro

Coordenador GPLAN - COPLE

Lisete Maria Hortência Batista

TB – GPLAN – COPLE